CHIRLEY BEATRIZ VIEIRA DA SILVEIRA

# ASILO DE ÓRFÃS SÃO VICENTE DE PAULO E ESCOLA SÃO VICENTE DE PAULO: INSTITUCIONALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE MENINAS E MOÇAS (FLORIANÓPOLIS, 1900-1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE

Orientadora: Dra. Silvia Maria Fávero Arend

Florianópolis, SC

2018

Ficha de Identificação da Obra elaborada pelo(a) autor(a), com auxílio do programa de geração automática da Biblioteca Central/UDESC

Vieira, Chirley Beatriz da Silva
Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e Escola São Vicente de Paulo: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis, 1900-1930) / Chirley Beatriz da Silva Vieira. - Florianópolis , 2018.
119 p.

Orientadora: Silvia Maria Fávero Arend
Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

1. Infância e Juventude. 2. Educação. 3. Mulheres. 4. Filantropia. I. Arend, Silvia Maria Fávero. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação. III. Título.

**CHIRLEY BEATRIZ DA SILVA VIEIRA**

# Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo: Institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis, 1900-1930)

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre/a em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 29 de agosto de 2018.

**Banca Examinadora:**

Presidente/a: _____
Profª Drª Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____
Profª Drª Gizele de Souza
Universidade Federal do Paraná – UFPR

Membro: _____
Profª Drª Gisela Eggert Steindel
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

*À minha mãe e às minhas filhas,*
*que são fontes de toda a minha inspiração.*
*Sempre por elas e para elas.*

## AGRADECIMENTOS

O desafio do novo, quando nos propomos a encara-lo, é o que nos faz crescer como seres humanos. O novo nos permite conhecer, aprender, agregar saberes, e por vezes, sonhar.

Nessa empreitada, conheci pessoas que fizeram a diferença dentro e fora da academia, pois considero que somos múltiplos, agentes e especiais.

Meu primeiro agradecimento vai para minha família. Minha mãe D. Sinova, que completou 79 inverninhos nesse ano, e destes, 50 foram dedicados a mim. Ela é e sempre foi minha maior incentivadora, amiga e confidente. Nas horas mais difíceis, sua mão acalentadora jamais permitiu que eu desistisse. À minha filha Amanda, que no auge dos seus 26 anos de idade é mais sábia do que eu, pois me coloca de volta nos trilhos quando os escapo. Minha segunda filha Ana Luisa, parceira, confidente e amiga, que me faz entender que sou uma mãe que literalmente se preocupa, que sente medo, que se angustia, que sofre e que se alegra a cada conquista. Amo todas vocês.

Não poderia deixar de citar meus irmãos Sullyvan e Sidney e minhas cunhadas Giselida e Vanessa, que me presentearam com dois sobrinhos que são minha vida, Natália e Heitor, que a cada encontro de família transmitem muita energia e segurança.

Aos meus colegas *fapesqueanos*, que sempre me incentivaram a avançar nos meus projetos pessoais e profissionais, e que a cada passagem me enchem de esperança para continuar em frente. Em especial ao Professor Sergio Luiz Gargioni e Professor Cesar Zucco que apóiam os coordenadores de projetos da FAPESC a buscar mais conhecimento.

Ao ex-Provedor da Irmandade do Divino Espírito Santo, Ademar Arcângelo Cirimbelli, e equipe, pelo acolhimento familiar e por terem proporcionado ótimos momentos de reflexão tanto na consulta ao acervo quanto nos encontros para trocas de experiências.

Aos amigos dos grupos do whatsapp (santanas, grupo viagem, grupo da turma oficial, fapesc, mestrado em educação 2016, fapesc sala, amigos do mimi, gehij-udesc, labgef, camarote da samira, família, e aos amigos individuais), que são parte do que mais amo fazer, amizade. Obrigado por todo o incentivo e por acreditarem em mim.

Um obrigado especial e cheio de carinho à professora Silvia Arend, que mais que uma orientadora, foi e é confidente, amiga, inspiradora. A cada fala sua eu vi o mundo de forma diferente. Entendi melhor meus antepassados e compreendi muito mais no que nos transformamos e como reproduzimos comportamento e pensamento. Aprender sobre a História da Infância e

da Juventude foi perceber que somente entender o *aqui/agora* já não é suficiente para "prestar socorro" às pessoas. Nossa ajuda enquanto educadores (incluo todas as áreas das ciências humanas), a meu ver, deve partir do conhecimento histórico, pois somos produtos da história.

À Banca de Qualificação e Defesa, composta pelas professoras Dras. Gizele de Souza, Vera Lúcia Gaspar da Silva e Gisela Eggert-Steindel, que me fortaleceram com seus apontamentos, mostrando que posso ampliar meus olhares sem medo de qualquer alcance, e que com isso posso viabilizar um novo modo de pensar a Educação, a Infância e a Juventude.

Por fim, agradeço a UDESC/FAED pela acolhida e por todo o apoio dispensado. E deixo dito que não pararei por aqui.

Assim, um até breve!

"O ponto de contacto do modo como os indivíduos são manipulados e conhecidos por outros encontra-se ligado ao modo como se conduzem e se conhecem a si próprios."

Michel Foucault

## RESUMO

O estudo intitulado "*Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e Escola São Vicente de Paulo: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis, 1900-1930)*" tem como tema a educação de meninas e moças em uma instituição de abrigo entre 1900 e 1930. O Asilo São Vicente de Paulo foi criado pela Irmandade do Divino Espírito Santo, no início do século XX, no município de Florianópolis. A instituição no período em estudo foi gerida pelas Irmãs da Divina Providência. Os objetivos da pesquisa foram os seguintes: 1) analisar a política assistencial implementada pelos gestores do asilo às meninas e moças do internato; 2) identificar as características da educação (inclusive a escolar) proposta pela instituição; e, por fim, 3) identificar qual era o "perfil" de mulher idealizado para as internas. Fontes documentais que compõe o acervo documental da Irmandade do Divino Espírito Santo, tais como, atas, regimentos, livro de inscrição das internas, etc, bem como matérias jornalísticas balizaram a construção da narrativa histórica. As reflexões de Michel Foucault em relação a biopolítica nortearam o estudo no que tange aos referenciais teóricos. As ações desenvolvidas no asilo, por um lado, garantiram a sobrevivência das asiladas, por outro, pautaram-se no processo de reprodução da classe social, conforme os ditames da filantropia. A educação no Asilo São Vicente de Paulo foi instituída, segundo o proposto na instrução pública catarinense no período. O currículo escolar contava com as seguintes disciplinas: leitura, caligrafia, linguagem, contas, princípios de geografia, canto, noções de puericultura. As fontes documentais informam que, em sua maioria, as internas após o desligamento da instituição, foram trabalhar como empregadas domésticas nas casas de pessoas oriundas das camadas médias e da elite de Florianópolis e outras cidades do Estado de Santa Catarina. As internas também deixaram a instituição para contrair matrimônio sob os auspícios da Igreja Católica, ou então, para ingressar na carreira do magistério nos municípios de Florianópolis ou Lages. Parte das internas também, após o desligamento da instituição, ingressou em conventos católicos. Esses foram os "destinos" preferenciais dessa população feminina e pobre. Houve ainda as asiladas que foram "devolvidas" para os familiares e/ou responsáveis em função do considerado "mau comportamento".



**Palavras-chave**: Infância e juventude. Educação. Mulheres. Filantropia.

**ABSTRACT**

The following study entitled "*Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e Escola São Vicente de Paulo: institucionalização e educação de meninas e moças (Florianópolis, 1900-1930)*" has as its theme the education of girls and young women in a shelter institution between 1900 and 1930. The *Asilo São Vicente de Paulo* was created by the *Irmandade do Divino Espírito Santo*, at the beginning of the 20th century, in the municipality of Florianópolis. The institution in the period under study was managed by the Sisters of Divine Providence. The objectives of the research were as follows: 1) analyze the care policy implemented by the managers from the asylum to boarding school girls and young women; 2) identify the characteristics of education (including school) proposed by the institution; and, finally, 3) identify the "profile" of woman idealized for the internal ones. Documentary sources that make up the acquis documentary of the *Irmandade do Divino Espírito Santo*, such as, minutes, regiments, registration book of the inmates, etc., as well as journalistic materials beaconed the historical narrative construction. Michel Foucault's reflections about biopolitics guided the study with regard to theoretical references. The actions developed in the asylum, on the one hand, ensured the survival of the asylum-seekers, on the other hand, were in the process of reproduction of social class, according to the dictates of philanthropy. The education in the *Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo* was instituted, as proposed in the public catarinense instruction of the period. The school curriculum had the following disciplines: reading, calligraphy, language, accounts, principles of geography, singing, notions of childcare. Documentary sources report that, for the most part, the inmates after the disconnection of institution, they went to work as domestic people from the middle and elite classes of Florianópolis and other cities of the Santa Catarina state. The inmates also left the institution to contract marriage under the auspices of the Catholic Church, or to enter the magisterium career in the municipalities of Florianópolis or Lages. Part of the interns also, after the of the institution, entered Catholic convents. These were the Preferential "destinations" of this poor and female population. There were also the inmates that were "returned" to the family members and / or responsible for the considered "Bad behavior".

**Keywords**: Childhood and youth. Education. Women. Philanthropy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES


Figura 1 – Crianças no mercado público – década de 1920. . . . . 46
Figura 2 – Chácaras da área central da Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1876. A Chácara doada por Dona Maria Francisca de Paula Braga está identificada pelo nº 30 do mapa. . . . . 51
Figura 3 – Primeiros esboços do *Orphanato Santa Catharina*. . . . . 52
Figura 4 – Fachada do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo em 1912. . . . . 54
Figura 5 – As Irmãs da Divina Providência em Santa Catarina. Nesta imagem observa-se a Irmã Albina, uma das primeiras freiras a chegar no Brasil e, posteriormente, em Florianópolis, no ano de 1897. . . . . 66
Figura 6 – Refeitório do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo Década de 1920. . . . . 79
Figura 7 – Dormitório do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo Década de 1920. . . . . 80
Figura 8 – Internas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - Década de 1920. . . . . 85
Figura 9 – Meninas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Festeiros e Imperadores na missa de Pentecostes (Festa do Divino Espírito Santo), 1926. . . . . 87
Figura 10 – Meninas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Festeiros e Imperadores na missa de Pentecostes (Festa do Divino Espírito Santo), 1926. . . . . 88

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de meninas *recolhidas*. . . . . 68
Gráfico 2 – Número de internas desligadas. . . . . 68
Gráfico 3 – Idades das internas no momento de ingresso no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930. . . . . 71
Gráfico 4 – Ingresso das internas no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930. 72
Gráfico 5 – Quantidade de meninas *recolhidas* por ano. . . . . 74
Gráfico 6 – Filiação das meninas recolhidas no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930. . . . . 75
Gráfico 7 – Motivos do desligamento das internas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930. . . . . 77
Gráfico 8 – Raça nominada às meninas no registro de admissão. . . . . 84

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indígenas acolhidos no Asilo de Órfãs São Vivente de Paulo - 1904-1909. . 63
Quadro 2 – Motivos dos desligamentos. . . . . 69
Quadro 3 – Naturalidade das internas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo – 1910-1930. 84
Quadro 4 – Destino das meninas negras no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930. . . . . 85

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| IDES | Irmandade do Divino Espírito Santo |
| IPAI | Instituto de Proteção e Assistência à Infância |
| PRC | Partido Republicano Catarinense |
| UDESC | Universidade do Estado de Santa Catarina |

**SUMÁRIO**


**INTRODUÇÃO . . . . . 23**

**1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE *DESVALIDA*: SOB O OLHAR DA CARIDADE . . . . . 35**

**1.1 Filantropia no Brasil no início do século XX . . . . . 35**

**1.2 A população pobre de Florianópolis e a institucionalizaçãao da infância 39**

1.2.1 Irmandade do Divino Espírito Santo: entre festas religiosas e a emergência da filantropia . . . . . 46

**1.3 A edificação da sede do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo . . . . . 51**

**2 UM LAR PARA EDUCAR: O ASILO DE ÓRFÃS SÃO VICENTE DE PAULO . . . . . 57**

**2.1 Indígenas . . . . . 58**

**2.2 As internadas do Asilo . . . . . 67**

**3 ESCOLA SÃO VICENTE DE PAULO: ASPECTOS DO ENSINO ESCOLAR, PROFISSIONAL E RELIGIOSO DO ASILO . . . . . 89**

**3.1 O ensino primário na Escola São Vicente de Paulo . . . . . 93**

**3.2 O Ensino Profissional: entre costuras, bordados e serviços domésticos . 97**

**3.3 A formação além (aquém) da escola: a professora, a esposa, a mãe, a doméstica, a freira . . . . . 99**

**CONSIDERAÇÕES FINAIS . . . . . 105**

**FONTES . . . . . 109**

**REFERÊNCIAS . . . . . 113**

# INTRODUÇÃO

O interesse em estudar sobre a institucionalização e educação proferida às meninas e moças do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo em Florianópolis iniciou na disciplina eletiva que cursei no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado de Santa Catarina, sob o título *História e Família*. Através das discussões desenvolvidas sobre o percurso histórico da infância e da juventude no Brasil desejei saber como se configurava este cenário em Santa Catarina. Muitas perguntas foram feitas na época, porém considerando os prazos do curso de mestrado, optei por tentar responder alguns questionamentos. Ao me deparar com as fontes documentais do acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo sobre o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, percebi que havia encontrado um "caminho" relacionado ao contexto de assistência às meninas e moças órfãs e/ou abandonadas do Estado de Santa Catarina e a educação oferecida às mesmas no início do século XX. A pesquisa foi sendo construída ao longo de dois anos tendo como resultado final esse estudo.

Dentre as preocupações que marcaram a passagem do Império para a República, no Brasil, no final do século XIX, muitas diziam respeito à infância e a juventude. Estas preocupações foram veiculadas principalmente pelos médicos, juristas, educadores e pela imprensa. Sob o ponto de vista dos Direitos da Infância, foram nas Ordenações Afonsinas (Ordenações Afonsinas), Manuelinas (Ordenações Manuelinas) e Filipinas (Ordenações Filipinas) que a tutela de menores[1] apareceu pela primeira vez na legislação portuguesa que era aplicada nas colônias. Além disso, no século XIX, o Código Criminal do Império de 1830 (Lei 16 de dezembro de 1830) e o Código Penal de 1890 (Decreto nº 847, 11 de outubro de 1890), trouxeram disposições destinadas às crianças e aos jovens. No âmbito do direito civil as Ordenações Filipinas permaneceram em vigor no Brasil até 1916.

Em 1916, entrou em vigor no Brasil o Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916) que regulava os direitos individuais, o direito de propriedade e o direito de família. No que se refere ao direito de família, estavam especificadas as obrigações dos pais em relação aos seus filhos desde o nascimento até a idade de 21 anos. Dentre tais obrigações estavam o direito de filiação, a sucessão no nome e na herança, a responsabilidade pela alimentação, pela educação e saúde.

Com o Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A, 12 de outubro de 1927),

[1] O uso do termo menor nesse estudo está pautado no conceito jurídico. O referido conceito está presente nas fontes documentais analisadas. Sobre a utilização desse conceito jurídico no Brasil durante o século XX, ver: VIANNA (1999).

consolidou-se a legislação sobre crianças até então editada por Portugal, pelo Império e pela República, que consagrou um sistema de atendimento à população infantojuvenil, atuando especificamente sobre os chamados efeitos do abandono e da infração. A legislação atribuía ao Estado brasileiro a tutela sobre o órfão, o abandonado e o considerado infrator. O Código de Menores de 1927, através do Artigo 26, buscava legislar sobre as pessoas que possuíam entre zero e 18 anos em estado de abandono, quando não possuíssem moradia certa, tivessem os pais falecidos, fossem ignorados ou desaparecidos, tivessem sido declarados incapazes, estivessem presos há mais de dois anos, fossem qualificados como vagabundos, mendigos, de maus costumes, exercessem trabalhos proibidos, estivessem em ambientes de prostituição ou economicamente incapazes de suprir as necessidades de sua prole. Também ficou estabelecido que os processos de internação desses infantes e o processo de destituição do pátrio poder seriam gratuitos e deveriam correr em segredo de justiça, sem possibilidades de veiculação pública de seus dados, de suas fotos ou de acesso aos seus processos por parte de terceiros.

A promulgação do Código de Menores de 1927 no final da segunda década do século XX deu-se em um momento em que a sociedade brasileira começava a perceber a necessidade da implantação de políticas sociais e econômicas que buscassem resolver os problemas enfrentados pela população infantojuvenil pobre. Segundo Souza (2008, p. 68) “a atuação do Estado continuava tímida e sem projeção social, embora a legislação já imputasse a responsabilidade estatal na proteção dos direitos infanto-juvenis”.

No início do século XX, era significativo o número de crianças e jovens que morria em função das epidemias, principalmente pela ausência das condições de higiene nos centros urbanos do Brasil. Caso essas pessoas fossem consideradas abandonadas em termos jurídicos e sociais, eram encaminhadas a programas de assistência, que se constituíam basicamente no tratamento e profilaxia das doenças, distribuição de gêneros de primeira necessidade, ou ainda, o encaminhamento para famílias substitutas. Rizzini (1993) observa que “ao menor abandonado e delinquente, estavam reservados o asilo preventivo e o asilo reformatório” (p. 25).

O primeiro espaço para o recolhimento de crianças e jovens de Santa Catarina considerados abandonados foi a Roda dos Expostos, criado pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, no início do século XIX, no Hospital de Caridade. Depois de extinto o sistema da roda, infantes continuavam sendo deixados na porta do referido hospital, localizado no município de Nossa Senhora do Desterro/Florianópolis. Em 1900, foi firmado um convênio entre a Paróquia de Nossa Senhora do Desterro e a Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES) para a construção

de um orfanato[2]. Em 1904, foi inaugurado o estabelecimento, que recebeu o nome de Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo sendo destinado para o acolhimento e educação de meninas e moças abandonadas e/ou pobres.

O problema dessa investigação partiu do meu interesse em conhecer como se deu a trajetória institucional do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e da Escola São Vicente de Paulo, bem como o percurso educacional das meninas e moças do internato. Como objetivos específicos, essa pesquisa pretende, tendo em vista o que se processou na referida instituição entre os anos de 1900 e 1930: 1) analisar a política assistencial implementada pelos gestores do asilo às meninas e moças do internato; 2) identificar as características da educação (inclusive a escolar) proposta pela instituição; e, por fim, 3) identificar qual era o "perfil" de mulher idealizado para as internas.

Os documentos que referendam a pesquisa – relatórios, documentos oficiais, estatutos e regimentos – estavam disponibilizados em um arquivo de aço de quatro gavetas, em pastas suspensas organizadas por datas, localizado no Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santos[3]. Encontrei algumas pastas vazias, pois segundo a responsável pelo Memorial, alguns documentos foram descartados por terem sido considerados "velhos". A organização do acervo fora realizada por um voluntário com formação em Biblioteconomia. Com a saída deste e a entrada de outra pessoa sem o devido conhecimento na área, esta acabou por descartar o que considerou "documento sem importância". O sociólogo Fernando Afonso Salla e a historiadora Viviane Trindade Borges afirmam o seguinte em relação aos acervos documentais:

> (...) predomina, em geral, um pouco cuidado com a documentação genericamente identificada como 'antiga', não se reconhecendo a necessidade de sua preservação ou então de sua remoção para instituições especializadas, como os arquivos públicos. (SALLA e BORGES apud RODRIGUES, 2017, p. 120)

As fotografias (do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e da Festa do Divino Espírito Santo) se encontravam em uma sala à parte, expostas para visitação, e outro montante em dois outros arquivos também de aço, sendo um de quatro gavetas com as fotografias da Festa do Divino e outro de duas gavetas para uso das fotografias do asilo, ambas separadas por ano e que estão em pastas suspensas.

Os registros da História da Irmandade do Divino Espírito Santo foram encontrados em fragmentos do Livro Tombo em uma das pastas suspensas no arquivo da instituição. Os Livros

[2] Anotações retiradas do Livro Tombo da Paróquia de Nossa Senhora do Desterro – Período 1895-1901, Livro de Notas nº 133, a fl. 91 e 92, do 1º Ofício de 08/03/1900, Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo.

[3] Atualmente o acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo está sendo organizado a partir de um projeto financiado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) e executado pela Universidade do Estado de Santa Catarina.

Atas e os Livros de Inscrições das meninas se encontravam em um armário antigo no mesmo espaço físico. O Livro Ata, que será utilizado na pesquisa data de 1904. Um segundo Livro Ata não foi encontrado, sendo as datas compreendidas entre os anos de 1910 e 1936. Para este período, foram analisados os resumos das reuniões transcritos do livro, bem como o Livro de Crônicas traduzido do alemão, que permitirão conhecer as ações ocorridas nesta lacuna de tempo. Posterior a este livro, existem outros que contemplam outros períodos da existência do asilo.

O procedimento usado pela administração do asilo para a produção do registro das meninas dava-se através do preenchimento de um prontuário no Livro Ata (1904-1909) e, posteriormente, no Livro de Inscrições (1910 em diante). Constam algumas informações básicas nesse prontuário, tais como o nome, idade, filiação, "raça", data do "recolhimento", o responsável pela entrega da menina, a movimentação da mesma no asilo – hospitalização, falecimento, escolarização, fuga, casamento, etc. – e desligamento. Os registros no prontuário, em sua maioria, foram feitos pelo Mordomo das Órfãs. Os relatórios anuais da instituição eram apresentados aos membros da Mesa Administrativa pelo Provedor ou pelo Vice-Provedor da Irmandade do Divino Espírito Santo. Existem disponíveis para esta pesquisa, os relatórios referentes aos anos 1920 (início), seguido dos anos 1922, 1923, 1924, 1925, 1926, 1927, 1930.

Para Fernando Salla e Viviane Borges explicam que "saberes diversos geraram uma progressiva produção de conhecimentos e registros sobre os indivíduos confinados" (apud RODRIGUES, 2017, p. 116). O exercício do poder sobre os internados voltava-se para o "esquadrinhamento de sua personalidade e de suas heranças genéticas" (apud RODRIGUES, 2017, p. 116), entre outras características. Ressaltam os autores:

> Nesse sentido, as instituições de confinamento, para o exercício do controle sobre os indivíduos, não só passaram a produzir uma série de documentos que registravam os fluxos de objetos e de pessoas, as rotinas distribuídas no tempo, mas ainda uma variada gama de registros destinados a melhor conhecer os indivíduos, E é na lógica que buscava conter, punir, emendar os desviantes que as instituições de confinamento produzem vestígios que os retratam. (SALLA e BORGES apud RODRIGUES, 2017, p. 118)

Sinalizam os autores os tipos de prontuários utilizados para fins de internação, que recaem sob variadas legislações, a exemplo do Conselho Federal de Medicina (resolução 1638/02) e a Lei de Execução Penal (Lei n. 7210). No entanto, para todas as situações, o sigilo é condição para seu manuseio com objetivo de consulta e pesquisa.

Farge (2009) explica, a partir de seu estudo sobre os arquivos, que é necessária paciência do historiador para organizar as situações que emergem durante o manuseio dos documentos. A autora infere que "o real do arquivo torna-se não apenas vestígio, mas também ordenação de

figuras da realidade; e o arquivo sempre mantém infinitas relações com o real" (FARGE, 2009, p. 35). Ressalta ainda que "o arquivo é excesso de sentido (...) um lugar secreto, diferente para cada um, porém, em todo itinerário ocorrem encontros que facilitam o acesso a ele e, sobretudo, à sua expressão" (FARGE, 2009, p. 36).

Os membros da Irmandade do Divino Espírito Santo desde sua fundação no século XVIII eram pessoas provenientes de famílias que tinham atuação na esfera política da capitania/província/estado de Santa Catarina ou faziam parte das elites[4] de Nossa Senhora do Desterro/Florianópolis. Em 1904, na primeira inauguração do recém nominado Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, e dando início ao registro no primeiro Livro de Atas da Irmandade do Divino Espírito Santo, estavam presentes no evento as seguintes autoridades[5]:

- Vice-Governador do Estado, Coronel Vidal José Ramos Junior;
- Secretário-Geral, Major Caetano Vieira da Costa;
- Substituto Federal, João Carlos Pereira Leite;
- Provedor do Hospital de Caridade, Coronel Germano Wendhausen;
- Padre Archanjo Ganarini;
- Padre Gabriel Lux;
- Frei Manoel de Miranda Cruz;
- Desembargador Antero Francisco de Assis;
- Dr. Rodolpho Benevenuto Garnier;
- Superintendente Municipal, Coronel Antonio Pereira da Silva e Oliveira;
- Vigário da Paróquia Nossa Senhora do Desterro, Padre Francisco Topp;
- Diretor da Congregação do Sagrado Coração de Jesus, Padre Carlos Schmees;
- Presidente da Conferência de São José da Sociedade de São Vicente de Paulo, Jacintho Cecilio da Silva Simas;

[4] Thomas Burton Bottomore (1974) cita o sociólogo Vilfredo Pareto que conceituou elite de duas formas: "uma *elite governante*, compreendendo os indivíduos que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo, e uma *elite não-governante*, compreendendo os demais" (BOTTOMORE, 1974, p. 9). Pareto apresentaria então dois tipos de população: "I) um estrato inferior, a *não-elite*, com cuja possível influência sobre o governo não estamos preocupados no momento; e II) um estrato superior, a *elite*, dividida em dois: a) uma *elite* governante; b) uma *elite* não-governante" (BOTTOMORE, 1974, p. 9).

[5] Destaque para as autoridades que compareceram na inauguração que eram na maioria militares políticos importantes na emergente República no Estado de Santa Catarina, citando Vidal Ramos Jr, Caetano Vieira da Costa, Antônio Pereira da Silva e Oliveira, João Carlos Pereira Leite e Germano Wendhausen. Outro destaque se dá às autoridades religiosas presentes, a exemplo do Padre Gabriel Lux, que dirigiu o Hospício de Azambuja no município de Brusque, que sugere um *link* entre o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e o Hospício considerando as internas que foram enviadas para a instituição ou vice-versa. Esteve presente também o médico clínico Rodolpho Benevenuto Garnier de Florianópolis, que na década de 1960 assumiu o cargo de Inspetor Geral e Higiene.

- Superiora da Congregação da Divina Providência, Irmã Albina;

Da mesma forma, na gestão da Irmandade do Divino Espírito Santo circularam autoridades de Santa Catarina no campo da política e da economia. No período da pesquisa foram Provedores[6] da instituição as seguintes pessoas:

- 1898 a 1900 – Firmino Theotonio da Costa
- 1902 a 1904 – Martinho Callado e Silva
- 1905 – Antonio de Castro Gândra
- 1906 a 1907 – Eduardo Otto Horn
- 1908 – Major Lauro Marques Linhares
- 1908 – André Wendhausen Junior
- 1909 – Major Adolfo Cerqueira Lima
- 1910 a 1915 – André Wendhausen Junior
- 1915 a 1917 – Arthur Moreira de Barros Oliveira Junior
- 1918 a 1929 – Fernando Caldeira de Andrada
- 1929 a 1931 – Henrique da Silva Fontes

Saliento que os dirigentes da Irmandade do Divino Espírito Santo, a maioria militares, fizeram parte do mundo da política e/ou da administração pública de Florianópolis, antes ou depois da gestão na instituição. Exemplo disso são os Provedores Martinho Callado e Silva, Eduardo Otto Horn que foram Superintendentes Municipais (prefeitos), sendo membros do Partido Republicano Catarinense (PRC). Cita-se também o Provedor Major Lauro Marques Linhares que foi vice-Governador de Santa Catarina na transição do Império para a República e entre os anos 1904-1908 foi Governador do Estado. Estes políticos do Estado de Santa Catarina e, em especial de Florianópolis, foram de fundamental importância nos processos associados as reformas urbanas ocorridas na cidade nas primeiras décadas do século XX. Neckel (2003) afirma que

> Após a tormentosa estréia do regime, nos trinta anos que se seguiram, teve lugar um vigoroso empenho por parte das elites vinculadas ao Partido Republicano Catarinense no sentido de centralizar, o mais amplamente possível sob seu domínio, todo o estado. (NECKEL, 2003, p. 39)

O Provedor André Wendhausen Junior foi de grande influência na política e na economia da capital catarinense. Em sociedade com os irmãos João e Germano Wendhausen, eram comer-

[6] Galeria dos Provedores disponível no link: https://www.ides-sc.org.br/ex-provedores

ciantes potenciais no ramo de importação de ferragens, armarinhos, barcos a vapor e a fábrica de camisas *Santa Catharina*.

Vinculado à Educação, tem-se o Provedor Henrique da Silva Fontes, que lecionou no Ginásio Catarinense e na Escola Normal Catarinense em Florianópolis na segunda década do século XX. Foi Diretor da Instrução Pública de Santa Catarina (1919-1926), Secretário de Viação e Obras Públicas (1926-1929), entre outras atuações

As fontes documentais e iconográficas sobre as *asiladas* — os estatutos, crônicas, livro ata, fotografias, etc. — encontradas no acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo permitiram construir uma narrativa histórica a partir dos registros efetuados pelos Provedores, Vice-Provedores, pelas Irmãs da Divina Providência e pelo Mordomo das Órfãs. Observou-se na análise dos documentos que os registros foram feitos sob uma perspectiva adultocêntrica e hierárquica. Marcílio (2006), em sua pesquisa sobre a história da criança abandonada, identificou o "silêncio" das fontes afirmando que

> A criança, sujeito e objeto deste trabalho (sua pesquisa), não fala – e não deixou nem um único registro. Ela surge para nós muda, sem sentimentos e sem vontade próprios expressos. Apesar dessas limitações e dificuldades, o resgate da criança exposta como sujeito da História foi aqui feito – sempre de forma indireta, sinuosa, a partir de análises de conjuntos e da visão do outro (p. 256).

Nos registros sobre as internas do Asilo foi possível identificar, através das narrativas dos adultos, uma unilateralidade de pensamentos, ou seja, que ocultam os verdadeiros agentes: as meninas e moças internadas.

Ao utilizar os livros de registro, os estatutos, as atas, as crônicas e as fotografias do asilo, caracterizo-os como documentos/monumentos conforme afirma Le Goff (1990, p. 535-536). Ou seja, é o pesquisador que os transformou em "documentos". Além dessas fontes documentais produzidas pela instituição, utilizou-se matérias jornalísticas que faziam menção sobre o asilo. De maneira geral, procurou-se apresentar dados sobre os periódicos que pudessem contextualizar o discurso jornalístico enunciado.

A história da instituição pode ser dividida em dois momentos distintos tendo em vista as políticas sociais para a infância e juventude: o primeiro momento, entre os anos de 1900 e 1968 – período em que foi, de acordo com os seus regimentos, focado potencialmente nos princípios da filantropia; e, o segundo momento, a partir de 1968 até os dias atuais, com a elaboração e aprovação do novo estatuto da Irmandade do Divino Espírito Santo, onde o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo passou a ser chamado de Lar São Vicente de Paulo, sob diretrizes políticas e sociais, relativas ao bem-estar social preconizadas pelo Estado brasileiro.

Em virtude do longo período de existência do Asilo/Lar São Vicente de Paulo era necessário delimitar um recorte temporal para essa investigação. A trajetória da instituição, conforme se afirmou, esteve associada a várias fases das políticas sociais de assistência instituídas no país, ficando inviável pesquisar em 24 meses as transformações ocorridas ao longo de mais de 100 anos. Foi preciso então centrar os estudos em um período histórico, que permitisse identificar as características da política social implementada na instituição. Nesse sentido, optou-se pelo período compreendido entre os anos de 1900 e 1930, ou seja, no processo de criação e consolidação da instituição na capital do Estado de Santa Catarina.

Optou-se também por esse recorte temporal tendo em vista que em 1927, como anteriormente descrito, foi instituído em todo território nacional o Código de Menores que orientaria a política assistencial de forma diferenciada no final do período da pesquisa. Além dessa questão, a partir de 1930, no governo de Getúlio Vargas, parte das ações emergentes voltadas para os/as filhos/as dos/as trabalhadores e trabalhadoras começavam a ser pautadas por uma lógica associada ao bem-estar-social. Possivelmente, esses dois movimentos estavam presentes no cotidiano do asilo, o que demandaria então outras análises.

A construção dessa narrativa histórica será realizada sob uma perspectiva qualitativa, metodologia esta que segundo Minayo (1994),

> (...) responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis. (p. 211-22)

Procurarei realizar este estudo tomando como parâmetros a biopolítica da população contextualizando a filantropia e a educação, ancorada principalmente em Michel Foucault, cujos subsídios teóricos para compreensão das relações de poder permeiam o contexto histórico das instituições. Segundo o autor:

> O exercício do poder supõe, então, desde o poder pastoral, um conhecimento da mente das pessoas. Tal exercício implica a necessidade de explorar a alma dos governados, conhecer-lhes os segredos mais íntimos. Implica conhecer-lhes a consciência e ter capacidade para dirigi-la. (FOUCAULT, 1995b, p. 168-169)

A criança e o jovem vêm sendo objeto de estudo das várias áreas das Ciências Humanas e Sociais (História, Psicologia, Antropologia Social, Sociologia, Medicina, Pedagogia, dentre outras tantas). Segundo Arend (2011), a História da Infância e da Juventude brasileira teve seu *start*

nos anos de 1990 com a emergência do Estatuto da Criança e do Adolescente. Nesse momento a criança e o jovem passaram a ser foco de muitos "olhares" em que buscaram compreender a sua História nas instituições, no cotidiano, na família, etc. No âmbito da Historiografia da Educação os fenômenos educativos escolares e não escolares passaram a ser investigados há longa data.

Nessa investigação busquei contemplar alguns autores que vêm se dedicando aos estudos de instituições asilares para atendimento de crianças e jovens durante os séculos XIX e XX no âmbito da História da Infância e Juventude e da História da Educação. Em minha busca por estudos que abrangessem estas temáticas, encontrei dissertações, teses e artigos científicos que apresentassem um cenário político, econômico e social, bem como os processos que intensificaram os procedimentos para a criação de Hospitais, Asilos e Igrejas, com o objetivo de disciplinar e educar a população brasileira sob a ótica da *Civilidade*.

Antônio Valdir Monteiro Duarte (2013) produziu o estudo intitulado "Órfãs e desvalidas: a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893 – 1931)". Neste estudo o autor procurou analisar algumas práticas educativas aplicadas a centenas de meninas que viveram em condição asilar num período marcado por grandes transformações políticas, econômicas e sociais na capital paraense. As educandas órfãs viviam sob intensa vigilância e disciplina, que as submetiam às habilidades práticas como os trabalhos manuais e prendas domésticas. Eram ensinadas pelas missionárias da ordem religiosa italiana "Filhas de Sant'Anna", que chegaram ao Pará no final do século XIX e passaram a assumir outras importantes instituições de natureza assistencialista, hospitalar e educativa, sob o regime da política paraense.

Ana Maria Melo Negrão (2002) realizou sua pesquisa em uma instituição paulista sob o título "Infância, Educação e Direitos Sociais: 'Asilo de Órfãs' (1870 – 1960)", para estudar a Santa Casa de Misericórdia em Campinas/São Paulo, que foi criada para fins de recolhimento de meninas órfãs oriundas da epidemia da febre amarela de 1889, cujas responsáveis eram as Irmãs de São José de Chambéry. A autora reconstrói a trajetória da instituição, partindo da legislação vigente na época, as condições de admissão das meninas, as práticas educativo-institucionais, as regras disciplinares, as mutações dos vínculos familiares e afetivos, a internalização, os direitos sociais da órfã e seu percurso pós-instituição, assim como a dimensão filantrópica oligárquica de uma sociedade local estratificada. A pesquisa permeou as histórias das *ex-internas* e propiciou perceber o potencial de representação na reconstrução das memórias pessoais para o entendimento de como as egressas se viam na terceira idade – se como órfãs submissas e devotas a Deus ou como fazendo parte da história da cidade.

Ainda em São Paulo, João Valerio Scremin (2009) realizou a pesquisa "Pobre coração de

Maria: assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX". A pesquisa tem como foco o Asilo de Nossa Mãe, fundado em 1896 na cidade de Piracicaba no interior de São Paulo. A instituição estava voltada para o atendimento a meninas órfãs e desvalidas e tinha como objetivo assistir, educar, civilizar, moralizar e higienizar, transformando-as segundo seu regimento, em mães de famílias pobres. O autor buscou analisar como se davam as relações entre as propostas de assistência e educação católica e aquelas de cunho liberal e laico, defendidas pelos republicanos, em paralelo com as iniciativas voltadas para a implantação da chamada escola moderna.

Na região Sul, encontrei a pesquisa de Jeane dos Santos Caldeira (2014), intitulada "O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional". O estudo se dá no âmbito da História da Educação, mais especificamente na História das Instituições Educativas. A autora buscou estudar a história do asilo fundado no início do século XX em Pelotas/Rio Grande do Sul por Luciana Lealdina de Araújo, que era de origem negra e que abrigou meninas negras. Segundo Caldeira, o asilo teve uma importante função na vida das órfãs, pois durante anos a obra assumiu o papel da família, da escola, da igreja e de setores da sociedade que tinham interesse na manutenção do mesmo. A instrução primária, religiosa e moral contribuiu para tornar as meninas "boas mães", "boas esposas" e aptas para o denominado trabalho doméstico. A autora discutiu as características da educação institucionalizada, o lugar da órfã negra na sociedade, o estereótipo de "mulher negra" formado no asilo e a relação da sociedade pelotense com a instituição.

Pesquisa nesta mesma direção encontrei na Argentina. A historiadora Claudia Freidenraij (2016) estudou "La Misión Tutelar de La Policía: asilos seccionales para niños pobres, abandonados y 'viciosos' – Buenos Aires, princípios del siglo XX". A autora retrata as ações repressivas da polícia em relação às crianças e jovens da classe trabalhadora da cidade de Buenos Aires no final do século XIX e início do XX. A infância abandonada e *delinqüente* se transformou em um problema social que pedia com urgência a intervenção por parte dos poderes públicos. Claudia Freidenraij discute as ações do Coronel Rosendo María Fraga da polícia portenha, que a partir de 1905 deu início a atividades filantrópicas, cujo objetivo foi criar asilos policiais em regiões distintas da cidade. A análise se estabeleceu sobre a intencionalidade desta ação, discutindo o foco do bem-estar da criança e do jovem e a finalidade de controle social.

Os autores, com suas especificidades no que tange a área disciplinar demonstram um paralelismo de intenções da Igreja Católica Apostólica Romana e do Estado para com a orfandade e o abandono. Contudo, ressalto que existem singularidades no contexto espaço-tempo a serem

considerados.

Esse estudo está organizado em três seções articuladas entre si. Assim, apresento a primeira seção sob o título "**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE *DESVALIDA*: SOB O OLHAR DA CARIDADE**", que discorre sobre a institucionalização da infância e da juventude abandonada no Brasil e no Estado de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX, bem como um breve histórico da Irmandade do Divino Espírito Santo. Posteriormente, nesta seção reflete-se sobre as posições ocupadas pelos diferentes atores – membros da Irmandade do Divino Espírito Santo, a Igreja Católica, a criança e o jovem pobre – com o objetivo de entender as relações sociais que levaram a construção do orfanato.

Na segunda seção sob o título "**UM LAR PARA EDUCAR: O ASILO DE ÓRFÃS SÃO VICENTE DE PAULO**" apresento a trajetória do asilo desde a sua idealização, assim como a escolha pelo *recolhimento* de meninas, os regulamentos criados a partir dos estatutos da Irmandade e os regimentos internos do asilo elaborados e aprovados pela Mesa Administrativa, a operacionalização do *recolhimento*, da permanência e do desligamento das meninas e moças, as rotinas estabelecidas pelas religiosas – cumprimento de normas, regras, disciplina, deveres e direitos - os encontros e desencontros com familiares e a entrega aos guardiões/tutores.

A terceira seção é intitulada "**ESCOLA SÃO VICENTE DE PAULO: ASPECTOS DO ENSINO ESCOLAR, PROFISSIONAL E RELIGIOSO DO ASILO**". Buscou-se analisar quais foram as características da educação proposta na Escola São Vicente de Paulo, que funcionava em regime de internato e externato, em conformidade com a regulamentação da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina vigente no período.

# 1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE *DESVALIDA*: SOB O OLHAR DA CARIDADE

## 1.1 Filantropia no Brasil no início do século XX

Desde o século XVIII, procurava-se (ainda que de forma tímida) resolver o problema do abandono e da orfandade a partir das instâncias religiosas e/ou governamentais nas terras brasileiras pertencentes ao reino de Portugal e, posteriormente, quando o país tornou-se independente. A historiadora Maria Luisa Marcílio observa que estas "obrigações" foram cumpridas com bastante relutância, havendo quase sempre omissão e negligência em relação às crianças órfãs e/ou abandonadas. A autora afirma o seguinte:

> No período colonial, nem o Estado, nem a Igreja assumiram diretamente a assistência aos pequenos abandonados. Ambos atuaram indiretamente, apenas com o controle legal e jurídico, apoios financeiros esporádicos e estímulos diversos. Na realidade, foi a sociedade civil, organizada ou não, que se compadeceu e se preocupou com a sorte da criança desvalida e sem-família (MARCÍLIO, 2006, p. 131-132).

A autora destaca que existiram três fases distintas na trajetória da assistência à infância abandonada brasileira. A primeira refere-se à *fase caritativa*, que se estende desde o período colonial até a segunda metade do século XIX. Nessa fase não havia uma condenação pelo abandono de crianças, pois elas "possibilitavam a prática da compaixão, necessária para a salvação da alma do cristão" (GUEDES, 2013, p. 20). Esta perspectiva postulava a "manutenção e legitimação das desigualdades, que transformam a pobreza ou o sofrimento em um mal necessário para poder exercer o 'bem'" (GUEDES, 2013, p. 20, grifo do autor).

A segunda fase é chamada de *filantrópica* e vigorou desde o final do século XIX até meados da década 1980. A filantropia, explica Marcílio (2006), vem dar uma "nova cara" à assistência. Apenas esmolar não era mais suficiente para a resolução dos problemas da infância órfã e/ou abandonada no Brasil desde o final do século XIX. O quadro vigente no país em relação a formação de uma mão de obra trabalhadora disciplinada a partir deste período exigia a "implantação de novos sistemas, a ampliação do assistencialismo e a substantivação de projetos renovadores" (MARCÍLIO, 2006, p. 201). De acordo com a historiadora:

> Sendo as famílias dessas crianças consideradas incapacitadas, despreparadas (ou inexistentes) para bem criá-las, os estabelecimentos de internamento seriam ideais para tirar a criança dos perigos da rua, do botequim, da malandragem, da vadiagem, etc. Retirada da família e da sociedade, nas instituições totais a criança encontraria a educação, a formação, a disciplina e a vigilância que a prepariam para a vida em sociedade, para bem constituir sua família, dentro do amor e do preparo para o trabalho (MARCÍLIO, 2006, p. 207).

A terceira fase, para a historiadora, caracteriza-se pela qual o Estado brasileiro procurou transformar a assistência da criança em situação de risco social e a considerada infratora como uma "responsabilidade" dos seus governantes. Essa fase, pelo menos na letra da lei, inaugurou-se em 1990 com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir desse período, por intermédio de políticas sociais de diferentes naturezas, buscou-se dar um encaminhamento para os problemas dos referidos infantes. Todavia ainda há muito por fazer nesse campo no Brasil. É importante observar ainda que práticas presentes em uma fase, tal como a caridade, podem ocorrer de forma concomitante nas outras fases. Irma Rizzini (1990) ressalta que a caridade reage à crescente tendência filantrópica da assistência, acusando as instituições de se distanciarem da 'palavra cristã'" (p. 80).

Entende-se que essa investigação está inserida na fase da filantropia, pois a criação do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo deu-se a partir de uma iniciativa da Igreja Católica Apostólica Romana em parceria com a Irmandade do Divino Espírito Santo para fins de recolhimento de meninas e moças consideradas órfãs ou abandonadas.

Stepan (2005) afirma que o Brasil no início do século XX, era visto pelas elites "como uma nação ainda em formação, composta por uma grande população negra e miscigenada, muitos, inclusive, recém-saídos do sistema escravista" (p. 147). José Murilo de Carvalho (2008) acrescenta que esta população, sobretudo após o processo de abolição da escravatura, não foi amparada pelo Estado brasileiro, sendo que muitos "não eram reconhecidos como cidadãos ou como parte integrante da nação" (p. 147). Nesse quadro, as condições de pobreza da população, especialmente da que habitava nas cidades de médio e grande porte do país, transformou-se em uma "chaga social" que devia ser "curada".

Os processos relativos às tentativas de mudança das práticas e valores das populações pobres, ocorridos nos Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro no início do século XX, referendaram os que grassavam nas outras regiões do país na mesma época. Rocha (2003), em seus estudos sobre as políticas sociais instituídas sob a égide do Higienismo no Estado de São Paulo, afirma que duas ou mais "cidades" conviviam no mesmo território no que tange a capital. De acordo com a autora:

> Cortiços, casebres, estalagens, cômodos e locais improvisados comporão a paisagem dos bairros populares, que vão crescendo nos arrabaldes da civilizada cidade de São Paulo, desafiando as autoridades municipais, à medida que, por suas condições sanitárias, se constituíam em gravíssima ameaça para as vizinhançao (ROCHA, 2003, p. 30).

Dentre a população pobre urbana, as crianças e jovens eram os considerados pelas elites,

como os mais vulneráveis. Por um lado, porque adoeciam com frequência e acabavam falecendo, ou então, adquirido problemas de saúde que os impedia de trabalhar. Por outro, porque se não fossem "educados" desde cedo poderiam tornar-se pessoas cheias de "vícios", amorais e preguiçosas. Os teóricos filantropos entendiam que inserindo a criança e/ou o jovem em uma instituição até alcançarem a maioridade, seriam devolvidos "aptos" à sociedade, principalmente para o mundo do trabalho. No entanto, também valorizavam a família para "prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, o abandono do menor e a criança na rua" (MARCÍLIO, 2006, p. 208). Porém, não era tarefa fácil modificar as práticas e valores das famílias, pois tal fato demandava muito mais do que alterações relativas no âmbito da moral. Era necessário um conjunto de medidas, tais como, salários "dignos", instalação de infraestrutura urbana, creches, etc. Medidas que as elites não tinham a intenção de colocar em prática nos primeiros anos da república (AREND, 2011).

Sendo assim, por intermédio da institucionalização da prole das famílias pobres, as elites procuravam disciplinar e, em muitos casos, controlar as consideradas "classes perigosas" (MARCÍLIO, 2006, p. 208). A filantropia tinha como condição "preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde), formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado" (MARCÍLIO, 2006, p. 208)

A história da institucionalização de crianças e jovens pobres está associada a construção dos saberes médico, jurídico, pastoral, assistencial, religioso, difundido para a sociedade também através dos jornalistas e cronistas. Os saberes da Medicina e do Direito caminhavam juntos e reelaboraram propostas de políticas assistenciais, focando na urgência da reformulação de práticas consideradas arcaicas. Segundo a historiadora Ivonete Pereira:

> A racionalização da assistência ou filantropia científica, necessária para ajustar as bases do Estado liberal e da lógica capitalista, nascia como uma invenção para manter o equilíbrio entre o Estado liberal e o "governo das populações". Paralelo às vicissitudes de estratégias para o controle e disciplina das camadas populares, havia um forte sentimento de serem necessárias mudanças nas ações destinadas à infância pobre. Também as ações da Igreja, até então responsáveis pela assistência destinada à infância, estavam sendo repensadas. Crescia a certeza da necessidade de políticas mais racionais. Naquele momento, final do século XIX início do XX, o primeiro olhar lançado sobre a infância foi o da puericultura, seguido da eugenia (PEREIRA, 2006, p. 56).

Em 1899, o médico Arthur Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância – IPAI na cidade do Rio de Janeiro, capital da república no período, cujos objetivos eram:

> (...) preencher a lacuna deixada pelo Estado, no âmbito da assistência à infância doente, abandonada e miserável; salvar a primeira infância, garantindo sobretudo a lactação dos pobres; levar às mães noções de higiene para melhorar a criação de seus filhos; combater doenças que atingiam a infância; realizar levantamentos detalhados sobre as condições em que viviam as crianças desfavorecidas; promover a regulamentação do trabalho feminino na indústria, com objetivo de favorecer indiretamente a infância; incentivar a criação de asilos de maternidade para abrigar mulheres nos últimos meses de gravidez; incentivar a criação de creches para crianças com menos de dois anos; estimular a criação de jardins de infância; lutar pela criação de hospícios e escolas para "imbecis e idiotas"; inspecionar escolas públicas e privadas; criar um dispensário central de moléstia de crianças; fundar um hospital da criança; efetuar vacinação das crianças matriculadas no Ipai; regulamentar o trabalho das crianças na indústria; incentivar e favorecer a criação de sociedades protetoras da infância; exercer tutela sobre as crianças maltratadas ou em perigo moral (MONCORVO FILHO, apud FREIRE e LEONY, 2011, p. 213).

O IPAI pode ser considerado um marco na renovação institucional da proteção à infância, ou seja, observa-se a passagem da prática tradicional da caridade para o da prática filantrópica de fundamentação científica. No entanto, a longa campanha empreendida por Moncorvo Filho, para chamar a atenção do governo e da população brasileira referente a saúde infantil e estabelecer uma nova consciência social em relação às crianças – partindo do princípio de que a saúde e o bem-estar delas significavam a saúde e o bem-estar do país –, exprimia um dos caminhos delineados pelas elites.

No período anterior ao advento da República, as práticas relativas a “saúde” na sociedade brasileira eram consideradas como uma questão de domínio privado, de caráter filantrópico e emergencial, e, muitas vezes, ficavam sob os cuidados de instituições beneficentes ligadas a Igreja Católica Apostólica Romana, tal como as Santas Casas de Misericórdia. Negrão (2002) afirma que os representantes da Igreja Católica, atuavam em quatro frentes em relação aos considerados “sofredores” do corpo e da alma: tratar os enfermos, auxiliar aos “necessitados” (leia-se pobres), visitar os presos e amparar os órfãos.

Durante o período colonial e imperial, as ações relativas à saúde da população no Brasil ficaram a cargo das capitanias e províncias, que fora o isolamento das pessoas para algumas doenças, estabelecia dias de orações e penitências para a prevenção da contaminação. Com a emergência da República, tivemos a centralização em nível federal de muitas diretrizes sanitárias (em relação às doenças tropicais, por exemplo), ao mesmo tempo, em que houve uma descentralização regional das atividades, já que a intenção dos primeiros republicanos era instituir um sistema federativo.

Nos Estados foram criadas então as Inspetorias Gerais de Saúde e Higiene, que se responsabilizavam pela vigilância das localidades e habitações populares, pela propagação do

serviço de vacinação e pela fiscalização da alimentação pública (COSTA, 1986). Nesse ínterim, impõe-se um modelo de atendimento à infância considerada órfã e/ou abandonada onde as instituições asilares funcionariam sob a lógica da Higiene. Rizzini afirma o seguinte a respeito das instituições:

> (...) micro-sociedade, onde os preceitos da higiene médica são obedecidos, onde a educação é dirigida para o trabalho e onde o poder disciplinador atinge o efeito moral desejado da introjeção da vigilância pelos internos (RIZZINI, 1993a, apud PILOTTI e RIZZINI, 1995, p. 205-206).

Foi sob esta perspectiva que ocorreu a construção do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, ou seja, a partir de exigências sanitárias e de *civilidade* vigentes na época, como ver-se-á a seguir.

## 1.2 A população pobre de Florianópolis e a institucionalizaçãao da infância

A capitania de Santa Catarina foi criada em 1738 por D. João V visando consolidar a presença de Portugal no Sul do continente americano. Seu primeiro governador foi José Silva Pais, que conjuntamente com outros administradores lusitanos, promoveram a vinda de populações oriundas das ilhas dos Açores para a região entre 1749 e 1756. Essa população, sobretudo de origem camponesa, somou-se a que já habitava na região há longa data em pequeno número, bem como a dos trabalhadores considerados escravos provenientes do continente africano. Essa população, especialmente a que se instalou nas zonas litorâneas, dedicou-se a duas atividades econômicas principais: a agricultura e a pesca, cujos parcos excedentes eram enviados para outras regiões do reino através do porto das vilas de Nossa Senhora de Desterro e de Laguna. A vila de Nossa Senhora do Desterro, localizada na Ilha de Santa Catarina, era a capital da capitania. Os comerciantes e os burocratas e militares portugueses, que constituíam uma elite econômica e intelectual, habitavam nessa localidade.

O advento do regime republicano no Brasil, em 1889, para além de uma mudança na estrutura política, deve ser associado a um processo de organização de uma sociedade sob a ótica das relações sociais capitalistas. Membros do Partido Republicano Catarinense (PRC), sobretudo o grupo liderado por Hercílio Pedro da Luz, a partir de um conjunto de discursos provenientes, mas não só, de profissionais da área da Medicina, do Direito, da Engenharia e da Pedagogia, levaram a cabo ações que tinham por finalidade a remodelação de práticas e valores da população da cidade de Florianópolis. Um dos marcos simbólicos de grande destaque nesse cenário político e sociocultural foi a mudança do nome da cidade. Em função da derrota da denominada revolução

Federalista, em 1894, que teve como um dos "palcos" a Ilha de Santa Catarina, o nome da cidade ali situada foi alterado de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis[1].

Durante o século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, de uma pobreza ligada ao povoamento de pescadores, desterrados, indígenas, dos emigrantes açorianos e dos escravos de origem africana, a Vila de Nossa Senhora do Desterro passou de uma pobreza incluída em seu perímetro, a uma pobreza marcada pela marginalidade, pela segregação crescente no espaço urbano[2]. Esse processo teria ocorrido paralelo ao desenvolvimento da navegação e do porto, que possibilitou aos comerciantes obter um poder econômico e político cada vez maior e uma cidade voltada para os seus interesses e serventia. Na passagem do século XIX para o XX, com a transformação de uma economia escravista para uma economia capitalista em desenvolvimento, Florianópolis passou a uma pobreza marcada pela marginalidade. Como define Milton Santos (2001, p. 70) "o momento em que a pobreza passa a ser identificada como uma doença da civilização, cuja produção acompanharia o próprio processo econômico". De acordo com o pesquisador André Luis Santos:

> O povo aumentava na Desterro do século XIX, cada vez mais mestiço. Avida do porto ia misturando as pessoas, negros escravos e libertos, soldados da terra e de tropas estacionadas, marítimos pescadores, marinheiros da cidade, vindos de outras províncias e países, imigrantes, pessoas degradadas, mendigos, mulheres abandonadas, viúvas, prostitutas e vadios que viviam entre os colonos proprietários de um pedaço de terra, mestres de ofícios urbanos, ambulantes e pequenos comerciantes, principalmente de peixe seco, bebidas espirituosas, pão, frutas, lenha e farinha. Além de tentarem sobreviverem Desterro, indigentes a procuravam por causa do hospital de caridade (SANTOS, 2009, p. 113).

No início do século XX, a capital de Santa Catarina vivia um novo "cenário permeado por confrontos entre estilos de vida ou visões de mundo, pois ruiu um antigo modo de pensar a cidade, baseado nos ideais lusos, das elites portuguesas" (CARDOSO, 2008, p. 33). Estes últimos estavam sendo "empurrados" para as periferias da cidade "especialmente com a abertura

[1] O historiador Jali Meirinho (1982) afirma que, após a derrota dos revolucionários federalistas, os republicanos catarinenses "optaram" por homenagear o considerado na época como o "consolidador da República", Floriano Peixoto. Assim, em 10 de setembro de 1894, foi encaminhada a proposta ao Legislativo sob a Lei nº 111, de 1º de outubro de 1894, que alterou o nome da capital de Nossa Senhora do Desterro para Florianópolis, e que foi sancionada pelo Governador do Estado de Santa Catarina, Hercílio Pedro da Luz (p. 67-68).

[2] O geógrafo Milton Santos em suas pesquisas classificou a pobreza nos países subdesenvolvidos de três formas: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural. A pobreza incluída se refere àquela que ocorre acidentalmente, ou seja, pode ser produzida residual ou sazonalmente, dependendo do momento vivido; a marginalidade ocorre no momento em que a pobreza é produzida em função do processo econômico, pela divisão do trabalho e que poderia ser administrada pelos governantes; a pobreza estrutural é considerada globalizada por ser mundial, mesmo estando presente somente em países mais pobres. Milton Santos destaca "Os pobres, isto é, aqueles que são o objeto da dívida social, foram já incluídos e, depois, marginalizados, e acabam por ser o que hoje são, isto é, excluídos. Esta exclusão atual, com a produção de dívidas sociais, obedece a um processo racional, uma racionalidade sem razão, mais que comanda as ações hegemônicas e arrasta as demais ações" (2001, p 73-74).

da Avenida Hercílio Luz em 1922, que delimitou a segregação espacial e provocou o início da ocupação dos morros adjacentes ao centro urbano" (DALLABRIDA, 2001, p. 56-57).

As mudanças impostas em direção a um novo modo de vida urbano culminaram em um processo crescente de segregação social, implicando profundas modificações no espaço central de Florianópolis. Havia por parte das elites uma crescente intolerância em relação aos que trabalhavam nas ruas, as prostitutas e os mendigos. As crianças pobres também eram alvo desse processo, pois cresciam "soltas" nas ruas e quintais. Segundo André Luis Santos:

> O desejo básico de expulsar a pobreza da cidade somava-se o preconceito, a desconsideração pelas causas que transformavam uma pobreza do modo de vida em uma pobreza marginalizada, as causas sociais de sua perpetuação, reprodução e crescimento (SANTOS, 2009, p. 310).

No início do século XX, a cidade apresentava em sua região central, muitos casebres, cortiços e sobradinhos, em que costumavam residir várias famílias. Estes, na maioria das vezes, estavam em mau estado de conservação e eram alugados por proprietários (as), em sua maioria, comerciantes. A inspetoria de higiene da cidade[3], por vezes, atuava junto a esses espaços a fim de regular o número de moradores em uma mesma casa. Exemplifica André Luis Santos que,

> Em 1899, a área do Cidade Nova até a proximidade das chácaras do Mato Grosso e do Largo17 de Novembro, que até então concentrava uma população pobre, sofreu um intenso processo de reforma com alinhamento, alargamento, prolongamento e abertura de novas ruas. Houve desapropriações para a demolição de casas e cortiços para possibilitar o projeto de reforma e abertura das ruas. O superintendente Emilio Blum autorizou com o decreto105 a demolição de casinhas e cortiços, para fazer a reforma das ruas e atender as preocupações higienistas que condenavam os cortiços. O local que concentrou as reformas atrás da Matriz entre o Teatro e a Igreja do Rosário ficou conhecido como Cidade Nova, nome do antigo cortiço do local e que fazia alusão à reforma que a área sofreu (SANTOS, 2009, p. 75).

O historiador Bronislaw Geremek explica que "o objectivo destas reformas era criar condições favoráveis às transformações econômicas e desanuviar as tensões sociais que surgiam como 'efeito colateral'" (GEREMEK, 1986, p. 149). É possível ter a compreensão de que os grandes centros, mesmo com a evolução urbanística, não estavam preparados para recepcionar as demandas de pessoas que se acumulariam nos espaços centrais em busca de trabalho e moradia, causando "transtornos" a ordem pública, levando assim os gestores das cidades a tomadas de

[3] Com a emergência da República, se estabelece a centralização estatal no que tange as diretrizes a serem tomadas referentes à saúde pública no Brasil, ao mesmo tempo, em que acontecia uma descentralização regional das atividades, considerando a intenção dos governantes republicanos em instituir um sistema federativo brasileiro. Foram criadas as Inspetorias Gerais de Saúde e Higiene estaduais, que se responsabilizaram pela vigilância das localidades e habitações populares, pela propagação do serviço de vacinação e pela fiscalização da alimentação pública (IYDA, 1994).

decisões que as levariam para lugares afastados, característica esta eminente do pensamento burguês.

De acordo com o médico e memorialista Oswaldo Rodrigues Cabral (1971), os pobres de Florianópolis no início do novo século se concentravam no bairro da Tronqueira até o Morro do Antão, nas vizinhanças do Campo do Manejo e nas ruas que ficavam atrás da Igreja Matriz. Às margens da Fonte Grande, ficavam os cortiços habitados por pessoas ainda mais pobres, geralmente novas na cidade. O bairro da Toca, logo acima da ladeira do Menino Deus, era habitado por pescadores, e na outra ponta da cidade, no bairro da Figueira, moravam os marinheiros, onde ficavam os trapiches e também as prostitutas. O Hospital de Caridade, por sua vez, acolhia os doentes, indigentes e infantes considerados abandonados.

Vale observar que desde as Ordenações Manuelinas, o Império português propunha a criação de depositários públicos para os órfãos, com o intuito de "protegê-los". Essas instituições seriam em muitos casos criadas ou geridas pelas congregações católicas. Seidl (2014) infere sobre as ações das congregações católicas no que se refere à construção de relações políticas e culturais de caráter internacional. O autor destaca que:

> (...) compreender as especificidades das congregações, em especial as concepções que dão sentido a suas formas de atuação concreta na sociedade e as transformações experimentadas ao longo do tempo, exige colocar em relação pelo menos três dimensões ou escalas. Em primeiro lugar, a Igreja, como instituição internacional, com uma primeira linha hierárquica sediada no Vaticano e detentora de autoridade e de mecanismos de enquadramento únicos, como o monopólio da definição da ortodoxia; em segundo lugar, a escala das ordens, congregações e institutos, parte da instituição maior, porém, em situação peculiar frente à hierarquia romana e aos quadros religiosos regulares ou diocesanos; e em terceiro lugar, uma escala que poderia ser ainda subdividida, que é a dos contextos – geográficos e culturais – continentais (ou subcontinentais, como o caso da "Igreja da América Latina"), nacionais e regionais nos quais se desenrolam as tramas palpáveis do exercício das mais variadas tarefas religiosas, na interação direta entre culturas e indivíduos com experiências, formação e visões de mundo, não raro, muito diferentes (SEIDL, 2014, p. 26).

As Ordens Religiosas eclesiásticas e leigas católicas estavam presentes em Nossa Senhora do Desterro/Florianópolis desde o século XVIII. A "parceria" entre Igreja Católica e o Estado português e, depois, o brasileiro possibilitou que fossem criadas Irmandades e Confrarias, cujos "compromissos" tinham, entre outros objetivos, zelar pelas crianças e jovens abandonados e o atendimento aos considerados mendigos. Segundo Gondra e Schueler (2008, p. 58),

> (...) a Igreja se organizou por dentro do aparelho do Estado, marcando uma relação de cumplicidade que, desde então, vem sendo mantida. Não é gratuito, apenas a título de curiosidade, que a Constituição de 1824 tenha sido feita "em nome da Santíssima Trindade" e a última Constituição de 1988 tenha sido

> promulgada “sob a proteção de Deus”. Este tipo de vínculo esteve ausente na constituição republicana de 1891 e na de 1937.

Os autores chamam a atenção para este novo tempo de relações estabelecidas entre Religião e o Estado moderno, sobretudo a católica. E referente a esta, destacam que

> (...) As ordens religiosas – surgidas na Idade Média – foram formadas por sacerdotes que buscavam o isolamento para se dedicar mais às atividades religiosas (...). O aparecimento dessas ordens religiosas facilitou o trabalho de cristianização do mundo e de internacionalização da fé, objetivando conquistar novos fieis e expandir seu poder. Neste sentido, suas atividades educativas cumpriram papel decisivo e a aproximação com o aparelho do Estado foi uma estratégia eficiente, o que vale para católicos, mas também para as outras religiões (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 59-60).

Em Nossa Senhora do Desterro, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, através do Hospital de Caridade, foi a primeira instituição de caridade a atender as crianças pobres abandonadas ou órfãs já no século XVIII. A Roda dos expostos foi criada em 1828 em Nossa Senhora do Desterro sendo anexa à porta do Hospital de Caridade. O complexo da Roda dos expostos funcionou até 1894 quando foi implementada outra forma de atendimento as crianças. Baumgarten em seu estudo sobre o Hospital de Caridade afirma o seguinte sobre a Roda dos expostos:

> Na Vila de Nossa Senhora do Desterro a Câmara Municipal impetrou ação visando transferir esta responsabilidade para o Hospital da Caridade dos Pobres. Lembrando que das Misericórdias, decreto maior que regia seus destinos e ações, fazia parte a caridade para com estas crianças abandonadas, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos tomou a sia tarefa de recolhê-las, instalando para tanto uma “Roda dos Enjeitados”. Era uma engenhoca de madeira que girava sobre seus gonzos, permitindo que em um compartimento fechado fosse colocada acriança rejeitada e seus pertences básicos, girando-se-o depois para o lado de dentro. Desta forma, acriança ficava protegida do frio e das agruras da noite, único período em que as mães, acobertadas pelas sombras, vinham depor os filhos a serem doados, e a identidade da depositante era também mantida em sigilo até dos próprios recolhedores. A primeira criança a ser depositada na roda do Hospital de Caridade foi uma menina, na noite de12 de junho de 1828. Apesar da tristeza que cercava tal fato, a chegada da pequena menina foi festejada como símbolo de mais uma realização em prol da caridade dos pobres da Vila. Foi imediatamente batizada de Jesuína, numa clara referência ao Senhor Jesus dos Passos, e passou para a tutela da Irmandade, que havia nomeado, imediatamente à decisão de abraçar tal causa, um irmão para dirigir os serviços, denominado “Mordomo dos Expostos”, bem como uma rodeira, senhora encarregada de verificar, todas as manhãs, se havia algum exposto na roda. Em caso positivo, era função desta mulher dar-lhe as primeiras atenções e comunicar o Mordomo dos Expostos, para as devidas providências, que incluíam a identificação de uma ama interessada em criá-lo, mediante o recebimento de um provento mensal. A primeira rodeira da Mordomia dos Expostos foi Joana Maria da Silva, e foi dos braços dela que o Mordomo dos Expostos recebeu a pequena Jesuína (2009, p. 131-132).

Jesuína veio a falecer oito meses após seu recolhimento. O Mordomo dos Expostos ficaria então responsável pelo acompanhamento e fiscalização das amas autorizadas pela Irmandade do Senhor Jesus dos Passos. Baumgarten (2009) afirma que "cada criança enjeitada, ao ser entregue à ama escolhida, recebia como dote 4 côvados de baeta, 2 varas de canequim, 2 rodas de cadarço para cinteiro e seis camisas ou, no caso de não haver camisas prontas, tecido fino para confeccioná-las" (p. 132). A Roda dos expostos, desde 1870, em função da paulatina instituição da norma familiar burguesa entre os habitantes da Vila de Nossa Senhora de Desterro era alvo de críticas, pois, de um lado, livrava os pais e mães da responsabilidade de criar os filhos e filhas considerados bastardos e, de outro, feria os preceitos da medicina tendo em vista o elevado índice de óbitos dos infantes expostos por falta de asseio, de alimentação e de arejamento das casas das amas de leite (OLIVEIRA, 1990).

A Câmara de Vereadores de Nossa Senhora do Desterro decidiu passar à Irmandade do Senhor Jesus dos Passos a responsabilidade sobre as crianças abandonadas. Em 1896, Germano Wendhausen[4] iniciou as tratativas com a Alemanha para trazer à capital as Irmãs da Congregação da Divina Providência para os serviços de enfermaria do Hospital de Caridade. Assim, foi aprovado pela Mesa Administrativa um contrato provisório entre o Hospital de Caridade, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e a Congregação da Divina Providência da Alemanha (Baumgarten, 2009). Em 29 de agosto de 1897, chegaram a Florianópolis as Irmãs de Caridade da Ordem da Divina Providência provenientes da cidade de Hamburgo na Alemanha.Com a chegada das Irmãs, além do atendimento no Hospital de Caridade, três localidades fundaram instituições para atender crianças e jovens pobres sob a gestão das religiosas: em Florianópolis com o primeiro orfanato junto ao Convento das Irmãs em 1897, em Brusque, com a Santa Casa de Misericórdia de Azambuja (tornou-se Hospital de Azambuja em 1902) e, em Tubarão, com o Colégio São José em 1905.

Após a extinção da Roda dos expostos em 1894, a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos substituiu a Mordomia dos Expostos pela dos Órfãos, visando o encaminhamento das crianças consideradas abandonadas. No entanto, somente quatro crianças deram entrada no Hospital de Caridade após a extinção da Roda dos expostos, o que levou a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos a findar também esta função, atendendo apenas de forma pontual, casos extraordinários. As meninas ficavam sob o cuidado das freiras que residiam e eram enfermeiras no hospital, sendo

[4] Germano Wendhausen foi um político de Santa Catarina. Foi governador por um período provisório em 1889, sendo eleito vereador da Câmara Municipal da Vila de Nossa Senhora do Desterro em seguida. Foi Provedor da Irmandade do Senhor dos Passos e do Imperial Hospital de Caridade no período entre 1892 e 1930.

que as criavam e treinavam para os trabalhos de enfermagem. Já os meninos eram encaminhados à criação por mulheres que tinham seu sustento a partir da maternagem dessas crianças.

Em decorrência da urbanização do início do século XX as autoridades de Florianópolis passaram a preocuparem-se com maior ênfase na higiene dos espaços e das pessoas. As medidas higienistas abrangiam os cuidados com a saúde da criança nos primeiros anos de vida, cuidados com a gravidez e o parto, além de cuidados com a amamentação realizada pelas amas de leite. Em 1903, afirma André Luis Santos (2009), que a inspetoria de higiene constatou que a maior parte das mortes da cidade ocorria nos primeiros anos de vida das pessoas. O autor observa ainda que "(...) Os mais pobres são os mais sensíveis e mais afetados por esses períodos de mudança" (2009, p. 21). No entanto, a vigilância aos pobres não era somente de caráter sanitário, mas também por parte da polícia, que para "manter a ordem", realizava uma campanha para a retirada de meninos pobres considerados vadios que andavam pelo centro da cidade. Segundo ainda o mesmo autor:

> (...) Nas primeiras décadas do século XX, tornaram-se cada vez mais constantes na imprensa as campanhas contra a vadiagem, a mendicância, a prostituição, a pobreza do povo e suas casas, cortiços e seus trabalhos e costumes, pressão social que se estendia aos meninos vadios que sobreviviam nas ruas, abandonados ou filhos dos pobres, dos escravos. Parte desses meninos era dos enjeitados que conseguiram sobreviver, crescer, criados por "mães pretas" e outras mulheres que criavam os meninos abandonados em troca de ajuda das câmaras municipais, mas, que nem sempre às pagava (...) (SANTOS, 2009, p. 161).

A Figura 1 mostra crianças junto aos adultos nas atividades comerciais nos arredores do Mercado Público de Florianópolis na década de 1920.

Michel Foucault (1982) afirma que estas forças político-médicas, que se estabeleceram desde o século XVIII na sociedade ocidental, se sobrepuseram às formas gerais da existência do convívio urbano que existiam há longa data, a partir de uma lenta e difusa gênese de multiplicidades e práticas da medicina. Nesse sentido o saber médico incorporou-se às estruturas administrativas do Estado nacional e de outras instituições civis fornecendo elementos aplicáveis ao governo das populações, determinando a posição dos grupos sociais nos territórios, estabelecendo meios de controle das variáveis demográficas e propiciando o desenvolvimento de técnicas de controle e produção de espaços. Foi nesse contexto de transformações no campo social que se estabeleceu em Florianópolis a Irmandade do Divino Espírito Santo.

Figura 1 – Crianças no mercado público – década de 1920.

Fonte: Arquivo digital disponível em http://slideplayer.com.br/slide/1233686/

### 1.2.1 Irmandade do Divino Espírito Santo: entre festas religiosas e a emergência da filantropia

A Irmandade do Divino Espírito Santo foi fundada no ano de 1773 na Vila de Nossa Senhora do Desterro, instalando-se com 50 irmãos, sendo que cada um contribuiu com a jóia de 320 reis e o anual de 160 reis. Na ocasião, era responsável pela Paróquia da Vila de Nossa Senhora do Desterro o Padre Ignácio José Galvão[5]. Sobre suas ações, a Irmandade do Divino Espírito Santo abre o capítulo do Compromisso de 1913 apresentando primordialmente as finalidades estabelecidas para suas atividades:

> Capítulo I – DOS FINS DA IRMANDADE E SUA REALIZAÇÃO – SECÇÃO I - Art. 1º A irmandade tem por fim: §1º. O culto do Divino Espírito Santo, em sua capella, erecta nesta parochia de N. S. do Desterro; §2º. A Administração do Asylo de Orphãs Desvalidas, ideal aventado, defendido em tenaz propaganda e realisado pela mesma irmandade, assim como a administração de outros estabelecimentos pios, que porventura possa crear, manter ou dirigir. Art. 2º A irmandade festejara o seu orago no domingo de Pentecostes, com communhão geral, missa cantada, sermão ao evangelho, Te-deum e novenas. Estas solemnidades terão logar no todo ou em parte, conforme as condições financeiras da irmandade (...) (1913, p. 3).

A primeira Mesa Administrativa da confraria foi composta pelos irmãos Juiz – Capitão Antônio Tavares Ferreira; Secretário – José Pereira da Costa; Tesoureiro – Aleixo Maria Caetano;

[5] Datas dos Compromissos da Irmandade do Divino Espírito Santo, 1903, Memorial IDES.

Mesários – Antônio Lopes da Costa, Bento Gonçalves da Silva, Floriano Eloy de Medeiros, Miguel Alves, João Machado, Estanislau Damásio da Silva, Bento Gonçalves da Silveira e Roque Rodrigues Prates[6].

O Compromisso que inaugurou a confraria foi redigido somente em uma versão e perdeu-se durante o período em que a Ilha de Santa Catarina permaneceu sob o domínio dos espanhóis em 1777. Depois ocorreram atualizações das funções da confraria nos anos de 1779, 1808, 1827, 1873, 1896, e no período da presente pesquisa em 1913. Após esta data, outras atualizações ocorreram e constam dos arquivos da Irmandade do Divino Espírito Santo. Ao longo dos anos, tais atualizações que ocorreram em seus Compromissos se deram em decorrência das transformações socioculturais do país, bem como em função da legislação que regula as ações das sociedades civis.

Dallabrida (2005) afirma que em 1892, Dom José de Camargo Barros, primeiro bispo nomeado da Diocese de Curitiba, introduziu discursos e práticas do catolicismo romanizado[7] para os fiéis dos dois estados da federação (Paraná e Santa Catarina). Em março de 1895, Dom José de Camargo Barros realizou a primeira visita na pastoral de Santa Catarina, identificando o predomínio do catolicismo "luso-brasileiro". A fim de viabilizar a introdução dos discursos e práticas do catolicismo romanizado em Santa Catarina, o bispo nomeou em 1896 para ser vigário da igreja matriz, o padre Francisco Xavier Topp, sacerdote alemão que havia chego ao Brasil seis anos antes.

Até o ano do lançamento da pedra fundamental do Orphanato Santa Catharina, a Irmandade do Divino Espírito Santo não mantinha ações de caráter institucional de cunho filantrópico e/ou caritativo. Estas ações institucionais eram uma exigência do Bispado de Curitiba em função do processo de romanização porque passava a Igreja Católica naquele período. Devido a esse fato, o padre Francisco Xavier Topp recebeu uma Carta Pastoral que cobrava o pagamento de um percentual na ordem de $10\,\%$ da renda da confraria para o Bispado de Curitiba devido ao fato de não haver missões oficialmente de caridade na paróquia. Na petição datada do ano de 1897, a Irmandade do Divino Espírito Santo apresentou a seguinte solicitação:

---

[6] Destes primeiros membros da Mesa Administrativa da Irmandade do Divino Espírito Santo, apenas um consta no Dicionário Político Catarinense de Walter Fernando Piazza (1985): Aleixo Maria Caetano que era Sargento da Companhia de Ordenanças do Desterro e posteriormente Capitão (1774-1788).

[7] O investigador colombiano Rodolfo Ramón de Roux (2014) infere sobre o processo de romanização do catolicismo na América Latina. O autor afirma que a Igreja Católica, desde a metade do século XIX, centralizou suas ações na unificação do catolicismo de acordo com as diretrizes da "Cúria Romana". O autor argumenta que a Igreja Católica "(...) luchaba contra el avance de la 'Modernidad' y emprendíaum fortalecimiento de suinflujo político-religioso decidida a no dejarse 'encerrar em lãs sacristías' (...)". Esse fortalecimento entre as instâncias do alto escalão da Igreja Católica Apostólica Romana levaria as Igrejas dos diferentes países a aderirem às ações político-religiosas enunciadas por Roma (ROUX, 2014, p. 33).

> Petição – Irmandade do Divino Espírito Santo na Capital do Estado de Santa Catharina, 8 de Março de 1897. Por intermédio do Revmo Senr Pe Vigario da Parochia desta Capital recebeu esta administração a Carta Pastoral de 16 de Janeiro do anno passado e pela qual Vª Excª estabeleceu, para auxílio das fabricas da Parochia a porcentagem de 10 % sobre a renda liquida das irmandades que não mantém hospitaes, azylos, casas de instrucção etc (Anotações Livro Tombo, nº 2 de 1895 a 1902, Anotação 25).

Na devolutiva ao Bispo da Diocese de Curitiba, a Mesa Administrativa da instituição, através do Provedor da Irmandade do Espírito Santos, respondeu o seguinte:

> A irmandade que dirigimos não tem estabelecimento pio a seu encargo, mas tratando esta administração da creação de um Asylo de Orphãos Desvalidos, idea que, graças aos sentimentos religiosos do povo catharinense, vae ganhando terreno, merecendo protecção das almas sinseramentecatholicas, vem a administração abaixo assignada respeitosamente pedir a Vª Excª isenção dessa contribuição, não só porque a irmandade não está completamente reorganisada por isso que muito ainda tem a fazer, como, o que mais é, procura ser útil à sociedade, esforçando-se pela creação do referido Asylo de Orphãos. Além da fundação desse estabelecimento de altos efeitos moralisadores, e dependente apenas de auxilio dos poderes públicos, Excmo Senhor, a administração pretende melhorar as condições do cemeterio que por espaço de 10 annos, pois tanto durou o interdicto que sobre esta corporação pezam, esteve sob a acção do tempo, que nelle deixou vestígios da sua destruidora passagem. À vista exposto e de outras muitas razões que deixe de apresentar – espera a administração da Irmandade do Divino Espírito Santo que Vª Excª Revma a attenderá, dispensando-a da contribuição a que se refere a Carta Pastoral de 16 de Janeiro do anno passado. E nestes termos pede deferimento. O Provedor Virgilio José da Costa, o Vice-Provedor Firmino Costa, o Procurador Geral Alvaro Jentil, o Thesoureiro José Carlos Feijó e Silva, o Sub-Secretário Pompilio Duarte, o Zelador Manoel Diniz Martins (Anotações Livro Tombo, nº 2 de 1895 a 1902, Anotação 25).

O despacho do Bispo da Diocese de Curitiba foi:

> Despacho – Em vista das razões apresentadas dispensamos a Supple. da contribuição ordenado por Nossa Pastoral de 16 de Janeiro do anno passado. Sejam esta petição e despacho transcriptos no Livro do Tombo parochial e restituídos à Irmandade que os devem guardar em seu archivo. Corytiba, 6 de Janeiro de 1897. José, Bispo Diocesano (Livro Tombo, nº 2 de 1895 a 1902, Anotação 25).

A partir de 1897, atendendo a uma política imposta pelo primeiro Bispo da Diocese de Curitiba, os membros da confraria decidiram dedicar-se à assistência social. A missão escolhida foi criar um orfanato para crianças abandonadas. Em 1898, o padre Francisco Xavier Topp recebeu por doação o terreno da recém falecida Dona Maria Francisca de Paula Braga. Em seu testamento a referida senhora deixou o seguinte registro: “Deixo a minha casa e chácara sita a rua Almirante Alvim e fundos a rua Sebastião Braga, onde residiu o res. Padre Sebastião Antonio Martins, ao res. Padre Vigário da Igreja Matriz desta Cidade para um Asylo de Orphãos” (Anotações Livro Tombo, nº 2 de 1895 a 1902, Anotação 25). O Padre Francisco Xavier Topp

através de doação transferiu o terreno para a Irmandade do Divino Espírito Santo, que levou doze anos após seu recebimento para construir a instituição.

Em 1900, no dia 8 de março, foi firmado um convênio entre a Igreja Matriz da Capital e a Irmandade do Divino Espírito Santo para a criação do "Asylo de Órphãos". O asilo recebeu o nome de *Orphanato Santa Catharina* e seria administrado pelo Vigário da Igreja Matriz da Capital, padre Francisco Xavier Topp, e da Irmandade do Divino Espírito Santo. Na assinatura do referido convênio, ficaram estabelecidas as cláusulas que seriam consideradas o primeiro regimento do asilo. As cláusulas eram as seguintes:

> Convênio entre a Matriz desta Capital e a Irmandade do Espírito Santo: Cláusula 1ª – Para a fundação do Asylo de Órphãos, projetado pela Irmandade do Divino Espírito Santo, o vigário da Matriz dará a casa e chácara que, para esse fim, foram legados pela finada Da. Maria Francisca de Paula Braga e a Irmandade dará dinheiro que tiver recolhido à Caixa Economica e as quantias que forem recolhidas para o mesmo fim; Cláusula 2ª – A alludida chácara e casa serão de propriedade do Asylo de Órphãos a cargo da Irmandade do Divino Espírito Santo; Cláusula 3ª – O Asylo terá a denominação de Santa Catharina e ficará a cargo do vigário e da referida Irmandade; Cláusula 4ª – O Asylo será administrado por uma Meza composto do Vigario e Provedor da Irmandade, como presidentes, e mais dignidades do Conselho da Irmandade; Cláusula 5ª – O Governo do Estado, no caso de auxiliar a projetada instituição poderá nomear um fiscal de sua confiança, para examinar a maneira por que foi despendido o auxilio referido; Cláusula 6ª – As obras do edifício, destinado ao Asylo serão dirigidas e finalizadas pelo vigário e por uma comissão a três membros escolhida pelo Conselho da Irmandade, comissão essa que prestará contas ao referido Conselho; Cláusula 7ª – O regimento interno do Asylo será organizado pelo Conselho Administrativo e approvado pelo Exmo. Snr. Bispo diocesano; Cláusula 8ª – A sessão que tiver de discutir e approvar esse regimento será presidida pelo vigário que, em de empate, decidirá com seu voto, a questão; Cláusula 9ª – Ao Exmo. Snr. Bispo Diocesano compete: a) approvar este convenio que deverá ser registrado para ter força de lei; b) approvar anualmente o balancete da receita e despesa do anno que findar, assim como o orçamento de anno seguinte (Anotações Livro Tombo, nº 2 de 1895 a 1902. Anotação 91).

Em 3 de maio de 1900 foi lançada a primeira pedra fundamental, com missa solene seguida de procissão até o terreno onde seria construído o futuro prédio do asilo. Sobre a "Pedra", foi colocado um papel com os seguintes dizeres:

> Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos, aos três dias de Maio, dia da Festa de Vera Cruz, sendo Summo Pontifice da Egreja de Christo o Papa Leão XIII, Bispo Dioceano Dom José de Camargo Barros, Presidente desta República do Brazil Francisco Manoel de Campos Salles e, Governador deste Estado de Santa Catarina, foi por mim Vigario abaixo assignado lançada e benta a primeira pedra do prédio para o Orphanato de Santa Catharina no terreno que foi legado pela finada Maria Francisca de Paula Braga, sendo assistido pela Irmandade do Divino Espírito Santo a qual se incumbira de erigir o dito Asylo com o auxilio do Vigario desta Parochia, sendo Provedor da mesma Irmandade o Senhor Firmino Theotonio da Costa. (Anotações Livro Tombo, nº 2 de 1895 a 1902, Anotação 93).

A Irmandade do Divino Espírito Santo firmou uma parceria com a Congregação das Irmãs da Divina Providência, que mantinha junto ao seu convento localizado em Florianópolis um orfanato para cuidar de crianças órfãs e abandonadas em idade escolar, para que recebessem os infantes encaminhados para a confraria.

A Congregação das Irmãs da Divina Providência foi fundada em 03 de novembro de 1842, pelo sacerdote Eduardo Michelis, na Alemanha, com intuito de atender crianças órfãs pobres (PIERI, 2014). O padre juntamente com algumas jovens mulheres com vocação à vida religiosa assumiu a administração do Orfanato St. Mauritz, em Münster. A partir destas ações realizadas com crianças pobres, as freiras desenvolveram outras atividades missionárias, pedagógicas, caritativas e sociais em Jardins de Infância, Colégios, Escolas de Economia Doméstica, Paróquias, Hospitais e Asilos para crianças e idosos[8].

No Brasil, a Província foi criada em 25 de maio de 1906 na cidade de Tubarão, sob a direção da Irmã Amadéa Beckmann, que foi logo nomeada a Superiora Provincial das Irmãs da Divina Providência no país. A partir dessa data oito colégios, quatro hospitais, um orfanato e um asilo de idosos e doentes mentais, distribuídos em nove cidades e vilas catarinenses e na capital do Estado do Paraná foram paulatinamente instituídos. Possivelmente, a congregação recebeu apoio da Diocese de Curitiba para implantar tais instituições nos dois estados da federação.

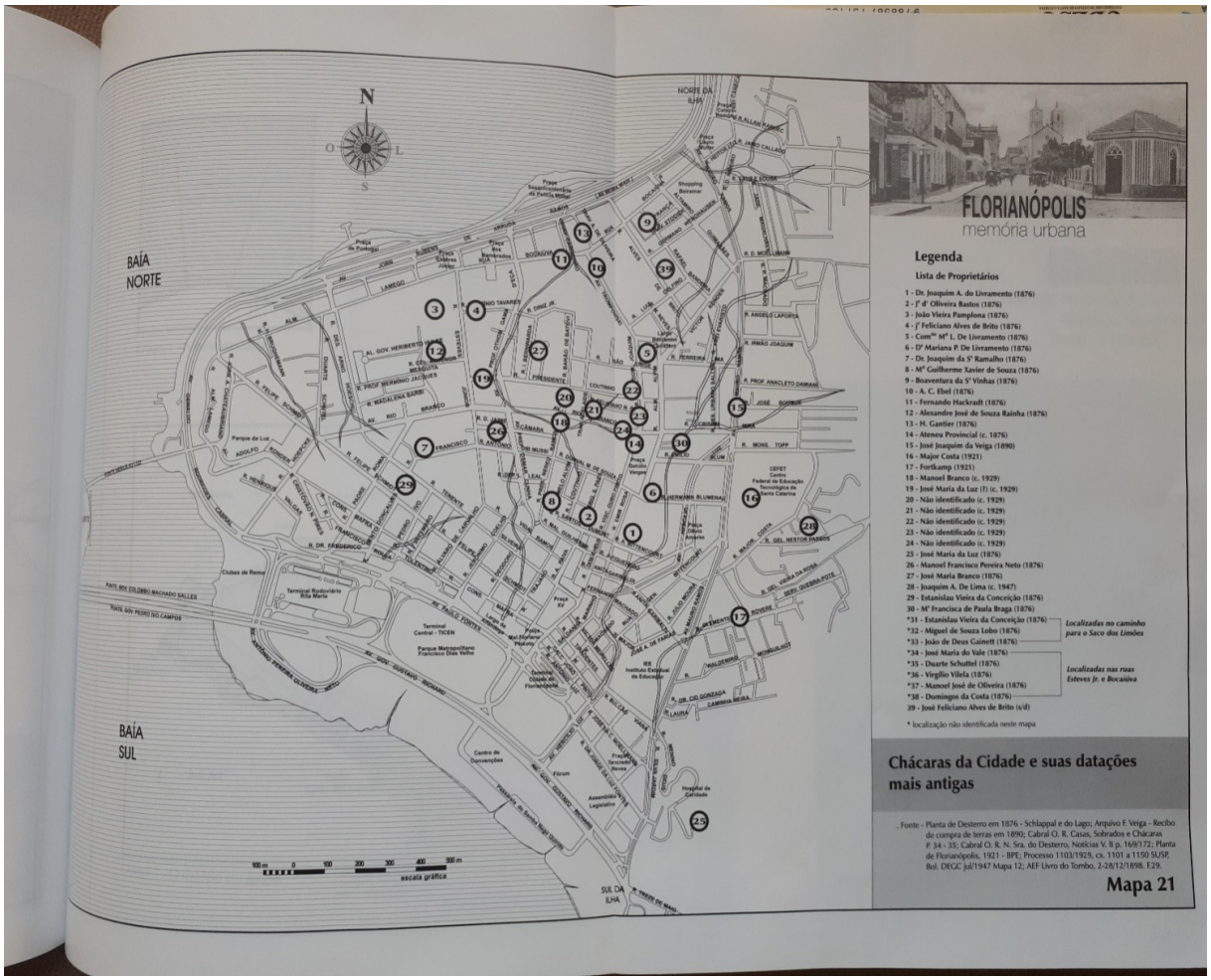
A chácara doada por Dona Maria Francisca de Paula Braga à Irmandade do Divino Espírito Santo iniciava seus limites na Rua Almirante Alvim – considerada a frente do terreno –, e finalizava na Rua Sebastião Braga, – atual Avenida Mauro Ramos. Devido a construção da Avenida Hercílio Luz, parte do terreno foi suprimido, e o novo limite foi estabelecido para aquém da avenida. Abaixo mapa da área central da Vila de Nossa Senhora do Desterro que apresenta a localização do terreno que deu origem ao asilo (Figura 2).

Os primeiros esboços para a construção do *Orphanato Santa Catharina*, cuja pedra fundamental foi lançada no ano de 1900, foram desenhados a mão como mostra a Figura 3.

A construção do asilo foi efetivamente concretizada em 1910, de acordo com as exigências de beleza e salubridade, símbolos da modernização do então atual regime republicano como se verá a seguir.

[8] Informações retiradas da página oficial da Província do Coração de Jesus – Congregação das Irmãs da Divina Providência. Ver o seguinte site: http://www.pcj.org.br/historiadacongregacao.html

Figura 2 – Chácaras da área central da Vila de Nossa Senhora do Desterro em 1876. A Chácara doada por Dona Maria Francisca de Paula Braga está identificada pelo nº 30 do mapa.



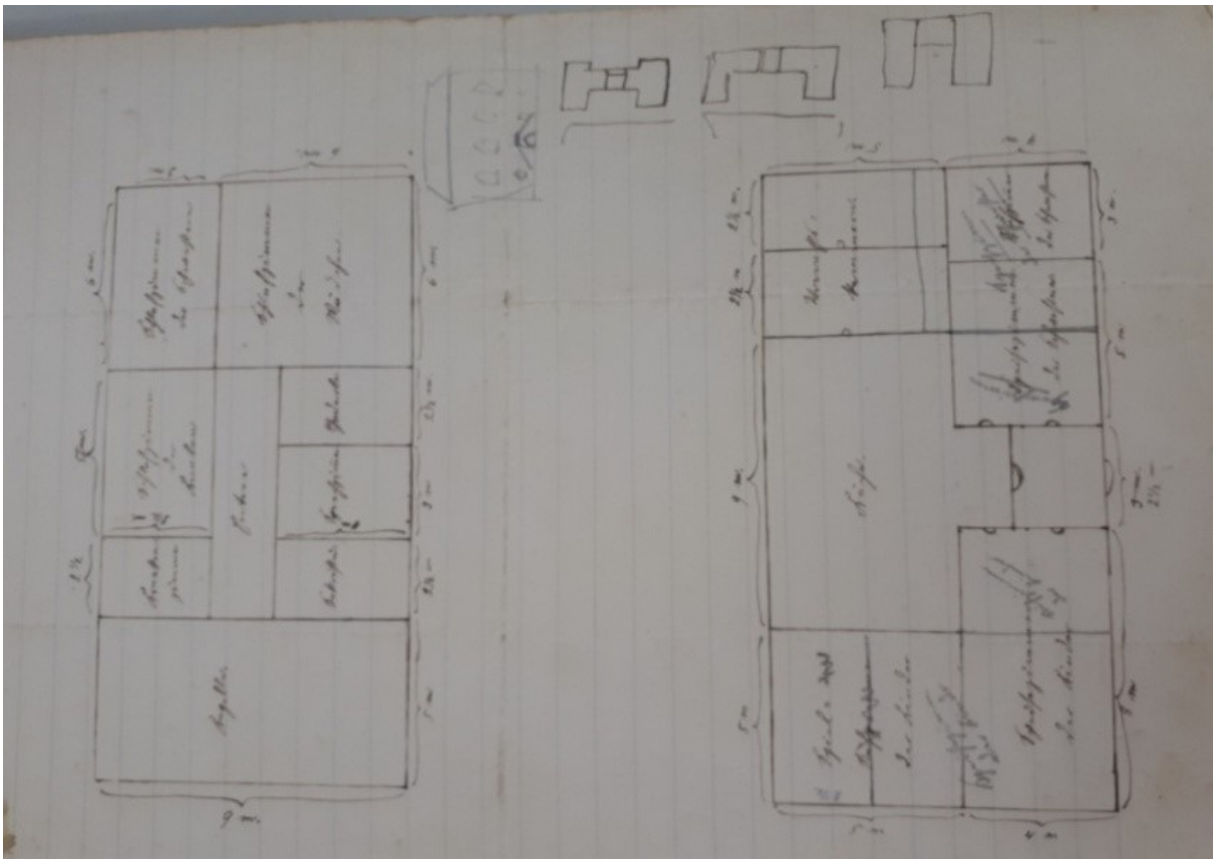

Fonte: VEIGA, Eliane V. da. Florianópolis: memória urbana. 3ª ed. revista. Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes: Florianópolis, 2010.

## 1.3 A edificação da sede do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo

Após o lançamento da pedra fundamental do *Orphanato Santa Catharina* em 1900, quatro anos se passaram até a inauguração do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo em 1º de janeiro de 1904. A documentação encontrada não informa o que ocorreu entre os anos 1900 e 1904, ou seja, porque optou-se por transformar o *Orphanato Santa Catharina* que possivelmente acolhia crianças de ambos os sexos em um asilo somente para meninas[9]. Uma hipótese seria de que talvez a Congregação das Irmãs da Divina Providência almejava com sua missão em

[9] A presente informação se encontra no relatório da Irmandade do Divino Espírito Santo. Nesse documento constam o resumo das reuniões que ocorreram entre os anos 1908 e 1917, dirigida pela Mesa Administrativa da entidade. No relato sobre a reunião de 26 de junho de 1910 temos as seguintes informações: "A Mesa Administrativa define a data da inauguração do Asilo e toma decisões a respeito do funcionamento do mesmo. Decide que será FEMININO. Padre Belarmino Correa é designado para Capelão da Irmandade e Asilo" (Reuniões da Irmandade do Divino Espírito Santo – 1908-1917, fl. 02, Memorial IDES).

Figura 3 – Primeiros esboços do *Orphanato Santa Catharina*.



Fonte: Cúria Metropolitana de Florianópolis/Arquivo Histórico

Santa Catarina encontrar pessoas que pudessem ingressar na ordem. Ou ainda porque, através da educação das mulheres pobres dentro dos princípios do catolicismo romanizado, seria possível a construção de famílias normatizadas. Em 1904, o jornal católico *A Verdade*, cujos editores eram os padres Manfredo Leite e Francisco Xavier Topp, este último vigário da paróquia de Nossa Senhora de Desterro, noticiou o evento de inauguração da instituição no periódico *A Verdade* de 1904.

> ASYLO DE ORPHÃS S. VICENTE DE PAULO – Realizou-se ante-hontem, às 5 horas da tarde, a inauguração do Asylo de Orphãs S. Vicente de Paulo. A'quella hora presentes no Collegio agrado Coração de Jesus, o exmo. Sr. Vice-Governador, secretário Geral do governo, superintendente municipal, padres F. Topp, Ganarini, Cruz, Gabriel Lux, Carlos Schnnes e Frei Zeno, directoria e membros da Conferencia de S. José, representantes de diversas associações, avultado numero de senhoras e cavalheiros, dirigiram-se todos para o novo edifício. Ali, na escadaria, a Irmã Albina, superiora da Congregação, n'esta capital, ofereceu ao exmo. Sr. Vice-Governador a chave do prédio, para que S. Exa. Se dignasse de abril-o. Feita esta cerimonia, de uma das janelas, descerrou S. Exa a cortina que cobria um lindo quadro em que se lia o título do novo estabelecimento e declarou inaugurado o Asylo. Seguiu-se belo cântico entoado por diversas e inteligentes alumnas do Collegio Sagrado Coração de Jesus: era o hymno Caridade que as gentis meninas cantaram, de modo a receberem muitas palmas, às últimas notas. Receitou depois aplicada alumna Gloria Silva

> o bello soneto que para aquelle acto compoz o inspirado poeta Araujo Figueredo, produção essa que foi professamente distribuída. Proferiu em seguida, um discurso que mereceu do auditório significativas demonstrações de sympathia o Sr. Jacintho Simas, presidente da Conferencia e membro do Conselho Director do novo Asylo. A inteligente jovem Enoe, alumna do referido Collegio, receitou a belíssima poesia É um meu irmão, de D. Amelia Rodrigues. Em nome da Sociedade Irmão Joaquim falou o ilustrado professor, Sr. Wenceslao Bueno. Dissertou em seguida, sobre a caridade o rev. Padre Miranda da Cruz. O Sr. Rodolpho Formiga, secretario da Conferencia de S. José e do Conselho Director, procedeu em seguida à leitura da acta de instalação, que foi assignada pelos sr. Governador, autoridades, exmas. Senhoras, membros da Conferencia, representantes das diversas associações e avultado numero de cavalheiros. À sala de entrada, aonde se achava a irmã superiora com as 8 primeiras orphãsinhas que o novo Asylo abriga, continuamente chegavam senhoras e cavalheiros, cercando de carinhos as creanças de conforto e amôr. Contando entre 5 e 10 annos, chamando-se ellas Florisbella, Maria Fischer, Herminia, Rosa, Carolina, Maria Rosa, Noemia e e Maria Christina. Entre ellas há uma infeliz ceguinha. Modesto, mas confortavelmente instalado, o Asylo causou a melhor impressão a todos que o visitaram. Notava-se sincero contentamento na numerosa concorrência, por ver inaugurado esse estabelecimento de caridade. Agora, resta ao bom e generoso povo da nossa terra não esquecel-o, para que, dia a dia, possa ampliar os benefícios que desde ante-hontem está prestando à infância, para quem falta, na frase de Araújo Figueredo: "O carinho de um pae, que é o trigo sazonado; E o beijo de uma mãe, o orvalho da manhã". Ao Asylo ofereceu S. Exa. O sr. Coronel Vidal Ramos Junior a quantia de .....100$000. A Conferencia de S. José agradece, profundamente reconhecida, a S. Exa. essa sua demonstração de apoio ao novo estabelecimento (*A VERDADE*, 1904, v. 57, p. 3).

Entre 1904 e 1910, o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo funcionou anexo ao Convento das Irmãs da Divina Providência e, apesar do nome, permaneceu acolhendo crianças de ambos os sexos, com idades entre cinco e quinze anos. A edificação de um prédio sede para o asilo deu-se aproximadamente em uma década, sendo finalizada em 1910. Em 1900, desde que a Irmandade do Divino Espírito Santo assumiu o compromisso de gerir o *Orphanato Santa Catharina*, os membros da Mesa Administrativa junto com o vigário da Paróquia Nossa Senhora do Desterro apresentavam preocupações com a configuração de um prédio que pudesse atender as necessidades das crianças e jovens órfãos ou abandonados. O projeto arquitetônico foi idealizado possivelmente sob uma perspectiva higienista, pois o número de falecimentos de crianças *asiladas* era alto, mesmo com o atendimento que recebiam no Hospital de Caridade. As crianças doentes recolhidas quase sempre não retornavam do hospital e, quando voltavam, tinham reincidentes internações e por raras vezes sobreviviam, conforme consta no Livro de Inscrições:

> Foi transferida ao Asylo S. Vicente de Paulo. Foi recolhida ao Hospital de Caridade no dia 11 de Fevereiro de 1915. Teve alta do Hospital no dia 4 de abril do refº anno. Foi recolhida ao Hospital no dia 16 de Outubro do mesmo anno. Faleceu no Hospital no dia 11 de abril de 1916. Filinto Costa Mordomo (Livro de Inscrição, 1911-1937).

O edifício, cujo estilo arquitetônico era o neoclássico, era semelhante aos demais presentes na praça então chamada de 17 de Novembro (atual Praça Getúlio Vargas). De acordo com Silveira e Arend (2018) “a edificação construída pela Irmandade do Divino Espírito Santo possuía dois andares, sendo que os alojamentos das asiladas e das Irmãs da Divina Providência estavam situados no piso superior, enquanto na parte inferior do imóvel localizava-se a cozinha, a sala de refeições, as salas de trabalho e estudo e a capela”. A edificação possuía vinte e oito janelas na sua fachada frontal que eram consideradas fundamentais para a ventilação do ambiente. Abaixo uma imagem (Figura 4) da fachada do prédio do Asilo São Vicente de Paulo feita em 1912, ou seja, dois anos após a inauguração da edificação.

Figura 4 – Fachada do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo em 1912.

Fonte: Acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo.

Em 1915, a Mesa Administrativa da Irmandade do Divino Espírito Santo propôs um aumento no espaço físico do asilo. Para esse fim foi montada uma comissão para angariar donativos a fim de executar a obra. No Relatório da referida instituição do ano de 1920, sobre o “Edificio do Asylo”, o provedor Fernando Caldeira de Andrada relata o seguinte aos membros da Mesa Administrativa:

> Graças, sobretudo a excelsa bondade do eminente Governador do Estado, Dr.

> Hercilio Pedro da Luz, amparando junto do Congresso Representativo a justa pretensão, há longos annos, por nós mantida, de ampliar o edifício do Asylo, podemos no anno findo de 1920, com o auxilio votado em apólices, e paga ao contratante Theodoro Gründel, por saldo de contas, a importância de 7:500$000, inauguramos a 2ª Ala do estabelecimento, que fica assim, dotado, de amplos salões, para 4 dormitorios, salas de refeições, de trabalhos, etc, tudo mantido de excelentes condições hygienicas, com muito ar, muita luz, com capacidade para perto de 100 creanças. A área do nosso edifício ficou elevada a 324m². O nosso edifício, nas condições actuais, com as suas 28 janelas de frente e situado na belíssima praça 17 de Novembro e em baixo, considerado o mais salubre desta cidade, já se impõe a consideração publica, que, incontestavelmente, vota-lhe as mais justas sympathias (Relatório, 1920, fl. 1).

Mesmo sendo uma preocupação da Mesa Administrativa da Irmandade do Divino Espírito Santo adotar as exigências mínimas sanitárias, no regulamento do asilo as questões relativas a higiene dos corpos e dos bens só foram incluídas no Regimento Interno de 1924, enquanto *ações pedagógicas*, conforme o registro abaixo:

> Capítulo VIII – Da hygiene. Art. 23. – Devem as asyladas, acompanhadas da Directora ou da Irmã ou Irmãs que a represente, fazer semanalmente passeios, à hora mais conveniente, pela cidade ou seus arrebaldes. Art. 24. – Duas vezes, pelo menos, por semana, deverão ser mudadas as roupas brancas das camas das asyladas e os respectivos colchões, depois de completamente examinados, expostos ao sol de 8 em 8 dias pelo menos. Art. 25. – Adoecendo qualquer asylada de enfermidade transmissível, as roupas por ella usadas não podem ser empregadas em outros leitos e nem servidas por outras asyladas, devendo, no caso de morte, ser absolutamente queimadas, e a cama de ferro, depois do expurgo, ser raspada e pintada a óleo com três mãos de tinta. Art. 26. - Devem, pelo menos, 2 vezes por semana, as asyladas tomar banhos frios de emersão ou chuveiro, ou quentes, sempre que preciso, durante o verão e tépidos ou frios durante o período de inverno (Regimento Interno, 1924, p. 9-10).

O movimento "pedagógico-higienista", além dos discursos veiculados nos jornais, se estendeu às escolas de vários Estados brasileiros. O ensino da higiene era considerado de extrema importância por muitos intelectuais, médicos e políticos da época, contudo nem sempre atingia as crianças como se esperava, por ser um conteúdo considerado defasado e não atraente na sua forma de abordagem. Borghezan (2014) explica que "essas condições de atraso no ensino de higiene geravam críticas na imprensa; críticas que eram tímidas e contidas, com um caráter mais construtivo e proposicional (...)" (p. 42), e que "o ensinamento dos preceitos higiênicos deveria ser comparado e encarado como uma catequese, reforçando a importância e força que esses discursos adquiriram na época" (BORGHEZAN, 2014, p. 42). Rocha (2003) afirma que em São Paulo, as escolas se tornavam cenários para encenações de "rituais" de saúde, intervindo, modelando o corpo do discente, revelando modos e costumes e produzindo com isso um espaço asséptico, ordenado, disciplinado, ao mesmo tempo em que o tornava moralizado.

No período em estudo foi enunciado um discurso em torno da necessidade de manter para as meninas do Asilo de Órfãs São Vivente de Paulo um ambiente arejado, salubre e iluminado em relação a edificação. No que tange as relações sociais, o "retrato" era de um ambiente permeado pela hierarquia, disciplina e pouco lazer. Estas concepções são fundamentais para a compreensão do processo constitutivo das instituições para crianças e jovens órfãs e abandonadas.

## 2 UM LAR PARA EDUCAR: O ASILO DE ÓRFÃS SÃO VICENTE DE PAULO

O advento da ciência levou a uma acirrada luta no processo de construção da autonomia entre a esfera do Estado e da religião (no caso do Brasil da Igreja Católica Apostólica Romana) nas últimas décadas do século XIX e início do XX no Ocidente. Veiga (2007) explica que o campo de maior atenção para estas mudanças foi a educação escolar. A autora afirma que "(...) à defesa das ideias da liberdade de consciência e autonomia moral por parte dos liberais e iluministas se somou a contestação dos entraves educacionais da escolarização monopolizada pelas ordens religiosas" (VEIGA, 2007, p. 90). Era um momento de reforma das escolas e objetivava-se que fosse um "espaço de difusão das ciências, dos valores nacionais e do trabalho" (VEIGA, 2007, p. 90).

Neste movimento de pensar uma nova educação escolar, Veiga (2007) destaca as ideias do filósofo John Locke, que defendia uma renovação pedagógica. O pensador inglês possuía uma visão do indivíduo como uma "tábula rasa", entendendo esta expressão como fortalecedora de "condicionamento e modelagem da criança" (p. 91). Neste viés, o pensador apresenta uma dinâmica tripartite de formação dos indivíduos: a educação do corpo, a educação moral e a educação intelectual agindo de forma integrada. Esta formação era considerada o alicerce para o desenvolvimento do autocontrole e do caráter necessários à formação da sociedade elitizada.

Para a educação dos pobres, John Locke sugere o seguinte:

> (...) a criação de escolas do trabalho obrigatórias a partir dos 3 anos, nas quais as crianças confeccionariam as próprias roupas, teriam um regime alimentar de acordo com o padrão de sua classe social e aprenderiam um ofício. Os estudos incluiriam religião e moral, para que as crianças formassem o hábito de freqüentar a missa aos domingos (VEIGA, 2007, p. 91).

Voltaire, por sua vez, para a autora, entendia a educação da seguinte forma: "de um lado via a maturidade intelectual e a produção filosófica de seu círculo de relações e de outro o modo de viver e pensar da maioria da população" (VEIGA, 2007, p. 91). O pensador compreendia que a maneira de reprimir as paixões e os instintos seria pelo viés da razão. "Para os pobres, porém, a regeneração se daria por intermédio do trabalho, pois os homens possuem o 'espírito de sua posição'" (VEIGA, 2007, p. 91). A educação escolar estava baseada em uma hierarquização de saberes e conteúdo que para acontecer, dependia da condição social das pessoas. Mesmo que as elites reconhecessem certos talentos inatos e de méritos individuais para uma ascensão social através da escolarização, ainda assim, dependeria da origem de classe, étnica, de gênero e geração (VEIGA, 2007). Para Cynthia Veiga (2007), a partir do monopólio da educação pelo

Estado moderno no século XIX no mundo ocidental observou-se a permanência da limitação para as mulheres à escola, a diferenciação de acesso escolar entre as crianças pobres e as crianças pertencentes às elites e a busca pela homogeneização de valores, linguagens e hábitos, a fim dos considerados pobres desfazerem-se de suas práticas. A Irmandade do Divino Espírito Santo, através das ações levadas a cabo no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, caminhou por esta "trilha" no que tange ao social e ao educacional.

## 2.1 Indígenas

Os documentos pesquisados no Memorial apresentam algumas lacunas entre o lançamento da pedra fundamental em 1900 e a inauguração do prédio novo do asilo em 1910, no que se refere ao convênio firmado entre a Igreja Matriz de Florianópolis e a Irmandade do Divino Espírito Santo e o encaminhamento dado aos infantes. No entanto, a Irmandade do Divino Espírito Santo solicitou ao bispo da Diocese de Florianópolis a permissão para instalar o orfanato em sua propriedade em 1910. O Livro Crônica do Asilo São Vicente de Paulo afirma o seguinte sobre esse tema:

> No início do ano de 1910 a Irmandade do Divino Espírito Santo dirigiu ao Sr. Bispo D. João Becker o pedido de abrir um orfanato numa casa localizada no terreno da mesma Irmandade. A bela construção não tinha, até então, nenhuma finalidade. Além disso, o orfanato particular, dirigido pelas Irmãs da Divina Providência, era pequeno demais. Sua Excelência anuiu com alegria a este pedido e prometeu refletir sobre o assunto com a Superiora Provincial, I. Amadéa. O pedido foi aceito, sendo o dia 8 de setembro, festa da Natividade de Maria, escolhido como o dia da inauguração (Crônica, Lar "São Vicente", p. 02).

Conforme a narrativa do Livro Crônica, a inauguração do novo asilo na sua sede própria ocorreu no dia 08 de setembro de 1910. A Irmandade do Divino Espírito Santo firmou parceria com as Irmãs da Divina Providência com objetivo de que estas religiosas gerissem o novo asilo no que tange aos recursos humanos. A partir dessa inauguração, segundo o Livro Ata, algumas deliberações foram tomadas pela Mesa administrativa da instituição agora composta pela Irmandade do Divino Espírito Santo - provedor, o vice-provedor e irmãos conselheiros - e pelas irmãs da Divina Providência.

Em 1904, no início de funcionamento do asilo foram entregues pela Conferência de São José da Sociedade de São Vicente de Paulo[1] oito crianças órfãs, sendo uma delas cega (Crônica,

[1] A Sociedade de São Vicente de Paulo foi fundada em 1833 na França por jovens estudantes com o objetivo de fortalecer a fé católica e ajudar pessoas necessitadas. No Brasil, a Sociedade recebeu o nome de Conferência de São José e foi fundada em 1872. As informações sobre a Sociedade de São Vicente de Paulo estão disponíveis no link http://www.ssvpbrasil.org.br/.

Lar "São Vicente"). No mesmo dia da inauguração do asilo foi realizada a primeira reunião extraordinária da Mesa Administrativa. Dentre os registros presentes nessa ata consta a inscrição das meninas no Livro de Registro[2], bem como a instituição do primeiro Regulamento do asilo. Deste dia em diante foram acolhidas muitas meninas que ocuparam todos os quartos disponíveis.

No final do ano de 1904, na festa de Natal, o Dr. Thiago da Fonseca, em nome da Conferência de São José da Sociedade de São Vicente de Paulo, fez as devidas homenagens aos dirigentes do asilo, e aproveitou para:

> (...) pronunciar um emocionado discurso allusivo a solenidade, encarecendo os carinhosos afectos das desveladas Irmãs da Divina Providência, e, referindo-se também aos cinco silvícolas[3] disse que a coincidência da entrada dos cinco pequenos silvícolas para o Asylo no dia consagrado ao nascimento do Menino Jesus provava que Deus olhava com tanto desvelo para ao Asylo de S. Vicente de Paulo que o presenteou com cinco entes roubados a crueldade da vida selvagem (Ata, 1904, p. 10v).

A notícia "correu" a cidade de Florianópolis sendo que o jornal *Gazeta Official* afirmou o seguinte sobre o evento a partir de uma nota redigida pelo Prefeito de Polícia: "(...) A turma que foi ao sertão no intuito de afugentar os selvicolas, capturou os 5 menores que, trazidos a esta capital, fi-los recolher ao Asylo de Orphãs São Vicente de Paulo, a cargo das virtuosas Irmãs da Divina Providência" (1905, v. 2, p. 10). Lima explica sobre as ações governamentais dirigida aos indígenas no período

> (...) não era apenas uma demonstração de bondade e generosidade, forma abnegada de proteger aquele que é tomado como incapaz de participar plenamente numa comunidade política, como um ato humanitário, mas também de inseri-las como parte dos processos de formação de Estado. De extensão de sua malha administrativa através da articulação de âmbitos domésticos e públicos, de uso do trabalho indígena e, mais importante, de liberar terras aos interesses econômicos de grupos privados (2015, p. 428).

Os indígenas seriam educados pelas Irmãs da Divina Providência visando o ingresso dos mesmos na civilização. Para isso as crianças foram batizadas, bem como foi-lhes atribuídos nomes a partir do idioma português (o segundo nome das crianças permaneceu possivelmente próximo do idioma indígena). Consta na ata o seguinte relato acerca desse processo:

> O Exmo. Snr. Cel. Governador (Antônio Pereira da Silva e Oliveira) numa bela allocução manifestou a sua satisfação e illimitada confiança que depositava neste Asylo a cargo da Conferência de S. José e sob a Direcção das desveladas Irmãs da Divina Providência, onde se achavam recolhidos por deliberação da

[2] Este Livro de Registro das internas não existe mais no Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo. A informação consta nas Crônicas do Asilo.

[3] Assim eram nominados os indígenas no período em estudo.

> Mesa Administrativa, desde o dia 25 de Dezembro próximo findo, os cinco silvícolas por elle entregues, os quaes acabavam de ser baptizados, o primeiro com o nome de Maria Duhatáca do Nascimento, o segundo com o de Laura Indiara do Nascimento, o terceiro com o nome de Rosa Andjira do Nascimento, o quarto como de Pedro Andiro Natal e o quinto com o de Antonio Kundá Natal (Ata, 1904, p. 11-11v).

Também receberam do Exmo Sr. Governador do Estado o seguinte provento:

> (...) a quantia de um conto offerecido pelo Excellentíssimo Snr. Conselheiro Rodrigues Alves, Presidente da República; cem mil reis pelo Exmo. Snr. Dr. Lauro Müller, e cem mil reis pelo Exmo. Snr. Coronel Vidal Ramos Junior (...) (Ata, 1904, p. 11v).

É relevante destacar que no Código Civil de 1916, no que se refere à regulação dos direitos e obrigações das pessoas, o artigo sobre os indígenas afirmava:

> Capítulo I, Das Pessoas Naturaes, Art. 6º, III – Os silvícolas. Parágrafo único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecidos em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida que se forem adaptando à civilização do País (BRASIL, Lei nº 3.071, 1916).

Na segunda metade do século XVIII, foi criado o Diretório dos Índios (1755) sob uma política indigenista conduzida pelo Império Português, para os que se encontravam sob a guarda dos missionários e religiosos, cujas ações centravam-se na catequese e na tentativa de civiliza-los, e era coordenada pela Companhia de Jesus. O Diretório dos Índios intencionou reorganizar o governo das populações indígenas americanas, tornando "as aldeias em vilas e lugares portugueses e os índios em vassalos dos reis" (ALMEIDA, 2005, p. 241). Segundo o autor, a proposta era ensinar-lhes a língua portuguesa, proibindo inclusive o uso da língua da própria etnia.

A historiografia aponta, de modo geral, para as dificuldades encontradas pelo Império Português em executar a política indigenista proposta pelo Diretório dos Índios. Segundo Raminelli (1996, apud VAINFAS, 2000, p. 305), "Os índios padeceram de fome e epidemias devastadoras e muitas comunidades sucumbiram antes de alcançar o estágio de 'civilização' preconizado pelos ilustrados". Para o autor, na prática, os índios convertidos à 'civilização' não encontraram melhores condições de vida do que dos escravizados. O objetivo maior era transforma-los em potenciais trabalhadores, minimizando a política da educação, proposta esta que levou ao fim do Diretório em 1798 (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 258-259).

No século XIX, as comunidades indígenas viviam sob condições precárias como o "isolamento de grupos étnicos nas florestas ou à submissão a política de aldeamentos, ao baixo

índice demográfico das comunidades e à exploração do trabalho sob várias formas de servidão" (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 259). Esta postura do Estado levou a população indígena a promover rebeliões e guerras regenciais, para fins de sobrevivência e integração ao meio urbano e rural (MOREL, 2003, p. 45). Com o Ato Adicional de 1834, a responsabilidade de legislar as terras e aldeias indígenas passou a ser das províncias, sendo o primeiro e único regulamento geral datado de 1845.

No Estado de Santa Catarina, o então vice-governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior[4] na sua política de reformas pelo Estado, através da *Mensagem apresentada ao Congresso Administrativo do Estado em 26 de julho de 1903* sobre os indígenas, apresentou:

> Os ataques feitos ultimamente pelos silvícolas aos viajantes nas estradas de Blumenau a Curitybanos, Estreito a Lages e Curitybanos ao Rio Negro e cujas deploráveis conseqüências deveis conhecer pelas publicações feitas nos jornaes e a que allude o Relatorio do Sr. Secretario Geral, devem naturalmente ter robustecido o pensamento de cuidarmos da catechese dos nossos selvagens. Os meios empregados até hoje para afugental-os da proximidade das estradas e dos logares povoados, não attendem de vez os interesses da segurança dos viajantes, nem garantem a tranqüilidade d'aquelles que, afrontando todos os perigos, vão pelo interior das nossas mattas elaborando o nosso progresso material, pelo que torna-se indispensável promover a civilisação das pequenas tribus de selvagens que ainda existem no Estado (p. 9-10).

Nesta mensagem do vice-governador é perceptível que para as autoridades da época, os indígenas deveriam responder aos anseios do Estado no que se refere a civilidade, bem como apresentar "respostas" baseadas na hierarquia e obediência. No ano de 1904, o referido vice-governador relata na mensagem anual sobre os indígenas que foram encaminhados ao asilo.

> (...) As contínuas incursões dos selvicolas em diversos pontos do Estado, obrigaram o Governo a mandar afugental-os para o interior do sertão, por turmas de batedores, único recurso de que podia lançar mão para proteger as populações das zonas expostas aos seus ataques. Essas turmas capturaram 10 pequenos gentios, que foram recolhidos ao Asylo de Orphãos de S. Vicente de Paulo (*O Dia*, 1905, p. 9).

O vice-governador de Santa Catarina complementa a mensagem afirmando o seguinte:

> (...) Insisto pela decretação de uma verba para o serviço de catechése. Não devemos desanimar ante as difficuldades que empresa offereça, porque, senão formos bem succedidos, resta-nos-há a satisfação de havermos cumprido um

[4] Vidal José de Oliveira Ramos Júnior empreendeu a reorganização da instrução pública do Estado de Santa Catarina em moldes científicos e atuantes, entre as décadas de 1910 e 1930. Para isto contratou uma comissão de professores paulistas liderados por Orestes Guimarães, que implantou um novo sistema que permitiu o posterior desenvolvimento da instrução pública. Foram criados, então os primeiros grupos escolares nas principais cidades do Estado, enquanto a Escola Normal em Florianópolis passava a formar professores que seriam disseminados por todo o território catarinense. Este é o marco inicial de todo o progresso do setor educacional de Santa Catarina (CABRAL, 1994).

> dever de humanidade, fazendo o possível para salvar a infeliz raça indígena que vive nas nossas mattas. A política de rigorosa economia, que somos obrigado a manter, não deve impedir a adopção da medida que proponho, porque a despesa é inevitável, e as quantias gastas com a organização de turmas para afugentar os selvicolas, serão empregadas com mais proveito no serviço de catechése regurlarmente organizado (*O Dia*, 1905, p. 9).

O primeiro serviço do Estado brasileiro de proteção aos índios só veio a se concretizar em 1910 – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais – que passou a ser somente Serviço de Proteção aos Índios em 1918. O órgão surgiu em resposta aos conflitos de ocupação e exploração territorial no Brasil.

> (...) A filosofia do Serviço de Proteção ao Índio - SPI, ao ser criado, era etnocêntrica (PASSUELO, 1993, p. 17), visando integrar os índios na cultura nacional por meio de sua pacificação e possivelmente pela miscigenação, o que em parte também estava presente na concepção de Clóvis Bevilácqua (1921, p. 185), no seu projeto do Código Civil entregue em fins do século XIX, depois modificadono Senado da República quando o senador Muniz Freire restringiu a capacidade civil dos índios em continuidade da dita tutela orfanológica dos séculos anteriores[5]. Essa pacificação não reduziu os conflitos existentes, e sim favoreceu a extinção de novos grupos tribais e também estendeu eampliou a quantidade de atrocidades que já eram cometidas desde 1500 (LEVY, 2007, p. 1).

Em relação aos indígenas admitidos no asilo entre os anos de 1904 e 1905, segundo o Livro Ata de 1904-1909, foram recolhidos o total de dez crianças. Três meninas e dois meninos no ano de 1904 e, no ano subsequente, mais cinco indígenas, sem identificação quanto ao sexo. No final da ata, consta que sete indígenas faleceram, sendo duas meninas e um menino no ano de 1904 e quatro no ano de 1905, nesse caso sem identificação quanto ao sexo, conforme o Quadro 1 abaixo.

O político catarinense José Boiteux (1914) relatou:

> Como os nossos silvícolas continuassem a cometer tropelias em vários pontos, ordenou o governador a organização de turmas de batedores do mato, para afugentá-los. Tão desumanamente se portaram as tais turmas sinistras que fuzilaram, sem piedade, 145 botocudos, entre adultos e crianças. E, como troféu de sua campanha assassina trouxeram para a capital 10 inocentes, que o governo, penalizado, fez entregar ao Asilo de Órfãos São Vicente de Paula. Estas míseras crianças, arrancadas aos carinhos dos seus, vieram quase todas a falecer (1914, p. 75).

[5] Levy (2007, p. 1) afirma que "O Decreto nº 5.484 de julho de 1928 dividia os grupos indígenas em quatro categorias, a depender do critério de grau de aculturação e tipo de aldeamento, considerando nulos os atos praticados entre os civilizados e índios de três dessas categorias, excluindo a quarta referente ao indígena que vive misturado com outros segmentos da cultura nacional. A este se aplicaria o Direito comum emancipando-os da tutela orfanológica".

Quadro 1 – Indígenas acolhidos no Asilo de Órfãs São Vivente de Paulo - 1904-1909.

| Ano | Ingresso | Desligamento | Motivo |
|---|---|---|---|
| 1904 | 5 (3 F e 2 M) | 3 (2 F) | Falecimento |
| 1905 | 5 (sem id.) | 4 (sem id.) | Falecimento |
| 1906 | - | - | - |
| 1907 | - | - | - |
| 1908 | - | - | - |
| 1909 | - | - | - |
| **Total** | 10 | 7 | - |

Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro Ata de 1904-1909 do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

No relato das crônicas do asilo, consta que mesmo com todos os esforços das religiosas em cuidar das crianças indígenas, apenas uma sobreviveu. Era o menino Pedro, que conviveu com os outros órfãos até a criação definitiva do novo asilo em 1910. Não se sabe sobre o destino dos meninos que residiram na instituição, como também desse e dos outros indígenas. Nos livros de inscrições da instituição existentes a partir de 1910 não constam mais registros destas pessoas.

A partir da inauguração do novo prédio para o asilo em 1910, nos relatórios das reuniões foram descritas as deliberações tomadas pela Mesa Administrativa, composta pelo Provedor, Vice-Provedor, Irmãos Conselheiros e as Irmãs da Divina Providência. Algumas destas deliberações dizem respeito ao atendimento das crianças, que por definição da Mesa Administrativa seriam somente meninas, e o que estava posto no contrato firmado entre as freiras e a Irmandade do Divino Espírito Santo visando à administração do asilo. A ata transcreve na íntegra o texto do contrato, porém, este livro referente ao período 1910-1936 não foi localizado no acervo do Memorial como já citado. Foi aprovada também a fusão do antigo "Asylo de Órphãos" mantido pelas Irmãs com o novo asilo. A ata transcreve os termos do acordo assinado entre as partes e que efetiva a fusão, bem como estabelece o nome do asilo para "Asyllo de Orphãs São Vicente de Paulo". Neste momento cria-se o cargo de "Mordomo das Orphãs"[6], na qual foi designado para a

[6] No Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo de 1913, consta a descrição da função do "Mordomo das Orphãs" e suas responsabilidades. SECÇÃO VIII – Do mordomo das orphãs. Art. 45. – O mordomo das orphãs será escolhido d'entre os irmãos que se recommendarem por sua posição social, bons costumes e sentimentos de caridade. Incumbe-lhe: 1º velar pelo bem estar das asyladas, lembrando por escripto ao provedor as medidas que devam ser tomadas por necessidade; 2º assistir, quando lhe approuver, a refeição das meninas recolhidas ao estabelecimento, levando ao conhecimento da irmã directora o que encontrar de irregular ou ao provedor no caso de re-incidencia; 3º poro-visto-nos pedidos que fizer a irmã directora do asylo, sujeitando-o depois ao -Forneça-se- do provedor; 4º declarar no próprio pedido que as quantidades requisitadas pela directora são em demasia e quaes as que devam ser fornecidas, caso esse em que o provedor escreverá –Forneça-se, de accordo com a declaração do mordomo das orphãs; 5º receber no fim de cada mez as contas dos fornecedores, acompanhadas dos pedidos, examinando-as, conferindo-as e remettendo-as depois ao provedor para pôr o –Pague-se; 6º entregar as contas ao thesoureiro para que este proceda ao respectivo pagamento. Art. 46. – O mordomo das orphãs, nos impedimentos temporários, será substituído pelo mordomo do culto, dando-se algum dos casos do art. 31, segunda parte, proceder-se-ha à eleição. (Compromisso da Irmandade do Divino Espírito

função o Irmão Felinto Elysario do Nascimento Costa, que é quem assina a maioria dos registros das meninas *recolhidas*, bem como era responsável por quaisquer ações que ocorressem no asilo.

Em 1912, foi aprovado o Regimento Interno do asilo, momento em que foi delimitado o número de 40 vagas para o *recolhimento* de meninas. No entanto, com as dificuldades que a direção do asilo encontrava para a sua manutenção – higiene, alimentação, vestuário, pagamento das Irmãs – em 1915, a Mesa Administrativa decidiu por reduzir para 30 vagas "devolvendo-se aos pais ou tutores aquelas que tiverem condições de recebe-las" (Reuniões Irmandade do Divino Espírito Santo, 1908-1917). Para que não fosse preciso desligar mais meninas da instituição, a direção buscou junto das autoridades federais, estaduais e municipais, o recebimento de subvenções para somar às doações que a entidade já recebia dos leigos.

A Irmandade do Divino Espírito Santo possuía, desde sua fundação no século XVIII, muitos imóveis que recebeu por doação dos Irmãos da confraria, de autoridades locais, da Igreja Católica e de benfeitores. Esses imóveis eram alugados e suas rendas eram revertidas para o pagamento das despesas da confraria. Contudo, o asilo demandava um grande gasto, sendo que os valores acumulados não supriam tal demanda. No Relatório de 1920, o provedor da Irmandade do Divino Espírito Santo relata à Mesa Administrativa que:

> (...) Deve figurar na lei orçamentária do corrente anno a importância de 5:000$000 que o Congresso (...) votou, como subvenção ao nosso Asylo segundo telegramma que nesse sentido, recebeu a 31 de Dezembro findo, do Sr. Senador Schmidt o ilustre Sr. Dr. Governador do Estado (Relatório da Reunião apresentado à Mesa Administrativa em 1920, Memorial da IDES).

Os livros de registros de Receita/Despesa possibilitariam estudos sobre a movimentação financeira do asilo desde sua criação. Assim como havia o recebimento de recursos financeiros, também havia muitos gastos. No exemplo a seguir, no início do mês de janeiro de 1921, no relatório anual apresentado à Mesa Administrativa da Irmandade do Divino Espírito Santo, foram relatadas as dificuldades e a necessidade de angariar mais recursos para a manutenção do asilo. Eis o registro do documento:

> 07/01/1921 – Relatório referente ao ano de 1920 apresentado pelo Provedor Fernando Caldeira de Andrada à Mesa Administrativa da IDES. Lutando com difficuldades enormes decorrentes dos effeitos da crise que assoberba o mundo inteiro, o nosso estabelecimento, achado sempre com tanto carinho pela população generosa de nossa capital sobretudo, com muito esforço tem logrado vencer essas mesmas difficuldades, impondo-se cada vez mais a confiança dos poderes públicos, que nos amparam, e da caridade que corre sempre ao encontro de nossas necessidades (Relatório, 1920, fl. 1).

Santo da Capital de Santa Catarina. Typ. Da Escola de Aprendizes Artifices: Florianópolis, 1913).

Nos relatórios da instituição é possível identificar lacunas no recebimento de recursos financeiros em alguns anos. No entanto, estes períodos eram supridos com as atividades criadas pelas freiras e executadas pelas internas. Essas atividades forneciam um retorno financeiro a instituição como ver-se-á em seção posterior desta narrativa, na formação profissional das meninas e moças. Em 1915, foi criada uma comissão para angariar donativos a fim de levar adiante a ampliação do espaço físico do asilo que mantinha 30 meninas. Em 1919, iniciou a nova construção, acrescentando mais um grande dormitório, um espaço para a capela e um refeitório. Neste novo espaço caberiam 100 meninas, mas em 1920 havia 40 internas no asilo (Relatório da Reunião apresentado à Mesa Administrativa em 1920, Memorial da IDES), considerando as dificuldades para mantê-las no tange aos recursos financeiros.

Dos Regimentos Internos do asilo, que serão abordados na presente pesquisa, segundo os registros encontrados nas Atas e nos Relatórios, o primeiro instituído foi o de 1904, inscrito na Ata da 1ª Sessão Extraordinária de 01 de janeiro. Neste documento, estão descritas as ações correspondentes à Irmandade do Divino Espírito Santo, às Irmãs da Divina Providência e às meninas e moças, principalmente sobre os "deveres" a serem cumpridos após o ingresso no asilo. A disciplina ficaria sob a responsabilidade da Irmã Superiora Albina Fürhrmann, que na ocasião, era responsável pela direção do Convento Coração de Jesus. A diretora do convento fazia parte da Mesa Administrativa, que tinha a responsabilidade de dirigir o asilo, e era composta pelo Diretor das Irmãs da Divina Providência, Padre Carlos Schmees, pelo Vigário da Paróquia, Padre Francisco Xavier Topp, e pelo Presidente, Secretário e Tesoureiro da Conferência de São José da Sociedade de São Vicente de Paulo. Em algumas ocasiões, a Irmã Superiora substituía o diretor das Irmãs da Divina Providência (ver Figura 5), como consta nos registros da ata nesse período.

O primeiro regimento do asilo não era muito extenso, sendo que os capítulos do regulamento eram precisos nas normas. A idade mínima estabelecida para o *recolhimento* das meninas era de cinco anos e a máxima de dez. No entanto, caso ultrapassassem o referido limite etário, poderiam permanecer na instituição até completarem 15 anos e serem *transferidas* para "casa de boa família". As meninas que mantivessem exímia obediência teriam "benefícios", como por exemplo, participar de passeios. Outro importante benefício constava no Capítulo XIII do Regimento: "A órphã que se distinguir por seu bom comportamento e intelligencia poderá freqüentar a Escola Normal até completar o curso de Normalista" (Ata, 1904). Sublinha-se que para alcançar tais benefícios, as internas deveriam realizar todas as tarefas domésticas, com horário reservado para os estudos, bem como horários rígidos para dormir, levantar, se vestir, comer e rezar.

Figura 5 – As Irmãs da Divina Providência em Santa Catarina. Nesta imagem observa-se a Irmã Albina, uma das primeiras freiras a chegar no Brasil e, posteriormente, em Florianópolis, no ano de 1897.

Fonte: Arquivo Digital da Congregação das Irmãs da Divina Providência. Disponível em: http://www.pcj.org.br/historiadacongregacao.html.

Em 1923, foi publicado o Decreto federal nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, que diz:

> O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, resolve, de accôrdo com o art. 3º n. I, da lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e decreto n. 4.547, de 22 de maio de 1922, approvar o regulamento da assistencia e protecção aos menores abandonados e delinquentes, que a este acompanha, assignado pelo ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

O Regimento Interno de 20 de dezembro de 1924 foi publicado com atualizações das cláusulas e pode ser comparado ao descrito no Decreto federal nº 16.272. O regimento reconfigura os objetivos do asilo, as internações, a idade mínima para admissão, a divisão das atividades e ensino por idade, as penalidades pela infração de regras, o recebimento de visitas, dentre outras

informações. No referido Decreto, fica estabelecida as medidas aplicáveis aos *menores*, de forma que o regimento do Asilo confirma basicamente as mesmas sanções.

> CAPITULO IV DAS MEDIDAS APPLICAVEIS AOS MENORES Art. 18. A autoridade, a quem incumbir a assistencia e protecção aos menores, ordenará a apprehensão daquelles de que houver noticia, ou lhe forem presentes, como abandonados, os depositará em logar conveniente, e providenciará sobre sua guarda, educação e vigilancia, podendo, conforme a idade, instrucção, profissão, saude, abandono ou perversão do menor e a situação social, moral e economica dos paes, ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, adoptar uma das seguintes decisões: a) entregal-o aos paes, ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, sem condição alguma, ou sob as condições que juIgar uteis ásaude, segurança e moralidade do menor; b) entregal-o a pessoa idonea, ou internal-o em hospital, asylo, instituto de educação, officina, escola de preservação ou de reforma; c) ordenar as medidas convenientes aos que necessitem de tratamento especial, por soffrerem de qualquer doença physica ou mental; d) decretar a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição da tutela. Art. 19. Se no prazo de trinta dias, a datar da entrada em juizo, o menor fugitivo, ou perdido, ou que esteja nos casos do art. 2º, ns. I e II, não for reclamado por quem de direito, o juiz, declarando-o abandonado, dar-lhe-ha conveniente destino. Todavia, a qualquer tempo que o responsavel reclamar, o menor poderá ser-lhe restituido. Art. 20. O menor reclamado será entregue, se ficar provado: I, que se trata realmente do pae, mãe (legitimo, natural ou adoptivo), tutor ou encarregado de sua guarda; II, que o abandono do menor foi motivado por circumstancia independente da vontade do reclamante; III, que o reclamante não se acha incurso em nenhum dos casos em que a lei commina a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição da tutela; IV, que a educação do menor não é prejudicada com a volta ao poder do reclamante (BRASIL. Decreto Nº 16.272, 1923).

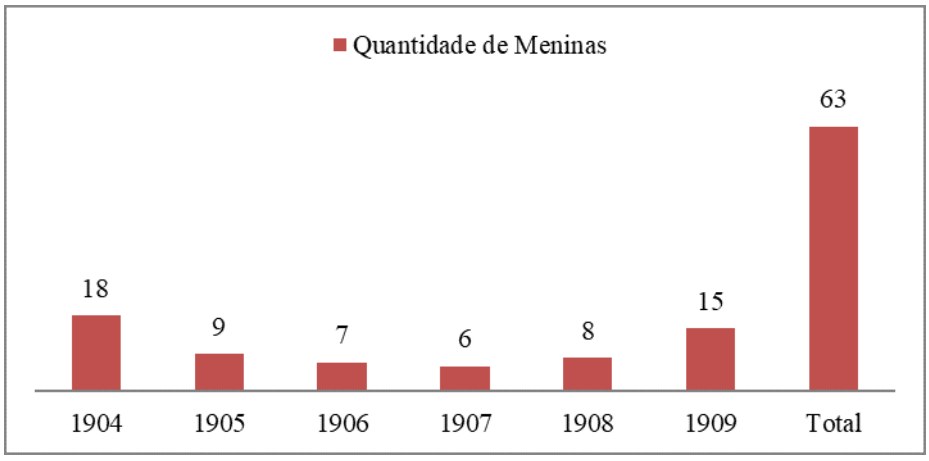
O regimento aborda a forma de admissão e desligamento das meninas, o controle sobre suas condutas, a entrega das mesmas às famílias substitutas e as obrigações destas famílias para com a comunidade religiosa, preservando e respeitando os "preceitos da Religião Catholica e Apostólica Romana" (Ata, 1904, p. 4).

## 2.2 As internadas do Asilo

Os primeiros registros de meninas admitidas no asilo foram realizados entre os anos de 1904 e 1909 no Livro Ata de 1904, conforme o Gráfico 1.

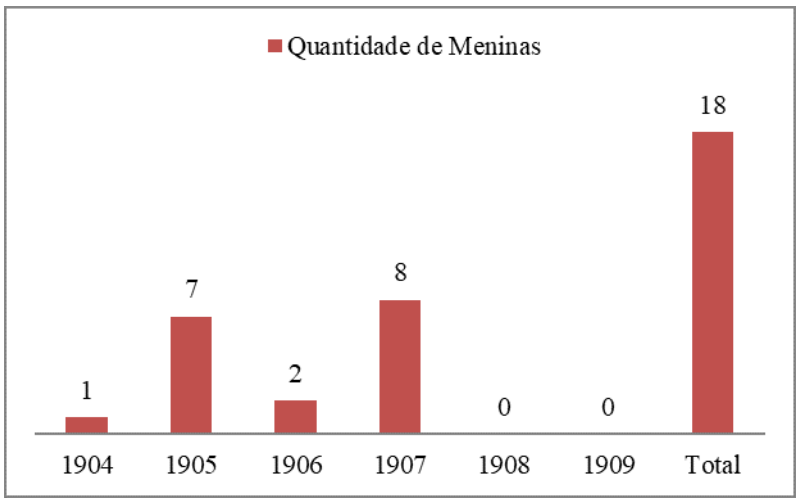
Nos referidos registros de admissão não constam os motivos do recolhimento, ou seja, informações se as meninas eram órfãs ou abandonadas, ou ainda, quem as deixou no asilo. Constam nestes registros somente os motivos dos desligamentos e alguns encaminhamentos realizados (ver Gráfico 2). Estas poucas informações permitem perceber o tempo de permanência das meninas na instituição, que notavelmente eram curtos, bem como algumas motivações que incidiram na saída delas, entre outros poucos aspectos.

Gráfico 1 – Número de meninas *recolhidas*.




Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro Ata de 1904-1909 do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

Gráfico 2 – Número de internas desligadas.




Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro Ata de 1904-1909 do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

Chama a atenção nos quadros acima a relação de meninas que foram admitidas e desligadas no mesmo ano. Em 1905, nove meninas deram entrada no asilo. No entanto, foram registrados sete falecimentos, que era um fato recorrente nas internações do asilo nas primeira e segunda décadas do século XX. Em 1907, ao contrário, houve uma quantidade maior de desligamentos do que de admissões, sendo a maioria dos primeiros por motivo de mal comportamento das meninas no orfanato, e em resposta a essa atitude, elas eram "devolvidas" às famílias ou guardiões.

No ano de 1909, antes da transferência para o novo prédio, o asilo findou com 45 meninas internadas. Contudo, consta, em 1910, no Livro de Inscrições, o registro de 32 meninas transferidas, não constando nenhuma informação do que ocorreu com as treze meninas restan-

tes do antigo orfanato. Excluindo os óbitos, os desligamentos se deram em sua maioria pelo "mau comportamento" das meninas, sendo a disciplina uma das maiores exigências para suas permanências na instituição, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Motivos dos desligamentos.

| Ano | Número de meninas | Motivações |
|---|---|---|
| 1904 | 1 | Entrega para o padrinho |
| 1905 | 7 | 7 falecimentos |
| 1906 | 2 | "Devolução"para família (mãe e irmã) |
| 1907 | 8 | 1 falecimento, 7 "devoluções" |
| 1908 | 0 | - |
| 1909 | 0 | - |
| **Total** | 18 | - |

Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro Ata de 1904-1909 do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

A primeira "devolução" registrada na Ata ocorreu em 1904 logo no início do funcionamento do asilo. Assim descreveu o caso o Mesário Jacintho Simas:

> Pela Presidente (Irmã Albina) foi declarado que, tendo recebido repetidas queixas do mao comportamento habitual da Asylada nº 1[7] contemporisou o mais que possível no sentido de ver se podia corrigil-a, e, como tem sido baldados todos os seus esforços, levamos, por isso, ao conhecimento da Mesa essa occorrência, para que deliberassem como fosse de justiça. Em discussão foi deliberado que, sendo prejudicial e de mao exemplo para a boa ordem, moralidade e disciplina do Asylo, fosse a mesma de novo entregue a seu padrinho a quem a hoje feito, pelo Mesario Jacintho Simas (Ata, 1904, p. 8).

Para Michel Foucault, os espaços de internação, em geral, foram muito bem aparelhados para formar "corpos dóceis" desde o século XVII. A descoberta e a atenção do corpo como objeto e alvo de poder se especializa no decorrer dos anos, modelando em muitos espaços – na escola inclusive – novas estratégias para impor uma submissão ao próprio corpo – "ao corpo que se manipula, se modela, se treina, se obedece, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam" (FOUCAULT, 1999, p. 117). Ainda, segundo o autor,

> Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (FOUCAULT, 1999, p. 118).

[7] Em comum acordo com o ex-Provedor da Irmandade do Divino Espírito Santo, o nome das meninas e moças destacadas dos documentos, não serão referenciadas nesta narrativa por seus nomes originais. Escolheu-se referencia-las a partir de números seqüenciais. A Resolução nº 510 de 7 de abril de 2016 se dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, preservando a identidade do pesquisado.

Voltando ao Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, constata-se que para o processo de admissão das meninas eram estabelecidos alguns requisitos. No Regimento de 1904, o Capítulo VI afirmava:

> a) Ser menina orphã de pai e mãe; b) Ter cinco annos de idade no mínimo e dez no máximo; c) No caso extraordinário de ser a menina órphã somente de pai ou de mãe e não possuis esta, ou aquelle, a moralidade precisa, ou ser reconhecidamente indigente. (Regulamento do Asylo de Órphãs São Vicente de Paulo, Ata 1904, p. 3-5)

Neste mesmo documento, acrescenta-se o estabelecimento da idade mínima e máxima permitidas para admissão, que se difere do capítulo anterior, bem como o tempo de permanência que a menina poderia ficar no asilo:

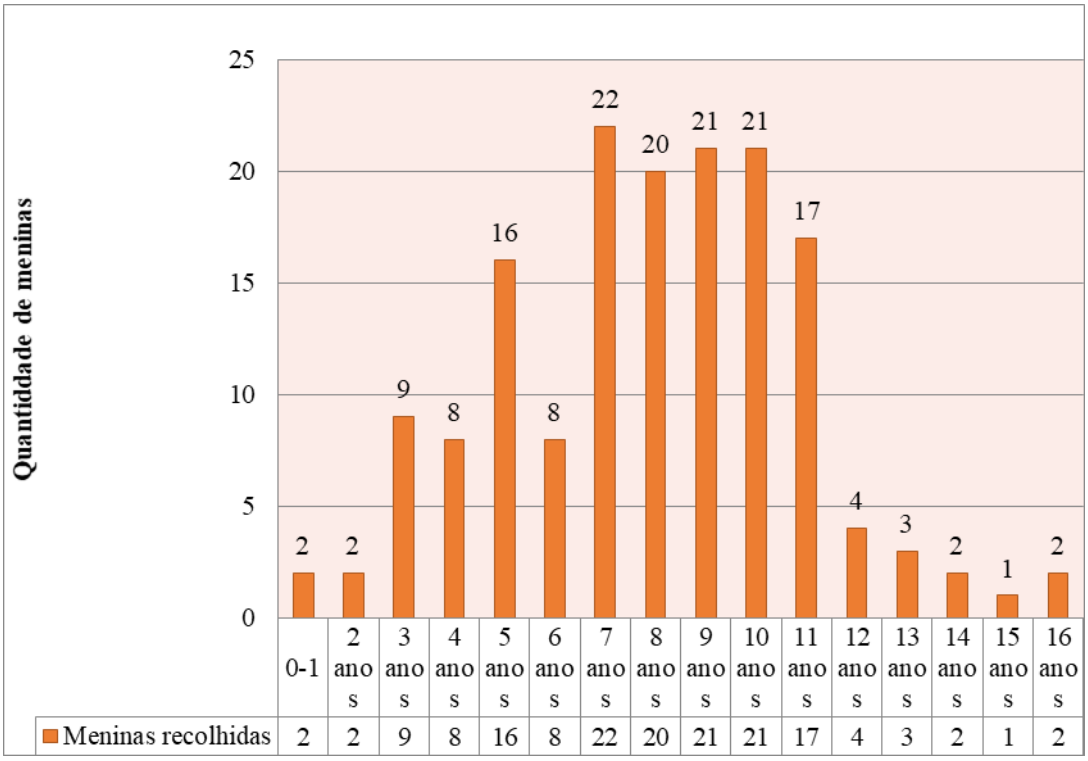
> Capítulo VII - As orphãs só poderão ficar no Asylo: a) Até completarem a uma educação e terem quinze annos de idade; b) Pelo tempo necessário para serem colocadas em casa de boa família; § único – Esse tempo não poderá exceder de dois annos, salvo se a órphã for de constituição débil (Regulamento do Asylo de Órphãs São Vicente de Paulo, Ata 1904, p. 3-5).

No Regimento Interno com as alterações em 1924, são integradas algumas exigências e especificidades para a admissão das meninas.

> Capítulo III – Da admissão – Art. 4. – Serão somente admittidas meninas pobres e desvalidas, de 3 até 10 annos. Art. 5. – Nenhuma orphã será recebida sem ordem escripta do Provedor. Art. 6. – Esta ordem será dada em requerimento que tem de ser apresentado pelo interessado. § Único – Antes de ser dada a ordem, o Provedor mandará ouvir o Mordomo das Orphãs sobre o assumpto do requerimento. Art. 7. – A petição alludida trará o nome, estado e residência do requerente; nome, filiação, naturalidade da creança e será instruída com os seguintes documentos: 1º.) Certidão de idade ou documento que a supra, provando não ter a menina menos de tresannos e mais de dez. Na ausência de taes meios de prova, a juízo do Provedor, poderá ser acceita, nesse sentido, declaração firmada por duas pessôas de reconhecida idoneidade; 2º.) Attestado de autoridade civil ou eclesiastica declarando o estado de indigencia; 3º.) Attestado medico declarando que a creança não soffre de molestia incurável ou contagiosa. § 1º. – Em casos excepcionaes, o pedido de entrada da menor orphã e desvalida pode ser feito por autoridade judicial ou policial, instruindo, sempre que possível, com os documentos constantes deste artigo. § 2º. – Em livro especial serão registrados os nomes das creanças internadas, com todas as precisas especificações e archivados os requerimentos ou pedido de entrada. § 3º. – A escripturação desse livro ficará a cargo do Mordomo das Orphãs. Art. 8. – O numero de asyladas será annualmente determinado pela Mesa Administrativa, tendo em conta os commodos do estabelecimento e a sua renda annual. § Único – Esse numero poderá ser alterado sempre que a Mesa Administrativa assim o determine em suas reuniões mensaes ou extraordinárias. Art. 9. – A ordem do Provedor para a admissão de uma creança ficará sem effeito, não se verificando a entrada dentro de 30 dias, a contar da data do despacho. § Único – Neste caso será preciso novo requerimento, na forma do art. 7º., dispensados quaesquer outros documentos, em que se declare as razões que impediram a execução do primeiro despacho no praso marcado. O deferimento desta petição terá vigor dentro de 15 dias (Regimento Interno, 1924, p. 2-4).

Até a aprovação deste regimento em 1924, era permitido o ingresso no Asilo de meninas somente a partir dos cinco anos. Após esta data, meninas com três anos podiam ser *recolhidas*, e em alguns casos especiais, abaixo desta idade. O Gráfico 3 mostra as idades das meninas ao serem admitidas no período entre 1910 e 1930.

Gráfico 3 – Idades das internas no momento de ingresso no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930.



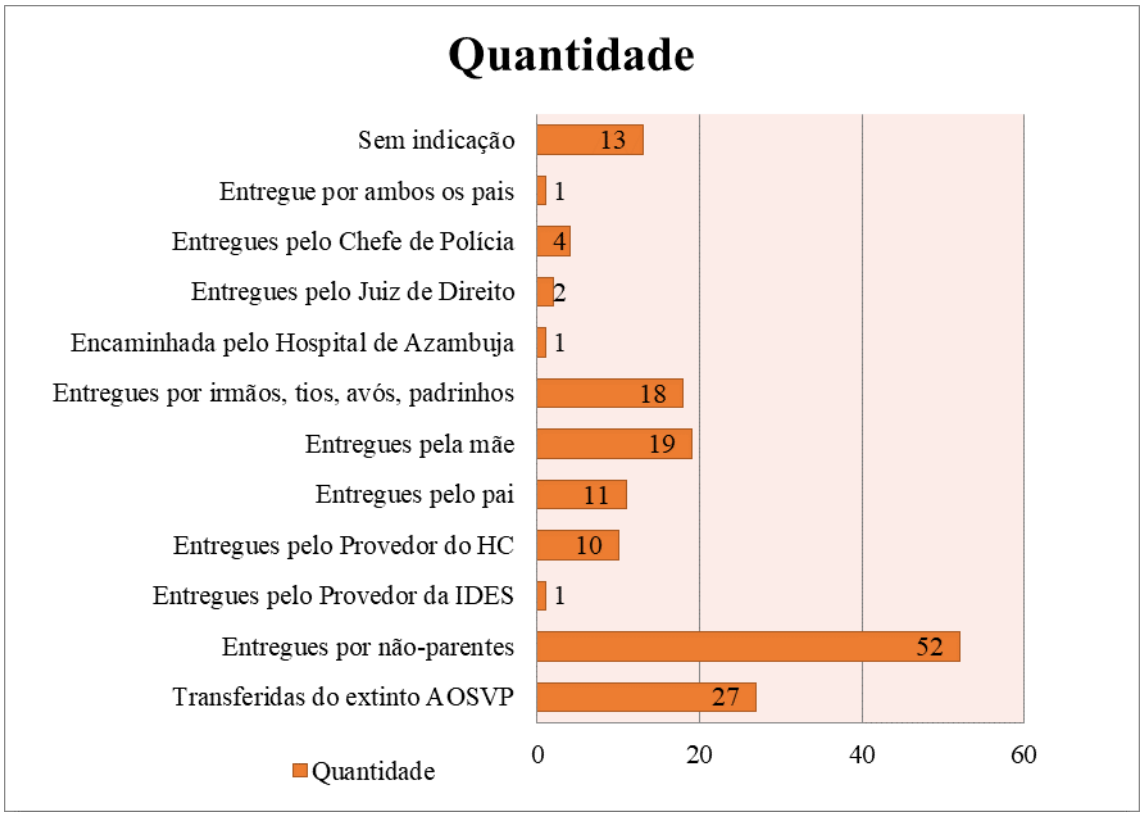

Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro de Inscrições (1911-1937) do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

É possível verificar que o maior número de meninas *recolhidas* possuía sete anos de idade, seguido pelas de nove e dez anos, depois, oito, onze e cinco anos. Faixa etária que, segundo a divisão por classe escolar, como ver-se-á, já as habilitaria a aprendizagem dos trabalhos domésticos. Rizzini (1995) observa que o labor infantojuvenil era "o único instrumento capaz de tornar o menor desvalido, um indivíduo válido para a sociedade" (p. 251).

Os encaminhamentos para o ingresso no Asilo variavam, sendo apenas inferidos nos documentos a partir de uma frase. O Gráfico 4 apresenta um panorama destes encaminhamentos a partir das informações de 159 internas.

A maior incidência de "entrega" das meninas foi realizada por pessoas que não apresentavam nenhum grau de parentesco com as crianças e jovens. Este (a) responsável deixava a menina no Asilo, que por vezes, seria a pessoa que a receberia de volta quando desligada da instituição,

Gráfico 4 – Ingresso das internas no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930.




Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro de Inscrições (1911-1937) do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

conforme o exemplo:

> Esta orphã foi recolhida ao Asylo por (...), moradora nesta cidade, que se comprometeu a auxiliar o estabelecimento com a contribuição de 20$000 mensaes. Esta orphã foi retirada do Asylo por (mesma responsável) no dia 1º de Novembro de 1916. Filinto Costa. Mordomo (Livro de Inscrição, 1911-1937).

Era uma prática comum em Nossa Senhora do Desterro/Florianópolis as famílias da elite e das camadas médias "acolherem" crianças e jovens órfãos ou abandonados para trabalharem em suas casas nos serviços domésticos ou, no caso das mulheres, como babás (AREND, 2011). Essa prática foi denominada pela antropóloga social Claudia Fonseca de "circulação de crianças". Segundo a autora, essa prática se dava pelo "grande número de crianças que passavam parte da infância ou juventude em casas que não a de seus genitores" (FONSECA, 2002, p. 14). A autora chama a atenção para as questões econômicas que são vistas normalmente como "anomias", e que focam somente na pobreza. Nesta análise, a antropóloga alerta que "a privação econômica é obviamente um fator-chave; todavia, sem um exame cuidadoso dos fatores sociais e culturais através dos quais ela é mediada, a miséria nada pode explicar" (2002, p. 17). Por

vezes, conforme explica Cardoso (2008), quando acolhidas, essas pessoas eram "apadrinhadas" e recebiam eventualmente o sobrenome de seus benfeitores. Dentre essas famílias do Estado de Santa Catarina destacam-se os *Wendhausen*, os *Ramos*, os *Schmidt*, os *Luz* ou os *Müller*.

No Brasil, desde o período colonial, a atividade doméstica era relacionada ao trabalho escravo, que era exercida por crianças, homens e mulheres negros/negras. As funções comumente exercidas por eles eram de jardineiros, mucamas, amas de leite, aias, pajens, cozinheiros, entre outras, que passavam mais de 18 horas por dia no trabalho pesado.

SANTOS (2010) explica, no que se refere às mulheres, que o espaço social permitido para mulheres brancas e negras eram os mesmos, no que tange ao doméstico. No entanto, o tratamento destinado a ambas era totalmente diferenciado. Às mulheres negras restava a servilidade aos homens brancos, que detinham sobre elas total poder sobre seus corpos. A autora destaca que "(...) Embora nem todas as mulheres negras ficassem à disposição da 'Casa Grande', eram essas as que mantinham relações de proximidade com as famílias que geraram outras formas de exploração-dominação sexual e racial" (SANTOS, 2010, p. 24).

Com o fim da escravidão, aquelas que trabalhavam em casas de família, mudaram sua denominação, de escravas passaram a ser empregadas domésticas. A atividade doméstica passou a ser exercida por moças jovens, solteiras, filhas de pequenos agricultores, pobres e analfabetas, onde eram buscadas na maior parte no interior dos Estados, pelos empregadores interessados para trabalhar no cultivo de suas terras e/ou nas suas residências, até porque não eram mais tratadas como escravas mas eram pessoas completamente desqualificadas para o mercado de trabalho, ou seja, não tinham capacidade para serem inseridas em atividades como indústria e comércio e dessa forma, trabalhavam em casas de família, recebendo em troca dos serviços prestados, alimentação, vestuário, moradia e pequenos valores, o que ajudava na renda familiar que era muito pouca diante de tantos dependentes que seus pais tinham ou para sua própria subsistência.

Outro relevante ponto acentuado nos estudos de Santos (2010) se refere à pesquisa realizada por Sônia Roncador[8] (2008), sobre "patroa branca, empregada negra". A mulher negra na emergência da República começou a ser vista como pessoa "pouco higiênica, impura e de moralidade duvidosa, que poderia comprometer a saúde social da 'família de bem' (SANTOS,

[8] Sônia Roncador (2008) é Doutora em Literatura Comparada pela New York University (1998). No seu estudo sobre as personagens "patroa branca e empregada negra" em documentos do período compreendido entre 1889-1999, identificou quatro modelos baseados em obras clássicas selecionadas, e faz uma análise crítica com base na referência teórica de Bruce Robbins, sobre o empregado doméstico literário e a representação social emergente deste pensamento.

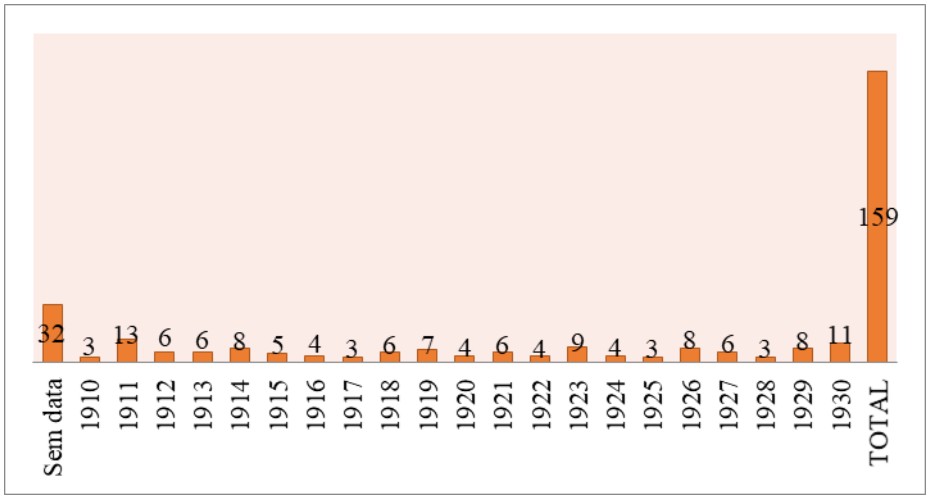
2010, p. 26). Essa representação levaria as mulheres brancas a retornarem às atividades da casa, ou, mesmo com as escravas, se sobrepusessem a elas na cobrança do trabalho sob a ameaça de desemprego.

Estas reflexões nos remetem às internas no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo nos primeiros trinta anos de funcionamento (1900-1930), apontando para a quantidade de meninas brancas encaminhadas para o serviço doméstico, "branqueando" os empregados contratados nas casas da elite catarinense.

A segunda maior motivação para o *recolhimento* de meninas e moças no asilo, de acordo com os documentos, está associada a transferência das infantes do extinto *Orphanato Santa Catharina* que funcionava junto ao Convento das Irmãs da Divina Providência para o novo prédio.

A quantidade total de *recolhimentos* entre 1910 e 1930 foi computada por ano de admissão. O Gráfico 5 apresenta esse quantitativo.

Gráfico 5 – Quantidade de meninas *recolhidas* por ano.

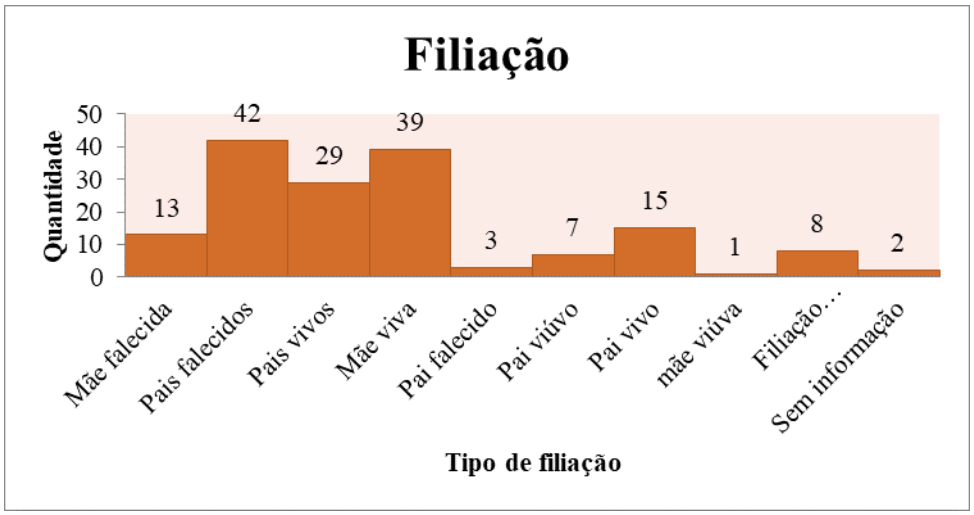



Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro de Inscrições (1911-1937) do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

As 32 meninas identificadas como termo "sem data" eram provenientes do *Orphanato Santa Catharina*. O número de admissão de internas por ano era baixo, considerando a quantidade de dormitórios e leitos disponíveis e os recursos para mantê-las. Tem-se informações nos documentos sobre a filiação de 159 meninas *recolhidas* no asilo, sendo que somente 42 eram órfãs de pai e mãe. Algumas tinham somente um dos pais falecidos, outras tinham ambos vivos, mas viviam com tutores. O Gráfico 6 apresenta este panorama[9].

[9] As filiações inseridas no Gráfico 6 estão de acordo com os registros no Livro de Inscrições.

Gráfico 6 – Filiação das meninas recolhidas no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930.




Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro de Inscrições (1911-1937) do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

Muitas vezes a mãe, o pai ou ambos, bem como outros parentes, tal como a madrinha, o padrinho, as avós, os irmãos(ãs), os cunhados(as), deixavam as meninas na instituição. Os registros sobre o ingresso das internas na instituição estão registrados no Livro de Inscrição (1911-1937) de forma bem sucinta. O Mordomo das Órfãs registrava informações básicas como a menina nº 2, de quatro anos de idade, foi entregue ao asilo em 20 de outubro de 1916 por seu pai que estava gravemente enfermo e precisava ser internado no Hospital de Caridade, não tendo com quem a deixar, pois era viúvo. O mesmo apresentou na admissão um atestado médico informando que a menina gozava de boa saúde; a menina nº 3, de sete anos, foi *recolhida* ao asilo por sua mãe em 23 de novembro de 1917, porém não consta o motivo do *recolhimento*; a menina nº 4, de nove anos foi *recolhida* no dia 22 de dezembro de 1921, pelo seu padrinho, que segundo o registro, dizia "em cuja companhia se achava". A mãe da menina na ocasião era viúva e não consta nenhuma informação sobre o motivo da menina estar vivendo com o padrinho e porque o mesmo a estava entregando; a menina nº 5, de 10 anos, foi entregue ao asilo por sua irmã solteira em 14 de junho de 1923. Os pais eram falecidos, o que sugere que a irmã ficou responsável por sua criação.

Nas primeiras décadas da existência do asilo, a exigência mínima para admissão das meninas era cumprir o Capítulo VI do Regulamento de 1904. Por este motivo nos registros, as idades são descritas como "presumíveis", podendo ter ou não nascido na data inscrita, sendo que na maioria das vezes não era apresentado nenhum documento que comprovasse o nascimento ou somente a certidão de batismo. Outros responsáveis, que não os parentes consanguíneos e afins,

também eventualmente entregavam as meninas no asilo. Por exemplo, a menina nº 6, de oito anos de idade, deu entrada no asilo no dia 13 de março de 1924, a pedido da responsável, que apresentou todos os documentos exigidos pelo Regimento Interno.

Após ter sido aprovado o Regimento em 1924, novas exigências foram inseridas no documento, que regia a forma de admissão das meninas no asilo. No Capítulo III – Da admissão – consta a lista dos documentos mínimos que deveriam ser apresentados:

> Art. 7. – A petição alludida trará o nome, estado e residencia do requerente; nome, filiação, naturalidade da creança e será instruída com os seguintes documentos: 1º.) Certidão de idade ou documento que a supra, provando não ter a menina menos de tresannos e mais de dez. Na ausência de taes meios de prova, a juízo do Provedor, poderá ser acceita, nesse sentido, declaração firmada por duas pessôas de reconhecida idoneidade; 2º.) Attestado de autoridade civil ou eclesiastica declarando o estado de indigencia; 3º.) Attestado medico declarando que a creança não soffre de moléstia incuravel ou contagiosa. § 1º. – Em casos excepcionaes, o pedido de entrada da menor orphã e desvalida pode ser feito por autoridade judicial ou policial, instruindo, sempre que possível, com os documentos constantes deste artigo. § 2º. – Em livro especial serão registrados os nomes das creanças internadas, com todas as precisas especificações e archivados os requerimentos ou pedido de entrada. § 3º. – A escripturação desse livro ficará a cargo do Mordomo das Orphãs (Regimento Interno, 1924, p. 3-4).

Os membros da Mesa Administrativa também requisitavam vaga no asilo para determinadas meninas. No caso da menina nº 7, de 14 anos de idade, cujos pais eram vivos na ocasião da internação, a petição foi apresentada pelo Vice-Provedor da Irmandade do Divino Espírito Santo, Henrique da Silva Fontes. A menina foi *recolhida* em 17 de novembro de 1926 sem os documentos mínimos exigidos no Regimento Interno de 1924, conforme descrito na citação supra. Foi entregue para a instituição uma certidão de batismo somente em 27 de agosto de 1931, dando a entender que, dependendo de quem encaminhava a criança para o asilo, eram concedidas exceções.

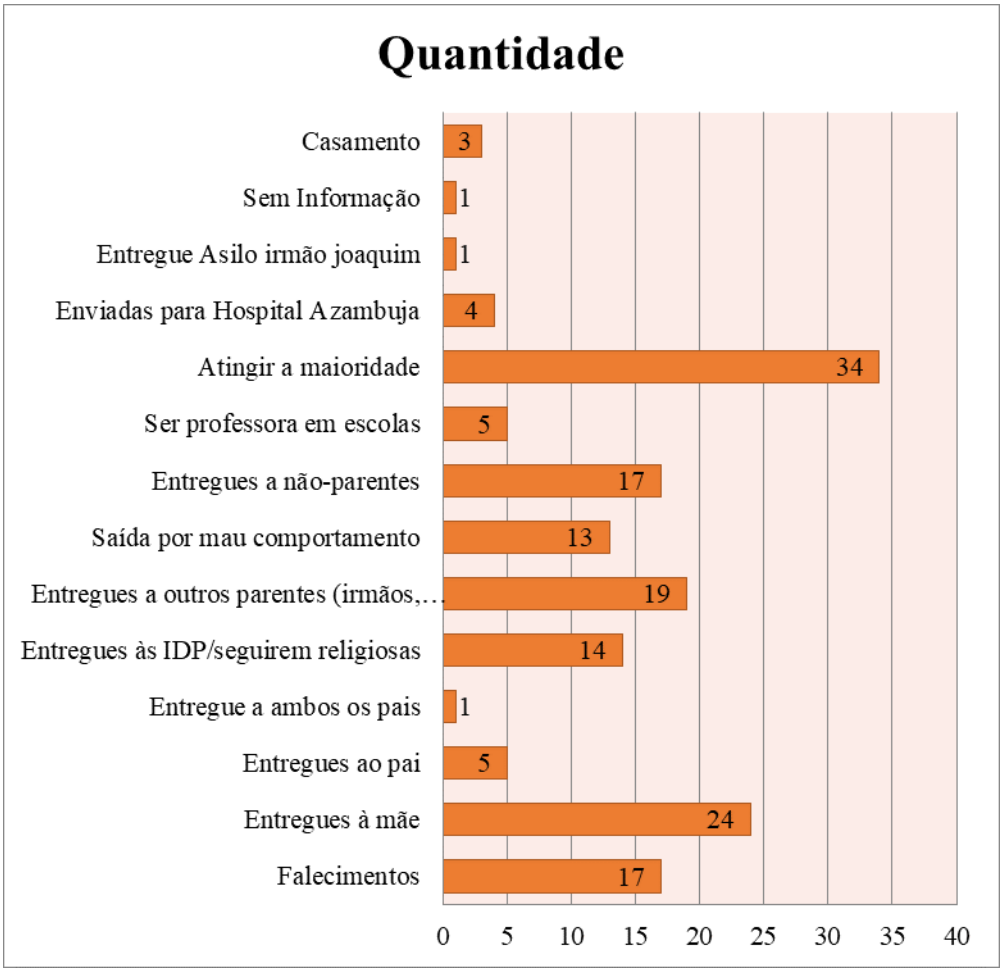
Nos documentos tem-se o registro de um encaminhamento de meninas para o asilo realizado pelo chefe de polícia. Uma delas era a menina nº 8, de cinco anos de idade, cujos pais eram desconhecidos e que foi entregue ao asilo pelo Chefe de Polícia Fernando Machado. Casos com esse perfil eram raros no período em estudo. A referida criança faleceu um ano após o seu ingresso no asilo no Hospital de Caridade. Duas décadas depois, os encaminhamentos passavam a acontecer com mais freqüência pelos Juizes de Direito ou por Juizes de Orfãos[10], como mostram os registros:

[10] Em 1927, passa vigorar no país o Código de Menores de 1927 que paulatinamente procurará regulamentar a transferência de crianças e jovens para instituições de abrigo públicas ou leigas. O Juizado de Menores do Estado de Santa Catarina, conforme Arend (2011), foi criado em 1935.

> Esta menor (menina nº 9) foi internada no dia 26 de janeiro de 1930 a requerimento do Dr. Mario de Carvalho Rocha, Juiz de Direito da Palhoça. Apresentou certidão de idade da menor e uma declaração de testemunhas (Livro de Inscrição, 1911-1937).

O tempo de permanência das meninas na instituição não pode ser padronizado, principalmente nos primeiros anos, pois muitas delas faleciam ou não se adaptavam às normas da instituição, sendo "devolvidas". Mas, também existiam aquelas que permaneceram por longos anos, saindo quando alcançavam a maioridade, para cursar a Escola Normal, para servir à vida religiosa, ou ainda, quando contraíam o matrimônio. O Gráfico 7 mostra o número e o motivo dos desligamentos ocorridos entre 1910 e 1930. Novamente cumpre informar que não se tem as informações sobre a totalidade das internas considerando a alternância entre admissão e desligamento das mesmas no período anual.

Gráfico 7 – Motivos do desligamento das internas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930.




Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro de Inscrições (1911-1937) do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

As internas, na maioria das vezes, depois de desligadas do asilo retornavam para a casa de suas mães. De acordo com os registros, não havia um intervalo de tempo padrão em relação ao retorno das mesmas para as suas casas. Em algumas situações, o desligamento se dava de forma breve, às vezes no mesmo ano; outras vezes levava um pouco mais de tempo, ou após estas atingirem a maioridade, como nos exemplos a seguir:

> Foi recolhida ao Asylo por sua mãe no dia 7 de Junho de 1913. Foi recolhida ao Hospital no dia 15 de Dezembro de 1914. Teve altano dia 1º de Abril do mesmo anno. Nesse mesmo dia foi entregue a sua mãe. Filinto Costa. Mordomo (...) Esta orphã foi recolhida ao Asylo no dia 11 de Agosto de 1920 a requerimento de (...), em cuja companhia vivia ao qual juntou attestado de pobreza e de vacinação. A mesma (...) no requerimento que apresentou compromette-se a reembolçar o Asylo das despesas que fizer a mencionada menor, caso, antes de attingirella a maioridade, venha a ser retirada do Asylo pela mesma (...) ou por qualquer pessoa devidamente habilidada para isso. Esta asilada, tendo completado sua maioridade, foi entregue à sua mãe, residente em Joinville, aos 30 de agosto de 1933 (LIVRO de Inscrição, 1911-1937, p. 31).

Após o desligamento do asilo, com muita frequência, as internas dirigiam-se para casas de famílias das camadas médias ou das elites para trabalharem nos serviços domésticos. No Regimento Interno de 1924, o Art. 2. apresentava uma das finalidades do asilo em relação as internas:

> As aulas profissionaes do Asylo não se destinam a preparar operarias, mas donas de casa, conscientes de seus deveres e responsabilidades, capazes de executar os mais necessários trabalhos domésticos e aptas para honesta e desembaraçadamente se manterem a custo do próprio trabalho, mediante o exercício de qualquer dos misteres aprendidos no Asylo (...) (Regimento Interno, 1924, p. 1-2).

Dos desligamentos documentados, 22 moças foram encaminhadas ou retiradas por interessados para trabalharem nos serviços domésticos em residências de pessoas das camadas médias ou das elites de Florianópolis, conforme os exemplos abaixo:

> Esta asylada tendo, completado sua maioridade, retirou-se do asylo aos 21 de maio de 1935, foi-se empregar na casa do Dr. “X”; Esta menor foi collocada em casa do Snr. “Y”, residente nesta capital, casado, funcionário do Banco do Commercio, no dia 12 de março de 1930, onde vai servir como empregada (Livro de Inscrição, 1911-1937).

No documento também foi identificado o registro do encaminhamento de duas moças que foram trabalhar como ajudantes no Hospital de Caridade[11]. Não se sabe se as duas ex-internas foram trabalhar como auxiliares de enfermagem ou em outras atividades.

[11] Livro de Inscrição, 1911-1937.

As internas, como na maioria das instituições disciplinares, tinham o seu cotidiano pautado pelo “relógio”: horário para dormir à noite, para acordar pela manhã, para realizar as refeições (Ver Figura 6, para efetuar as tarefas escolares e trabalhar nas oficinas de corte e costura, pintura, escultura, etc. As internas também era responsáveis por preparar as refeições da instituição, assim como lavavam as roupas pessoais e as do asilo. As fotografias a seguir apresentam o refeitório e o dormitório da instituição.

Figura 6 – Refeitório do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo Década de 1920.

Fonte: Acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo.

Devido ao critério de só poderem ingressar na instituição com no mínimo cinco anos em 1904 e, depois de 1924, com três anos, as meninas órfãs abaixo dessa idade ficavam sob a responsabilidade do Hospital de Caridade. O número de óbitos era significativo, principalmente advindos de doenças contagiosas (sarampo, varicela, caxumba, etc.) ou as chamadas *moléstias*. As meninas encaminhadas pelo Provedor do Hospital de Caridade ao asilo, em grande número na primeira década, retornavam doentes para o Hospital, sendo que muitas delas faleciam, como mostra o registro a seguir, referente às meninas nº 10 e 11 com 9 e 13 anos respectivamente.

> Menina nº 10 - Foi recolhida ao Asyilo pelo Provedor do Hospital de Caridade no dia 9 de Novembro de 1915. Foi recolhida ao Hospital de Caridade no dia 21 de Junho de 1917. Teve alta no dia 30 de Agosto do mesmo anno. (...) Menina nº 11 - Foi entregue ao Asylo pelo Dr Joaquim L. Ferreira Lima em 12 de Fevereiro de 1911. Foi recolhida ao Hospital no dia 29 de Setembro de 1912. Teve alta no dia 02 de Novembro do mesmo anno. Foi recolhida ao Hospital no dia 30 de maio de 1914. Teve alta no dia 1º de Julho do mesmo anno. Foi recolhida ao Hospital no dia 20 de Novembro de 1914. Faleceu no Hospital no dia 16 de Dezembro de 1914, tendo sido sepultada no cemitério da Irmandade do D. E. Santo; Felinto da Costa, Mordomo (Livro de Inscrição, 1911-1937).

Figura 7 – Dormitório do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo Década de 1920.

Fonte: Acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo.

A Irmandade do Divino Espírito Santo, assim como a Irmandade do Senhor Jesus dos Passos, tinha a cessão de parte do terreno no Cemitério Municipal de Nossa Senhora do Desterro/Florianópolis, tanto no primeiro terreno que ficava na cabeceira da Ponte Hercílio Luz, como no atual cemitério localizado no bairro Itacorubi. Nos Compromissos da Irmandade do Divino Espírito Santo constam cláusulas informando sobre quem podia ser sepultado nos jazigos e suas especificações, etc. Apesar de constar em alguns relatórios o sepultamento de meninas nos jazigos da Irmandade do Divino Espírito Santo, somente no Compromisso de 1938 é que elas foram inclusas na Cláusula, "CAPÍTULO XIII – Art.67º - As asiladas que falecerem no estabelecimento serão sepultadas em cova rasa, correndo as despesas por conta do asilo" (Compromisso Irmandade Divino Espírito Santo, 1938, p. 18).

Referentes aos desligamentos das meninas pelo "mau comportamento", nos registros constam apenas a entrega delas a uma pessoa responsável, como cito neste exemplo:

> Foi recolhida ao Asylo por seu pai no dia 8 de Março de 1915. Foi recolhida aos cofres do Asylo a quantia de 86$000 que coube por herança de seu pai a esta menor. A referida quantia, n'esta data, fica considerada como recolhida à Caixa Economica, pelo que foi aberta uma conta corrente para a dita menor no livro que se acha a cargo do Mordomo das Orphãs. Em 3-11-1924 Filinto Costa Mordomo das Orphãs. A importância acima de 86$000,é recolhida n'esta data a Caixa Economica juntamente com a de 177$000 que foi remettida a este Asylo com o officio do Juiz de Orphãos de S. José, de 26 de Janeiro do corrente anno. Esta quantia me foi entregue n'esta data pelo Snr. Vice-Provedor, em

> exercício, Dr. Henrique Fontes. A respectiva caderneta tem o nº 16.364 e acha se em poder do Snr Thesoureiro. Em 19-6-1929 Filinto Costa Mordomo das Orphãs. Esta asylada devido ao seu mao comportamento, foi entregue a sua irmã (...), no dia 7 de Agosto de 1929. A caderneta da Caixa Economica acima referida foi entregue n'esta data a sua proprietária, de cujo recebimento firmou recibo devidamente testemunhado. 15/06/1930 (Livro de Inscrição, 1911-1937, p. 37).

A referida menina, de seis anos de idade foi deixada no asilo com a irmã de sete anos, que faleceu um ano após a admissão. Muitos motivos poderiam ser elencados para que a menina não se adaptasse a esse novo "lar". O pai era viúvo, e este pode ter sido um agravante para a entrega das filhas no asilo. Com quatorze anos ela foi entregue à outra irmã, possivelmente mais velha e em condições de oferecer moradia. Rizzini (1990) explica que a punição era utilizada nas instituições de acordo com a falta de cumprimento do dever dos internos e visava vencer a resistência destes em relação ao cumprimento das normas. Foucault (1999) destaca que a palavra punição deve ser compreendida como "tudo o que é capaz de fazer as crianças sentir a falta que cometeram, tudo o que é capaz de humilhá-las, de confundi-las: ...uma certa frieza, uma certa indiferença, uma pergunta, uma humilhação, uma destituição de posto" (p. 149). O jornal *O Clarão* noticiou um caso de castigo na instituição no ano 1917, que foi alvo de questionamento sobre a "caridade" ofertada às órfãs pelas freiras.

> OH! QUE ALMAS CANDIDAS AS SANTAS FREIRAS ALLEMANS DO ASYLO DE ORPHANS DO ESPIRITO SANTO!!! No asylo do Espirito Santo situado no largo 17 de Novembro, nesta capital, sob a direção das *virtuosas e candidas* freiras alemães, chamamos a atenção do publico iludido pelas aparências hypocritas que exhibem na rua essas perversas mulheres alemães, para o facto seguinte: Uma respeitável senhora que até esse dia, acreditava nas virtudes, carinhos, afagos e caridade com que elas fingiam em publico tratar suas asyladas, foi em visita ao mesmo asylo e ao entrar deparou, exposta aos rigores do sol, uma inocente creança ajoelhada e de mãos postas, sobre o seu colchão, de castigo, por ter cometido o *crime, ou *pecado, de urinar, dorminso, no seu colchão! Que só seria retirada de cima do colchão, quando estivesse secco o mesmo. Essa senhora, catholica, retirou-se dali arrepiada de monstruoso castigo e contou a um senhor também catholico que faz parte saliente da alta sociedade e é jornalista. Agora os incautos e cegos pelo fanatismo religioso inoculado em seus espíritos pelos frades e freiras alemães que continuem a fazer o conceito errôneo de que essas mulheres, são verdadeiros exemplos de caridade christã! Nós dizemos sempre que essas mulheres são perversas, gananciosas e em geral, as mais dedicadas espiães que a Alemanha tem tido. É preciso que o povo levantando-se em massa, faça sair do nosso território não só ellas como também os padres e frades alemães, esses canalhocratas que constitue a imoralidade, o cynismo e perversidade. Vamos povo, a ocasião não pode ser mais propicia (*O Clarão*, 1917, v. 254, p. 6).

O artigo jornalístico foi escrito durante a Primeira Guerra Mundial, ou seja, período em que os alemães e seus descendentes que habitavam no estado de Santa Catarina foram alvos

de grandes críticas no Brasil. O país na referida disputa bélica permanecera aliado da França e Inglaterra. As freiras e padres alemães na matéria jornalística foram descritos como espiões. A narrativa do castigo aplicado à interna do asilo parece ter sido pretexto para desqualificar os considerados alemães.

A pesquisadora Livia Claro Pires (2011) infere sobre a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial a partir deposições distintas:

> (...)As opiniões divergiam entre aqueles que defendiam o alinhamento brasileiro com a causa aliada – chamados de aliadófilos -, os que pretendiam uma aliança entre Brasil e o Império Alemão – os germanófilos -, e aqueles que afirmavam ser a neutralidade brasileira a decisão mais certa a ser tomada (PIRES, 2011, p. 2).

No entanto, explica a autora, independente do posicionamento tomado, "o país encontrava-se em um momento decisivo de sua política internacional, onde interesses mundiais fundiam-se com as necessidades nacionais" (PIRES, 2011, p. 2). Em Santa Catarina, as notícias demonstravam também opiniões divergentes. O Jornal *O Clamor* referia-se a guerra como destruidora de nações.

> (...) O Brasil, a gloriosa nação sul-americana, também foi victima da criminalidade brutal, sem nome, horripilante, dessa Allemanha que todo o mundo considerava um centro de civilização, mas que, entretanto, não passa dum carrasco sem alma, a cuja impiedade ninguém consegue escapar (...). (*O Clamor*, 1917, v. 1, p. 1).

Já o Jornal O Espião satirizou um evento ocorrido na capital Florianópolis e destacava o título da notícia como "A GERMANOPHOBIA". Trata-se de um hotel que se chamava "Hotel Alemanha" e que o proprietário retirou o nome Alemanha do empreendimento. O autor da notícia faz uma crítica afirmando que o proprietário "(...) provou com isso que nem era Brasileiro, nem Allemão era um despatriado (...) (*O Espião*, 1917, v. 7, p. 2)" e finalizou afirmando:

> (...) Talvez que o proprietário do Hotel sem nome seja propheta. É bem provável que assim como o nome da nação de Guilherme 2º, foi raspado da parede d'um Hotel seja enfim raspado das páginas da História e do Mappa Universal (...) (*O Espião*, 1917, v. 7, p. 2).

A educação ofertada às meninas e moças do asilo pelas Irmãs da Divina Providência, estava pautada no formato correcional. Era comum a execução de castigos em instituições totais e asilares, e no caso do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, a constatação do número de internas que não se adaptaram à proposta das religiosas. Confirmando esses procedimentos, na década de 1920, o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância fez referência aos asilos para

recolhimento de *menores abandonados*. Gohn (1995) explica que estas instituições se tornaram espaços equivalentes aos quartéis, com muita rigidez e disciplina, isolamento e obrigatoriedade do uso de uniforme.

Destaco outra prática detectada nos documentos, muitas vezes, recorrente na instituição. Algumas internas tinham (depositado pela família) ou recebiam (no formato de doação) depósitos em caderneta de poupança na Caixa Econômica. Ao ser admitida, e se viesse acompanhada deste recurso financeiro, o montante ficava sob a responsabilidade do Tesoureiro da Irmandade do Divino Espírito Santo até o seu desligamento. No entanto, no Regimento Interno de 1924, no Capítulo V – Da retirada de orphãs – remetia a alguns requisitos mínimos para este procedimento.

> Art. 11. – A sahida de uma asylada pode dar-se nos seguintes casos: 1º.) pela emancipação; e 2º.) a requisição de quem, sobre ella, tenha poderes legaes. Art. 12. – Somente no caso do n. 2 do artigo antecedente é que a orphã poderá ser retirada antes da emancipação, indemnisando-se ao Asylo as despesas de educação e manutenção feitas com a mesma asylada durante o tempo em que esteve no estabelecimento. § Único – Esta indemnisação nunca será inferior a 15$000 mensaes. Art. 13. – As asyladas que se retirarem, de qualquer modo do estabelecimento, não poderão mais ser readmitidas, salvo circumstancias extraordinárias, que serão resolvidas pela Administração (Regimento Interno, 1924, p. 7).

Quando ocorria o desligamento da interna era analisado por que motivo iria se dar a sua saída e o tempo de permanência na instituição. Se a saída fosse considerada irregular e a interna tivesse um saldo economizado, possivelmente um montante seria descontado.

Grande parte das internas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo era proveniente de Florianópolis, seguido de outras regiões do Estado de Santa Catarina e em número muito reduzido, de fora deste. No Quadro 3, apresenta-se um panorama da naturalidade das internas conforme levantado nos registros[12].

Nos registros iniciais do Livro de Inscrição, a maioria das internas foi inscrita somente tendo em vista a nacionalidade. Apenas uma interna era cidadã alemã, sendo as demais brasileiras. Em meados da década de 1920, o Mordomo das Órfãs passa a inserir o bairro ou a cidade de origem conforme a nova proposta do Regimento Interno de 1924.

Na admissão também consta a *raça* das meninas, que eram na sua maioria brancas, seguidas pelas pardas e pretas[13], como mostra o Gráfico 8.

É possível identificar na fotografia a seguir (Figura 8) esta proporção no que tange a questão étnico-racial. Não consta a data em que a fotografia foi produzida nos arquivos do asilo,

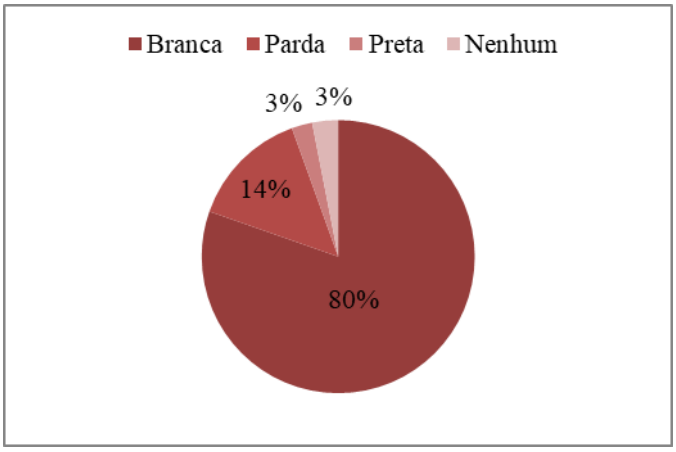
[12] Não foi especificado no registro a cidade de origem da criança de Minas Gerais.
[13] Usarei as terminologias étnicas que constam nas fontes, a fim de manter a originalidade da narrativa.

Quadro 3 – Naturalidade das internas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo – 1910-1930.

| Naturalidade | Número de internas |
|---|---|
| Florianópolis | 13 |
| Tijucas | 3 |
| Itajaí | 3 |
| Palhoça | 2 |
| Lages | 2 |
| Barreiros | 1 |
| Biguaçú | 1 |
| Laguna | 1 |
| Santo Amaro de Cubatão | 1 |
| Araranguá | 1 |
| Enseada de Brito | 1 |
| Minas Gerais | 1 |

Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro de Inscrição (1911-1937) do Asilo de órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

Gráfico 8 – Raça nominada às meninas no registro de admissão.




Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro de Inscrições (1911-1937) do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

porém infere-se pelas vestimentas e cortes dos cabelos das meninas que esta foi realizada nos anos de 1920.

As internas eram majoritariamente brancas. Destaca-se na imagem a concentração das poucas meninas de outras etnias na região periférica da fotografia, uma distribuição um tanto emblemática, cuja expressão alerta para a segregação racial. A vestimenta também nos remete ao tempo em que o uso do uniforme era obrigatório em instituições e se assemelhavam a um contexto militarizado. Negrão (2004) chama a atenção para um tempo de disciplina rígida, de "fazer silêncio" no que se refere a imobilidade das meninas na fotografia, sendo que crianças naturalmente estariam rindo e inquietas com o movimento interrompendo suas rotinas (p.157). Ainda esta autora salienta que mesmo sob um aspecto silencioso, a imagem "fala" por si mesma

Figura 8 – Internas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - Década de 1920.

Fonte: Acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo.

“numa leitura semiótica prenhe de representações, permitindo que se revelem amplamente significados que, de implícitos, vão se desfraldando, revelando-se à superfície explícita” (NEGRÃO, 2004, p. 158).

Não há como passar despercebido pela história dos afrodescendentes em Florianópolis, que de certa forma, nos informa sobre a notável diferença na quantidade de meninas negras acolhidas no asilo. No Quadro 4, destaco o destino das poucas que passaram pela instituição no período da pesquisa.

Quadro 4 – Destino das meninas negras no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo - 1910-1930.

| **Raça** | **Quantidade** | **Destino** |
|---|---|---|
| Parda | 1 | Falecimento |
| Parda | 4 | Domésticas |
| Parda | 2 | Retorno à casa da mãe |
| Preta | 2 | Falecimento |
| Preta | 1 | Doméstica |

Fonte: Elaborado pela autora, 2018, a partir do Livro de Inscrição (1911-1937) do Asilo de órfãs São Vicente de Paulo, Memorial IDES.

Como se percebe na tabela acima, a maioria das meninas eram pardas e em seus desligamentos, também a maioria foi servir como doméstica em casas de famílias de Florianópolis. O

historiador Paulino de Jesus Francisco Cardoso, em sua pesquisa sobre os "Negros em Desterro" no século XIX, destacou em sua narrativa, histórias de crianças filhas de escravos no período abolicionista. Eram comuns, segundo o historiador, os filhos de escravas serem "apadrinhados" pelos Senhores donos destas, mesmo estando vivas. Estes apadrinhamentos passavam pela justiça tornando-os tutores das crianças e resguardando-os por lei para que as mães não voltassem atrás e quisessem os filhos de volta. Cardoso (2008) ressalta que "o que impressiona é como os afrodescendentes parecem estruturalmente reféns de uma organização institucional, capaz de sacar-lhes os filhos, através de um rito extremamente sumário" (p.164). No entanto, algumas vezes a tutela era concedida em comum acordo entre mães e tutores, provavelmente mediante barganha e/ou promessas por parte dos Senhores.

Este procedimento poderia explicar a ausência durante longo período de meninas negras internadas no asilo. Cardoso (2008) ainda explica que

> (...) as práticas (...) descritas inscrevem-se em um quadro de grandes incertezas acerca da escravidão e das populações dominadas por seu estatuto. Poucos anos antes, o bloqueio do tráfico transatlântico de escravos havia sinalizado para o fim do cativeiro como forma de organização do trabalho. Em Desterro, seu maior impacto foi a exportação para fora da Província de um contingente considerável de cativos, a ponto de preocupar as autoridades públicas (2008, p. 172-173).

Ferreira (2006) fortalece esta discussão sobre a população escrava, alforriada, liberta e afrodescendente nos séculos XVIII e XIX. O autor afirma que nesse período, a mesma oscilava em torno de vinte por cento em Santa Catarina. Contudo, observa que "vinte por cento da população é um número significativo, mas ultimamente esse contingente tem sido negligenciado na 'memória oficial' da Ilha de Santa Catarina" (FERREIRA, 2006, p. 141). E continua a discussão afirmando que "a invisibilidade do negro é uma das formas que se tem utilizado para reforçar a tese do branqueamento. Já que não é possível bani-lo da sociedade, tenta-se negar sua existência" (FERREIRA, 2006, p. 141). E Ilka Boaventura Leite completa "(...) não é que o negro não seja visto, mas sim que ele é visto como não existente" (1996, p. 41).

Referente às vestimentas, o Regimento Interno apresenta no Capítulo VII como as internas deveriam estar trajadas em ocasiões normais e festivas. "Dos vestuários – Art. 22. – Para os dias festivos, passeios e mais actos solennes, as asyladas usarão os uniformes que forem estabelecidos. § Único – As asyladas da 5ª classe não são obrigadas a usar uniforme" (Regimento Interno, 1924, p. 7). Em dias como a Festa do Divino Espírito Santo ou em apresentações do coral, as meninas vestiam-se solenemente para tais eventos, vinculados ao bom comportamento e obediência. Por serem educadas por religiosas, as meninas viviam sob um regime semelhante

ao claustro dos conventos. Sousa (2010) afirma que era preciso ocupar o tempo das órfãs, “o que significava ocupar seus pensamentos, evitar desejos e controlar seus corpos, com uma disciplina que os tornassem dóceis” (p. 138).

A intencionalidade dos governantes e da elite de Florianópolis para a preparação das mulheres no enfrentamento das mudanças emergentes no novo regime político era um discurso cada vez mais defendido, pois focava sobre a educação feminina, com vistas a serem cuidadas, educadas e instruídas. A Irmandade do Divino Espírito Santo corroborava com este discurso, somado à prática religiosa, que pregava “ensinar doutrina christã às orphãs do azylo” (Compromisso Irmandade do Divino Espírito Santo, 1913, p. 16). No que se refere à prática religiosa, dava-se com a participação das meninas na procissão e festa de Pentecostes, conhecida Festa do Divino Espírito Santo, que acontecia todo ano desde a fundação da Irmandade do Divino Espírito Santo em Florianópolis. A imagem a seguir mostra as meninas do Asilo na área externa arrumadas para o evento (Figura 9) e, na sequência, na Igreja (Figura 10).

Figura 9 – Meninas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Festeiros e Imperadores na missa de Pentecostes (Festa do Divino Espírito Santo), 1926.

Fonte: Acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo.

Figura 10 – Meninas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo, Festeiros e Imperadores na missa de Pentecostes (Festa do Divino Espírito Santo), 1926.

Fonte: Acervo do Memorial da Irmandade do Divino Espírito Santo.

O asilo se tornou referência no atendimento às meninas órfãs, abandonadas e pobres, e cada vez mais foi se fortalecendo perante a opinião pública e com apoio das autoridades. Mesmo com o rigor do disciplinamento, fruto das concepções religiosas, morais e políticas da época, o asilo representou um marco nas ações filantrópicas em Florianópolis no período em estudo.

# 3 ESCOLA SÃO VICENTE DE PAULO: ASPECTOS DO ENSINO ESCOLAR, PROFISSIONAL E RELIGIOSO DO ASILO

Após a Constituição de 24 de março de 1824 ser outorgada pelo imperador D. Pedro I, foi instalada uma Assembleia Geral composta de deputados que representavam todas as províncias do Brasil. Essa Assembleia Geral formulava a legislação que devia ser aplicada em todo o território do império independente das diferenças regionais. Este procedimento de cunho burocrático e jurídico criou obstáculos para o desenvolvimento regional, afirma Fiori (1991). Em 1830, explica Gloria Maria Teixeira (2005), que no período do Império foram criadas cinco escolas públicas elementares na Província de Santa Catarina, sendo duas na Vila de Nossa Senhora do Desterro (uma para meninos e outra para meninas). Em 1832, mais oito escolas foram fundadas, sendo que todas ficaram sob a responsabilidade do governo imperial até sancionar o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, que delegaria às províncias a criação e manutenção de escolas primárias e secundárias (TEIXEIRA, 2005).

A primeira ação da Assembleia Provincial de Santa Catarina foi organizar a instrução pública, a partir da Lei nº 35 de 14 de maio de 1836. Nela constava que "o Presidente da Província designará os Compêndios e Syllabários porque se deva ensinar tanto em humas como em outras escolas; e dará quaisquer instrucções que julgar necessárias à regularidade do ensino" (p. 57). Nesta mesma Lei, consta que os procedimentos do ensino deveriam proceder conforme a instrução do Art. 16, que dizia "(...) – Nas Escolas de Instrucção Publica primaria pelo methodo individual se ensinara a ler, escrever, as quatro operações de Arithmetica, Grammatica da Lingoa Nacional, e a Doutrina Cristhã" (p. 57).

Avançando o século XIX, destaca Leonete Luzia Schmidt (2012, p. 44-45),

> Em Santa Catarina, a primeira lei provincial sobre instrução primária data de 1835. Nela são reproduzidos alguns artigos da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. A esta lei sucederam, até 1860, outras cinco, além de uma resolução e do Primeiro Regulamento de Instrução Primária. Além delas, foram editadas algumas leis específicas que modificaram ou revogaram artigos das anteriores, numa tentativa de adaptá-las às novas demandas sociais, e uma delas especialmente para atender à demanda de contratação de professores para as escolas nas colônias alemãs.

Explica a autora que após este aglomerado de Leis, a Resolução de 1854[1] e o Primeiro Regulamento de Instrução Primária criado em 1859 levariam a normatização do ensino. A Resolução contemplava em seus artigos a formação intelectual e o desenvolvimento da razão, e aos escolares era necessário "despertar os princípios morais e religiosos e de amor às instituições

[1] Resolução nº 382 de 1 de janeiro de 1854.

do Estado (SCHMIDT, 2012, p. 47)" que poderia ser alcançado com "práticas pedagógicas, (...) e aos sábados, os professores deveriam ensinar doutrina cristã e levar os 'discípulos' à missa ensinando-lhes '(...) o modo de ajudar a ouvir'" (SCHMIDT, 2012, p. 47, grifo da autora). Já o Regulamento da Instrução Primária definiria os "aspectos da organização da escola como localização, professores, carreira, inspeção, metodologia, e aspectos como: tempos, espaços, sujeitos, saberes a serem ensinados e modos como deveriam ser ensinados" (SCHMIDT, 2012, p. 49).

A historiadora Vera Lucia Gaspar da Silva sinaliza que a Lei nº 516 de 30 de agosto de 1901 de Santa Catarina, dava direito ao Poder Executivo de extinguir escolas que não cumprissem com os requisitos mínimos para sua manutenção, como garantir e manter a frequência dos alunos, assim como autorizava a mudança para escolas mistas quando considerasse conveniente. A autora afirma que foi quando "(...) Iniciava-se assim a primeira ordenação do ensino do período republicano" (GASPAR da SILVA, apud VIDAL, 2006, p. 342). Mesmo com a reforma na instrução pública datada de 1910[2] para criação dos grupos escolares, em 1904 a historiadora afirma que já havia a intenção de cria-los, sob a Lei nº 636 de 12 de setembro de 1904, e explica que:

> Esta mesma lei registra um projeto de escolarização para o estado, o de substituir gradualmente as "escolas singulares" por grupos escolares. Também menciona a intenção do aproveitamento de professores já formados pela Escola Normal como diretores dos grupos escolares. A lei, como sinal da evolução que se firma, sinaliza a unidade que marcava os dois projetos: o dos grupos escolares e o das Escolas Normais (GASPAR da SILVA, apud VIDAL, 2006, p. 342).

Segundo Fiori (1991), os republicanos instauram no Brasil um novo ponto de vista no que se refere aos valores políticos e sociais e que muito influenciaram nas tomadas de decisões sobre o ensino. Havia uma urgência em reformular a estrutura do magistério, pois "um dos grandes problemas da instrução pública em Santa Catarina era a incompetência da grande maioria dos docentes" (FIORI, 1991, p. 78). Para garantir o êxito escolar dos discentes foi estabelecida a fiscalização do ensino por Inspetores Escolares. De acordo com Fiori (1991, p. 79),

> Diante da gravidade da problemática escolar, ocorreram algumas reformas ou tentativas de reorganização do ensino público catarinense: a reforma do Governo Manoel Joaquim Machado de 1892[3]; as modificações planejadas no Governo de Hercílio Pedro da Luz, no ano de 1894[4]; a reestruturação do ensino ocorrido em 1907, na gestão governamental de Gustavo Richard[5].

[2] Lei nº 846 de 11 de outubro de 1910.
[3] SANTA CATARINA. Decreto nº 155, de 10 de junho de 1892.
[4] SANTA CATARINA. Lei nº 112, de 4 de outubro de 1894. SANTA CATARINA. Resolução nº 1.454, de 6 de dezembro de 1894.
[5] SANTA CATARINA. Decreto nº 348, de 7 de dezembro de 1907.

Em 1913, o governador Vidal Ramos sancionou a revisão do *Regulamento Geral da Instrucção Publica*, realizando as modificações que considerasse conveniente da Lei nº 967, de 22 de agosto de 1913. Esta lei autorizou a revisão dos Regulamentos da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina que aborda desde a gestão do Órgão até a criação de escolas e execução de suas atividades. O Art. 50 da referida lei afirma: "Para a creação de qualquer escola é necessária a estatística escolar, provando a existência de 60 crianças de 6 a 15 annos, meninos ou meninas, conforme a escola a crear for masculina ou feminina" (p. 21). Ao Asilo São Vicente de Paulo foi concedida a licença para a instalação de uma escola na forma de externato. Foram então contratadas professoras que se formaram na Escola Normal do Colégio Coração de Jesus para ministrarem aulas para as internas e externas.

A reforma da instrução pública do governador Vidal Ramos caracterizava-se por "fundar um novo tipo de escola, dar à mocidade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante" (Mensagem do Governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo do Estado, apud FIORI, 1991, p. 80). Esta política educacional era inspirada na instrução pública do Estado de São Paulo e levada a cabo no Estado de Santa Catarina pelo professor Orestes Guimarães contratado pelo governo.

Conforme afirma Fiori (1991), o "modelo" se baseava no Método Intuitivo, que foi desenvolvido na Escola Modelo em São Paulo sob a direção da educadora norte-americana Miss Marcia Browne, que "seguia a sistemática de lições curtas e adequadas à idade, alternadas com cantos, marchas, exercícios, trabalhos manuais de torno ou de modelagem" (MOACYR, 1942, apud FIORI, 1991, p. 81). O método pedagógico partia da exploração da curiosidade das crianças e da promoção de um ambiente de estudos específicos, com uma edificação e móveis adequados às idades. Essa nova forma de aprendizagem não foi assim tão facilmente aceita, pois havia uma resistência à mudança muito grande. Muitas famílias retiraram suas crianças da escola por conta dessas inovações americanizadas. Mesmo assim essa forma de ensinar os saberes escolares disseminou-se em muitos lugares do país, inclusive no Estado de Santa Catarina. Fiori (1991) afirma que "até 1940, mais ou menos, São Paulo foi o modelo sempre seguido" (p. 81).

Críticas eram realizadas através da imprensa, no que se refere à "modernização" da instrução pública realizada pelo governo de Vidal Ramos. O jornal *O Clamor do Povo*, publicado em Florianópolis em 5 de fevereiro de 1916, afirmava o seguinte:

> A Instrucção – Pelo edital publicado no jornal official, vê-se que o Sr. Dr. Governador do Estado, não preencherá por todo esse anno, as cadeiras de professor, que se vagarem, nem tampouco creará novas escolas, porque a verba votada para a Instrução não é sufficiente. Isto bem deixa a demonstrar que toda a difficiencia

> da manutenção das pequenas escolas é devido ao gasto enorme dos pomposos grupos escolares. Podemos garantir que o coronel Vidal Ramos, seria muito feliz, e, teria procedido mais acertadamente, se, no seu governo, ao envez de crear luxuosos grupos escolares nesta Capital e alguns Municipios, procurasse espalhar pequenas escolas em todos os recantos de nossos Municipios. Com o dinheiro gasto na construcção e com o que actualmente gasta-se na manutenção dos grupos escolares, s.s. teria creado pelo menos 40 escolas, tendo todas prédios próprios e dotados de hygiene, etc. etc. S.S. não quis pensar assim. Seguiu o caminho traçado pelo rico Estado de São Paulo, que naquelle tempo, erguia faustosos palaceetes para Insctucção. S.S. devia pensar primeiramente, que o nosso Estado é pobre, e, a receita mal dá para a despeza. Com a manutenção dos grupos escolares, a despeza de nossa Inscrucção seria considerável, e vinha mais tarde prejudicar as pequenas escolas. Agora, que o fanatismo cahiu vencido, o único meio de obstar o seu ressurgimento, é abrir escolas em todos os recantos daqueles logarejos, porque o povo instruído detesta o fanatismo. Mas, como manter-se novas escolas, se não há verba necessária? De que serve termos aqui dois pomposos grupos escolares (Grupo Lauro Muller e Grupo Silveira de Souza), se os nossos irmãos da Serra, vivem envoltos no fanatismo por falta de Instrucção? Eis ahi uma pergunta a que somente o coronel Vidal Ramos poderá dar a necessaria resposta (*O Clamor Do Povo*, 1916, v. 1, p. 2).

Desde a emergência da República, havia um grande desafio dos governantes em garantir escola e instrução para a crescente massa de analfabetos. Para os republicanos, a educação era considerada um instrumento capaz de reverter o quadro caótico em que se encontrava a população. Somente embelezar a cidade não era garantia de plena reforma, mas sim civilizar o povo a fim de construir um novo cenário urbano.

A Irmandade do Divino Espírito Santo corroborava esse pensamento reformador, e com o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e a Escola São Vicente de Paulo, construiu uma proposta equiparada a legislação estadual para a instrução pública, regulamentando no intramuros a política educacional vigente do período.

O Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo estava organizado, prioritariamente, para atender meninas consideradas abandonadas, prevalecendo a ideia de que a educação escolar oferecida pela instituição estaria de acordo com a condição social das mesmas. Após a inauguração do prédio do asilo em 1910, as meninas abrigadas passaram a assistir às aulas no prédio do Colégio Coração de Jesus, por não haver espaço disponível no novo prédio para essa atividade. As aulas eram ministradas por duas freiras sendo que a Irmandade do Divino Espírito Santo fornecia o material escolar (Crônica, "Lar São Vicente", 1904-1951). Logo houve um acréscimo no espaço físico no prédio do asilo que permitiu às meninas terem suas aulas no local. Em 1911, foi criada a Escola São Vicente de Paulo que funcionava como externato, tendo como público alvo além das internas, as meninas pobres que habitavam no entorno da instituição[6]. Foram adaptadas para

[6] Encontrou-se apenas um documento emitido pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), sob o número 4.493, de 30 de setembro de 1938, que reconhecia a validade das atividades escolares ofertadas pela instituição de

este fim duas salas de aula, que também serviam de salão de festas em algumas ocasiões; anexo também tinha um palco para teatro. Em 1923, a Escola São Vicente de Paulo "foi elevada a escola estadual pelo Governo" (Crônica, "Lar São Vicente", 1904-1951, p. 10). O asilo encerrou as atividades da Escola São Vicente de Paulo em 1929 em função do seguinte problema:

> A Menina 12, que havia trabalhado alguns anos como professora na escola São Vicente, entrou em junho na Congregação das Irmãs de Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis, para dedicar-se totalmente ao Senhor. Como a escola São Vicente, para carentes, não conseguisse professora substituta, ela foi fechada, funcionando agora somente a escola das órfãs (Crônica, "Lar São Vicente", 1904-1951, p. 14).

Os dirigentes do asilo estruturaram o ensino para o internato e o externato, de acordo com a regulamentação da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina de 1913, formalizando o ensino primário e o ensino profissional. Distribuiu as meninas em classes e por faixa etária, conforme as determinações constantes no próprio Regulamento. No entanto, somente no Regimento Interno do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo de 1924, que se estruturou esta divisão de classes, conforme descrito no documento:

> CAPÍTULO V. Das asyladas. Art. 10. – As asyladas constituirão cinco classes: 1ª ) – a das que ainda não podem freqüentar as aulas primarias; 2ª ) – a das que fazem o curso primario; 3ª ) – a das que, tendo completado o curso primário, freqüentam as aulas profissionaes; 4ª ) – a das que, completando o curso profissional, se dedicam aos misteres de um ou de vários dos ramos profissionaes em que se tiverem habilitando; e 5ª ) – a das que completarem a sua maioridade (p. 5).

Assim como a estrutura do espaço físico e distribuição das classes, o ensino escolar também seguiu as determinações do Regulamento Geral, como se demonstra a seguir.

## 3.1 O ensino primário na Escola São Vicente de Paulo

A *Secção III* do Regulamento Geral da Instrução Pública de 1913 aponta para o programa a ser executado pelas escolas.

> Art. 72. As escolas preliminares isoladas e as intermédias terão três annos de curso, obedecendo ao seguinte programma: - leitura calligraphia, linguagem,

abrigo. Contudo, na Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Cel. Gustavo Richard ao Congresso Representativo de 1908, no que se refere à Instrução Pública, consta o quantitativo de alunas(os) atendidas(os) pelas Irmãs da Divina Providência no Estado de Santa Catarina. Em destaque, na capital, os registros são de "82 alunas atendidas na Escola gratuita de S. Vicente de Paula e 30 alunas atendidas no Asylo de Orphãos", o que sugere que as atividades do externato iniciaram antes da construção do prédio novo em 1910 (Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Cel. Gustavo Richard Governador do Estado na 2a. Sessão da 7a. Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908, p. 21).

> contas, princípios de geographia, historia, educação cívica, canto e gymnastica. 1. A geographia, a historia e a educação cívica serão dadas mais sobre o ponto de vista educativo do que propriamente instructivo. 2. Os grupos escolares e as escolas complementares – terão programmas adequados. Art. 73. As escolas provisórias terão o curso de 3 annos, e o seu programma será: leitura, calligraphia, linguagem, contas, princípios de geographia e canto (p. 24-25).

Faria Filho (2007), afirma que ler, escrever e contar já não era mais suficiente enquanto conteúdo escolar desde meados do século XIX. Era necessário agregar conhecimentos e valores às novas gerações, principalmente para as crianças. Então foram adicionados ao currículo escolar conteúdos, tais como, *rudimentos de gramática, língua pátria, aritmética e rudimentos de conhecimentos religiosos*, e que lentamente apareceriam nas leis para a *instrução elementar*.

A educação formal ofertada às meninas e moças do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo e na Escola São Vicente de Paulo foi organizada a partir do programa inscrito no Regulamento Geral da Instrução Pública. Assim, segundo o Regimento Interno de 1924 do asilo, ficou estabelecido que,

> (...) § 1º. – As asyladas da primeira classe ficarão não só a cargo das dirigentes do Asylo, como também sob os cuidados das asyladas a que estejam sendo ensinadas noções de puericultura. § 2º. – As asyladas da segunda classe estudarão no curso primário as matérias dos cursos congêneres mantidos pelo Estado, ficando ainda sujeitas a pequenos trabalhos de agulha, de jardinagem e de governo domestico (p. 5-6).

Para as escolas com público feminino, a proposta de ensino no Estado de Santa Catarina, segundo o regulamento da instrução pública, se daria baseado na pedagogia de Froebel[7], conforme Mensagem apresentada pelo Governador Gustavo Richard em 1908:

> Nas escolas do sexo feminino da Capital, em que estiverem servindo pelo menos duas adjunctas, haverá a cargo de uma d'ellas, uma classe infantil conduzida e dirigida segundo o regimen pedagógico dos – Jardins de Infancia –, para preparar as creanças pela educação dos sentidos, conforme os processos de Froebel (Mensagem lida pelo Exmo. Sr. Cel. Gustavo Richard Governador do Estado na 2ª. Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908).

A referida proposta foi identificada por Pieri (2014) em sua pesquisa sobre a educação infantil no município de Tubarão em Santa Catarina, com a criação do jardim de infância pelas Irmãs da Divina Providência no início do século XX, sugerindo que as ideias pedagógicas eram disseminadas e aplicadas nas instituições geridas pelas religiosas no Estado.

[7] O alemão Friedrich Froebel (1782-1852) foi um dos primeiros educadores a considerar o início da infância como uma fase de importância decisiva na formação das pessoas, ideia presente até os dias atuais e consagrada pela psicologia, ciência da qual foi precursor. Foi fundador dos jardins-de-infância para menores de 8 anos de idade. Para o educador, a criança era como uma planta em crescimento, que precisava de cuidados periódicos para que crescesse de forma saudável sendo ele defensor do desenvolvimento genético.

Os relatórios anuais do asilo foram produzidos a partir de 1920. Dessa forma, só estão registradas as informações sobre o ensino escolar e profissional desta data em diante. No Relatório de 1923, redigido pelo Provedor Fernando Caldeira de Andrada e apresentado à Mesa Administrativa como *balanço anual* das atividades realizadas pela Irmandade do Divino Espírito Santo e pelo asilo, no que tange ao ensino ofertado às meninas do internato, encontramos as seguintes informações:

> Estudos – As aulas internas do Asylo continuam a funccionar normalmente, sob a competente direcção da nossa veneranda Irmã Superiora e auxiliada neste nobre mister por outras Irmãs da Divina Providência. Dividindo o ensino em cinco grupos, conforme assim o exige o nosso Regimento Interno, divisão esta que magnificos resultados tem dado, o que não é de admirar, pois ella obedeceu a inspiração do nosso illustrevice-provedor, Dr Henrique da Silva Fontes, que tão dignamente exerce o elevado cargo de Director da Instrucção Publica deste Estado, as alumnas têm revelado grande adeantamento, não só nas artes da leitura e da escripta, como em arithmetica, prolegomenos de geographia e de historia e nos demais ensinamentos, não esquecidos os princípios de puericultura (...) (Relatório, 1923, fl. 2).

Da mesma forma, o Provedor também apontou para as ações estudantis das alunas do externato, conforme relato:

> Escola São Vicente de Paulo – Continuamos a manter a escola gratuita "São Vicente de Paulo" para as creanças pobres de sexo feminino de nosso populoso bairro, sendo elevado o numero de matriculadas, apezar do Governo do Estado, afora dous grupos escolares, manter grande quantidade de escolas isoladas e regidas por competentes professores. A razão disso é que a instrucção publica em o nosso Estado é um facto real pela comprehemsão que todos têm de que Ella se impõe para as felicidades da vida mundana. A frente dessa escola, e graças à generosidade do Governo do Estado, que jamais deixou, em matéria de instrucção, de estender a sua mão proctetora e amiga às casas de ensino, continúa a professora normalista (Menina 13), que nomeada para a escola mixta do "Lageado dos Correias", em Lages, teve ordem de funccionar no nosso estabelecimento. Esta professora foi, como sabeis, nossa asylada, e continúa residindo no Asylo, onde lhe demos commodos especiaes (Relatório, 1923, p. 3).

Cabe ressaltar que no Brasil que recém havia ingressado no regime republicano, a educação escolar para a população pobre era considerada como um progresso. No entanto, em se tratando de uma educação para meninas das camadas populares, Gondra e Schueler (2008) afirmam que desde tenra idade, era-lhes reservada "a aprendizagem prática das atividades cotidianas nas tarefas domésticas, na agricultura ou nos ofícios urbanos" (p. 202). Em especial, nas instituições de caráter religioso, filantrópico e disciplinar, os autores apontam para diferentes formas de socialização das meninas, ou seja, "lugares em que mulheres, leigas e religiosas, exerceram inúmeras formas de poder sobre corpos e almas femininas" (ALGRANTI, 1993 e 2004, apud GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 202).

Segundo Cunha (2003), a educação escolar ministrada no Colégio Coração de Jesus, instituição confessional católica feminina, tinha como função principal a formação da "mulher de bem", mediante a difusão dos princípios da moral católica, no qual "ser aluna desse Colégio representava um meio tradicional de preparo dessas moças para assumirem as funções de esposa, dona de casa e mãe que lhes estavam reservadas e, no limite, exercerem o magistério como sacerdócio e como uma forma de maternagem simbólica" (p. 205). Para as internas do asilo, os valores difundidos por intermédio da educação escolar no que tange às relações de gênero eram semelhantes aos das meninas do Colégio Coração de Jesus. Já em relação a classe social os valores difundidos eram diferentes. A instituição asilar, através da educação escolar, buscava reproduzir a condição de classe a que pertenciam as internas. Ou seja, elas eram preparadas, sobretudo para serem excelentes empregadas domésticas.

Raros eram os casos de internas que galgavam uma nova condição de classe. As alunas que passavam nos exames finais no primário com excelentes notas ao final do ano letivo eram encaminhadas para fazer o curso normal no Colégio Coração de Jesus. No Relatório de 1922, apresentado à Mesa Administrativa da Irmandade do Divino Espírito Santo, o Provedor Fernando Caldeira de Andrada relatava tal acontecimento:

> Asylada diplomada – A asylada (menina 14) que foi internada no Asylo na mais tenra idade, após um curso brilhante, concluiu o seu estudo na Escola Normal, o que constitui o motivo de grande jubilo para esta nossa casa. Logo que recebeu a sua carta de normalista, o Asylo prestou-lhe significativa homenagem, promovendo-lhe um festival a que foi presente todas as asyladas, como os amigos desta instituição (Relatório, 1922, p. 5-6).

O Provedor também via esta ação como uma benevolência, como mostra o relato presente no mesmo documento. Segundo o administrador, "a carta de normalista conseguida por uma asylada prova, à sociedade, que o Asylo não é indifferente a instrucção das creanças que acolhe sob o seu amoroso tecto" (Relatório, 1922, p. 6).

Kuhlmann Jr. (1998) afirma que a baixa qualidade no atendimento faz parte dos objetivos dessa educação escolar destinada aos pobres. Eis o que afirma o autor:

> (...) previa-se uma educação que preparasse as crianças pobres para o futuro que com maior probabilidade lhes esteja destinado; não a mesma educação dos outros, pois isso poderia levar essas crianças a pensarem mais sobre sua realidade e a não se sentirem resignadas em sua condição social. Por isso uma educação mais moral do que intelectual, voltada para a profissionalização (KUHLMANN JR., 1998, p. 183).

Tendo em vista esse ideário constata-se que as ações do asilo eram muito mais direcionadas para a aprendizagem profissional do que para os saberes escolares de cunho mais intelectual.

## 3.2 O Ensino Profissional: entre costuras, bordados e serviços domésticos

A educação das meninas *asiladas* foi direcionada para a aprendizagem de caráter prático, que no período desta pesquisa, se dava por intermédio das oficinas de costura e bordado, confecções, trabalhos manuais (escultura, pintura, chapéus, flores) e dos trabalhos domésticos. Este tipo de aprendizagem era considerado útil pelos membros da Irmandade do Divino Espírito Santo e pelas religiosas, pois tornava "prendadas as desvalidas asyladas e que muito lhes pode servir quando não mais querendo ao completarem a sua maioridade civil, permanecer entre nós tiverem de enfrentar num trabalho honrado os espinhos da vida" (Relatório, 1925, fl. 1).

No Regimento Interno de 1924 foi instituído o seguinte:

> (...) § 2º. – As asyladas da segunda classe (...) ficando ainda sujeitas a pequenos trabalhos de agulha, de jardinagem e de governo domestico. § 3º. – As asyladas da terceira classe ficam sujeitas a 6 horas de trabalho diário nas respectivas aulas e à prestação de pequenos serviços domésticos. Dos trabalhos por Ella executados, que obtenham remuneração, caber-lhes-á, da parte relativa à mão de obra, 25%, que serão depositados na Caixa Economica ou em qualquer instituição bancaria, e mais 5% para pequenas despesas. § 4º. – As asyladas da quarta classe perceberão 50% da respectiva mão de obra. § 5º. – Facilitar-lhes-á o Asylo, caso necessitem, os meios de adquirirem as machinas e utensilios necessários ao exercício do miester a que se estejam dedicando. § 6º. – As asyladas da quinta classe, em virtude da emancipação de que gozam por força da lei, poderão livremente deixar o Asylo; desde, porém, que queiram continuar nas suas officinas, poderão residir no estabelecimento, sujeitando-se ao respectivo regimen e em quanto bem procederem; a ellas pertencerá o producto de seu trabalho, do qual se deduzirá, entretanto, uma rasoavel quantia para pagamento da moradia e sustento, bem como módica contribuição para auxilio das despezas do Asylo (1924, p. 4-6).

A combinação dos "rudimentos" de instrução com a aprendizagem profissional, afirmam Gondra e Schueler (2008), assegurava a "ordem" e oferecia "uma mão-de-obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata. Educados nestes termos, estariam sendo 'úteis a si e a sua pátria'" (p. 108,). Os autores ainda atentam para a hipótese de que para as mulheres das camadas mais pobres, a escola primária pretendia promover uma aprendizagem a partir de trabalhos manuais para fins futuros de remuneração e sobrevivência das suas famílias (GOUVÊA, 2004; MATTOS, 2002, apud GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 206).

Em 1922, a Irmandade do Divino Espírito Santo buscou implementar uma Oficina de Encadernação para as meninas. Uma solicitação foi enviada à *Comissão da Fazenda*, mas que,

segundo o Provedor Fernando Caldeira de Andrada, “que sobre ela não se pronunciou” (Relatório, 1922, fl. 4). Até 1930, não constou em nenhum relatório informações sobre a concretização da referida oficina.

As informações sobre a oficina de bordado e costura estão presentes nos relatórios emitidos na década de 1920. A referida oficina foi idealizada pelo então Vice-Provedor Henrique da Silva Fontes, no ano de 1924. No relatório desse ano apresentado em 1925 à Mesa Administrativa pelo Provedor Fernando Caldeira de Andrada, registrou:

> (...) As officinas de costuras e bordados vão já produzindo algum resultado pecuniario para esta casa, e, o que é mais importante, habilitando as pequeninas orphãs a se constituírem, em dias não longínquos, hábeis operarias, sendo este, justamente, o fim que sempre visamos (Relatório, 1924, p. 2).

Em 1926, o vice-provedor Henrique Fontes havia se tornado provedor em exercício do asilo, bem como ocupava a pasta da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura do Estado de Santa Catarina. A oficina, segundo o provedor,

> (...) está prestando serviços reaes ao Asylo, pois além do ensino que proporciona à todas as asyladas, constitue ainda uma fonte de renda para o estabeleccimento que generosamente, com ellas reparte 30% do producto liquido dos trabalhos feitos” (Relatório, 1926, p. 2).

No Relatório de 1925, o provedor Henrique da Silva Fontes destaca o ensino profissional como uma potencial fonte de recurso financeiro. Tendo em vista esse fato foram alteradas as condições que possibilitavam o desligamento das meninas. Afirmava o Relatório:

> (...) Installado o ensino profissional e alteradas as condições para a retirada das orphans, agora só verificada com a emancipação legal ou a requisição de quem, sobre ellas, tenha poderes legítimos, é de esperar que mais preservadas fiquem as nossas protegidas de descaminhos, porque entram na vida mais amadurecidas, com cabedal de virtude mais consolidado e com habilitações que lhes assegurem honesto ganha-pão. (1925, p. 3).

No mesmo Relatório, o Provedor continua enaltecendo os trabalhos realizados pelas meninas, bem como a soma que retornou para o Asilo, o que reforça a citação anterior da necessidade de manutenção das mesmas na instituição.

> O rendimento da mão-de-obra dos trabalhos de costura e bordados que foram feitos no anno passado pelas orphans attingiu a somma de 3:677$800, sendo ainda de notar que todos os trabalhos de confecções e costuras de que necessitou a casa foram executados pelas asyladas, o que representa uma economia não inferior a um conto de reis. Para a secção de costuras foram adquiridas tres (3) machinas Singer e uma machina de ponto a-jour. Convém deixar aqui mencionado que os trabalhos saídos do Asylo se têm a tal ponto recommendado pelo seu bom acabamento que há sempre serviço em excesso, donde a necessidade de recusar muitas encommendas (Relatório, 1925, p. 3).

As atividades das oficinas eram acompanhadas pelas religiosas e pelas alunas monitoras das classes mais adiantadas. As meninas consideradas mais prendadas ao alcançarem a maioridade eram encaminhadas para trabalhar como empregadas domésticas nas casas das famílias mais abastadas de Florianópolis e em outras cidades. A aprendizagem das tarefas domésticas e dos trabalhos manuais significava muito mais do que uma simples prática pedagógica determinada pelo Regimento Interno de 1924 do asilo. Foi uma forma de garantir a sobrevivência das meninas tendo em vista as representações sociais das mulheres pobres consideradas "honestas".

## 3.3 A formação além (aquém) da escola: a professora, a esposa, a mãe, a doméstica, a freira

> A MULHER A mulher... personificação da canção astra!! A mulher... É do homem a inseparável companheira. Para que nasceo? Para dignificar a Humanidade, desempenhando tresbellos deveres: de filha, de esposa, de mãe. Como filha, reúne todos os affectos e carinhos e dal-os a seus Paes, prodigalizando-lhes assim os maiores prazeres. Vendo sua mãe pensativa, recordando talvez espinhosas paginas dum trecho da vida que já passou, cahe também em tristeza até que volte às faces daquella que a ama o calor e o gaudio da vida familiar. Ao voltar seu pae do labor, ao cahir da noite, vai esperal-o à porta e depor-lhe nas faces um osculo de puro amor filial. Como esposa, alegra e ella não o deixa mais: de um lado para outro, ao silencio do quarto, apoz haver ministrado uma colherada do medicamento, balbucia silenciosa uma prece, que vae direita às portas do céo. Melhora o doente e do coração da esposa voa o inverno das dores... Como mãe, resume o mundo em sua casa e a Humanidade em sua familia. Esquece as alegrias mundanas e julga-se remoçada 20 annos quando pensa que tem de tratar, zelar e ameigar as criancinhas que a rodeiam. Sua única alegria é beijar os filhinhos e o esposo; honra-os como pode e é afinal, a redemptora da Humanidade. Poe fim, perto do termo de sua missão, quando começa a presentir o frio da tumba e a neve dos annos, rejubila-se em olhar para o filho moço, com voz forte e peito altivo, volta depois de longa ausência em que andara a estudar e a aprender. De alegria chora por deixar um homem modelo de virtudes e caráter. Chega-lhe emfim a morte; toma-a pela mão e vai com ella à eterna mansão, enquanto todos lhe estendem os lenços humidos de lagrimas, num ultimo e acerbo adeus... O. M. (*Argo*, 1910, v. 2, p. 3).

A Revista *Argo* foi lançada em 1910 e sua tiragem era quinzenal. O periódico era dirigido pelos redatores Altino Flores e José d'Acampora, estudantes catarinenses na época. Ambos os redatores denominavam suas notícias como literatas e científicas, e deixavam claro que "(...) Todas as questões sociaes, excepto as políticas, terão abrigo nas nossas columnas, responsabilizando-se os auctores dessas questões por tudo que advir" (*Argo*, 1910, v. 1, p. 1).

A citação que inicia essa sub-seção mostra um perfil de mulher, corroborado pela imprensa, que reforçava seu lugar de filha, esposa e mãe, bem como os estreitos espaços aos quais lhes cabiam. Pedro (2008) infere sobre a imagem das mulheres divulgada pelos periódicos e outros veículos. Segundo a autora:

> (...) a idealização das mulheres em seus papeis familiares é muito semelhante àquelas divulgadas no final do século XVIII e no início do século XX nos grandes centros europeus. Nas cidades do Sul, imagens idealizadas foram freqüentes a partir da segunda metade do século XIX, durante a formação das elites nos centros urbanos (PEDRO, 2008, p. 281).

O discurso emitido pela Irmandade do Divino Espírito Santo e pela Congregação das Irmãs da Divina Providência nos Relatórios e Atas da instituição enfatizava esse "modelo" de mulher. Um modelo baseado nos pressupostos da norma familiar burguesa (que implicava em práticas e valores) e que era divulgado para as meninas do asilo, apesar da condição social das mesmas ser diferente das moças das camadas médias e das elites.

Gondra e Schueler (2008) identificaram três formas distintas de compreender a polêmica questão da educação das mulheres no final do século XIX que cerceavam os processos de construção das relações sociais no que tange as relações de gênero na constituição de uma cultura escolar no Brasil.

> A primeira, vinculada a uma tradição católica e jesuítica, negava às mulheres a necessidade de instrução, advogando a importância da formação moral e cristã para as futuras mães, acentuando o papel doméstico e privado das moças como guardiãs dos lares e das famílias. A segunda perspectiva, muito em voga a partir de meados do século XIX, sob a inspiração do positivismo e do cientificismo, defendia igualmente a educação feminina para a formação das mães, porém, com base nas novas ciências e saberes como a puericultura, a psicologia, a higiene, em detrimento das "ignorantes superstições" próprias da fé católica. A terceira visão, esta talvez mais acanhada, proclamava a igualdade entre os sexos, inclusive reivindicando para as mulheres a participação em cursos superiores e em profissões tradicionalmente relacionadas ao sexo masculino, como o magistério, a medicina, a advocacia e a engenharia (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 206-207).

Os referidos autores afirmam que a percepção das mulheres enquanto responsáveis pela educação/formação dos homens, na qualidade de mães e educadoras, conjugavam-se:

> (...) às teorias civilizatórias que pretendiam afirmar a necessidade de construir uma nação direcionada ao progresso material e cultural, um Brasil onde o "povo" fosse elevado intelectualmente para figurar no rol das "grandes nações cultas" (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 209, grifo dos autores).

Os autores apontam para a *feminização do magistério*[8], que desde o Império se pensa este processo como uma missão das mulheres para cuidar e educar crianças. É sabido que majoritariamente, esse exercício era realizado por homens, que faziam parte das ordens religiosas, corporações religiosas e militares, bem como por intelectuais leigos. Aos poucos, esse panorama foi se modificando com o ingresso das mulheres nesse campo profissional.

[8] Discussões sobre esta temática pode ser vista em Almeida (1998).

A pesquisa de Coelho Junior (2013) apresenta formas de conhecer, compreender e sentimentalizar os Quadros de Formatura do antigo Colégio Coração de Jesus de Florianópolis, na segunda década do século XX. Especificamente nos Quadros referentes aos anos de 1922 e 1923, se fazem presente as duas ex-internas do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo que se formaram na Escola Normal da referida instituição de ensino.

Cabe destacar que para alcançar este promissor objetivo na época, quando as meninas do asilo completavam a Escola Primária e tiravam as melhores médias nos exames finais, recebiam prêmios, tais como, quantias em dinheiro doadas por membros da Irmandade do Divino Espírito Santo ou de pessoas oriundas da elite florianopolitana. Esses recursos financeiros iam para uma caderneta de poupança em nome do asilo até que elas completassem a maioridade ou concluíssem os estudos. Assim que recebiam o diploma de professoras, retornavam para ministrar o curso primário no asilo e, depois, eram enviadas, através do Órgão da Instrução Pública estadual, para dar aulas no Grupo Escolar Lauro Muller ou na escola mista em Lageado dos Correias[9], no município de Lages, percebendo remuneração advinda daquele Município.

Arruda (2011) infere que em um contexto social em que as mulheres eram avaliadas pela sua religiosidade, pelos valores morais e pelo grau de conhecimento e prática das prendas domésticas, a profissão do magistério, reunia esses requisitos e apresentavam as melhores condições de serem absorvidas para o trabalho, bem como assegurava certa independência, que poderia levar a um grande passo na realização pessoal.

> Essa representação que procurou associar a condição de mãe-esposa-educadora construída no meio social foi paulatinamente incorporada pela mulher – não sem resistência – que, ao buscar construir identidades, desenvolveu estratégias alternativas para ocupar novas posições no tecido social. Uma delas se refere à possibilidade de receber uma remuneração que permitisse sustentar-se com dignidade e, ainda que parcialmente, libertar-se da tutela masculina, que poderia ser compreendida, de certa forma, como uma tática de subversão a uma ordem disciplinar imposta por meio de discursos produzidos acerca da mulher no século XIX e consolidado no século XX. Nesse sentido, é possível sugerir que a profissão se adaptou àquilo que as mulheres desejaram naquele momento, aliando o desempenho de um trabalho remunerado às aspirações humanas e afetivas definidas pela sociedade (ARRUDA, 2011, p. 198).

Durante o período em estudo duas ex-internas se tornaram professoras e outra recebeu proposta de *casamento* enquanto ainda estava no asilo. Este também era um grande propósito da instituição: preparar as futuras moças para contrair casamento com respeitáveis moços de

[9] Pouquíssimas informações foram encontradas sobre essa localidade. No entanto, consta que Lageado dos Correia é um rio que cruza a região Coxilha Rica no município de Lages, composta por fazendas destinadas à criação de gado. No início do século XIX, um dos primeiros fazendeiros que se estabeleceram na região foi Laureano José de Ramos, patriarca da família Ramos em Santa Catarina. Consulta feita nos links: http://genealogiaserranasc.blogspot.com/2016/09/familia-ramos.html e https://www.mfrural.com.br/mobile/cidade/lages-sc.aspx

Florianópolis. Houve inclusive, oferta de dotes para as meninas, a fim de garantir um futuro casamento promissor.

> A exma. Sra. D. Sophia Cantazano, que, de há muito, tem incluído nossas orphans entre os beneficiados por suas pias liberalidades, deu-nos a noticia de que deseja construir dotes para as asiladas que se venham a casar. E a noticia já foi seguida de donativo de 1:000$000, em duas parcelas de 500$000 (Relatório, 1930, p. 2).

Soihet (2008) afirma sobre as mulheres pobres que habitavam nas cidades no período:

> (...) recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos (SOHIET, 2008, p. 362).

As legislações para o casamento, tal como, o Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890, o Código Penal de 1891, o Código Civil de 1916, o complexo judiciário a as ações policiais, explica Soihet (2008), eram "estratégias" utilizadas para "disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres dos seguimentos populares" (SOHIET, 208, p. 363). Nas camadas populares, afirma a autora, o casamento efetuado através de um contrato jurídico de caráter civil e/ou canônico não preponderava durante o século XIX no Brasil. Soihet (2008) ainda ressalta que havia um número significativo de mulheres que mantinha seu sustento e dos filhos autonomamente, o que dificultava o aceite do matrimônio, pois este as privaria de certas liberdades. De acordo com a autora:

> (...) A preocupação com o casamento crescia na proporção dos interesses patrimoniais a zelar. No Brasil do século XIX, o casamento era boa opção para uma parcela ínfima da população que procurava unir os interesses da elite branca. O alto custo das despesas matrimoniais era um dos fatores que levavam as camadas mais pobres da população a viver em regime de concubinato (SOIHET, 2008, p. 368).

Para a referida historiadora as mulheres pobres, fossem elas mestiças, negras ou mesmo brancas, eram desprotegidas e sujeitas à exploração sexual. "(...) suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade (...)" (SOIHET, 2008, p. 368).

As jovens que completassem a maioridade no asilo tinham o consentimento da Mesa Administrativa e as "bênçãos católicas" para a realização do matrimônio como demonstra o Relatório de 1920. Segundo este:

> A orphã (Menina nº 15) casou-se em o anno findo com (nome ocultado), lavrador e proprietário no vizinho distrito da S.S. Trindade. Cumprindo a determinações da Mesa, autorisei gastar-se com ella a importância de 100$000 para o seu enxoval. Gastos civil e religioso foram realisados, sobretudo este, com tocante solenidade na Capela do Asylo, na presença de todas as asyladas, servindo de testemunhas, em um e outro acto, Almirante Dorval Melchiades de Souza, Vice Provedor do nosso Asylo e Presidente do Conselho Municipal da Capital, Major Pompilio V. D. Luz, Coronel Hypolito Boiteux e o Provedor do Asylo infra assignado. (Relatório, 1920, p. 3).

Outro encaminhamento dado pelo Asilo para as jovens ao serem desligadas era no sentido de as colocarem para trabalhar em uma *casa de família*. Este procedimento está documentado no Regimento Interno de 1904. Segundo o Regimento: CAPÍTULO VII – As órphãs só poderão ficar no Asylo: [...] b) Pelo tempo necessário para serem colocadas em casa de boa família;" (Regulamento do Asylo de Órphãs São Vicente de Paulo, Ata, 1904, p. 4).

As jovens eram encaminhadas para trabalhar nas residências dentro ou fora do Estado ou, então, as famílias vinham ao Asilo escolher uma delas para trabalhar em seus lares. As jovens saiam do asilo tendo em vista a educação recebida com conhecimento dos serviços domésticos, "rudimentos" de saber escolar e boas cristãs.

Por fim, certos números de moças do asilo ingressaram para a vida religiosa em conventos no interior do Estado de Santa Catarina ou em outros Estados no Brasil. Seis jovens foram encaminhadas conforme quadro mostrado no capítulo anterior. No Brasil, o primeiro convento fundado foi o de Santa Clara do Desterro na Bahia, em 1677. Nunes (2008) afirma que nesse período, ingressavam no convento mulheres de famílias que tinham muitas posses e de linhagem branca pura. Mulheres mestiças, negras e índias não eram aceitas, ou se entravam, trabalhariam como escravas. De acordo com a autora:

> (...) Diferenças de classe e de raça atravessavam e conformavam os processos de constituição e as formas de realização dessas instituições religiosas. A exigência de "pureza de sangue" para o ingresso no convento significava sua interdição para mestiças e para filhas de judeus, os chamados "cristãos novos". Dado esse elitismo, em que somente filhas de famílias social e politicamente importantes eram admitidas como religiosas, ter uma filha no claustro tornava-se fator de prestígio social (NUNES, 2008, p. 486).

Nunes (2008) afirma que houve tentativas de criar instituições religiosas para mulheres brancas pobres e mestiças, mas até o final do século XVIII, registros históricos apontam para a negação dos pedidos. No século XIX, aconteceriam mudanças na Igreja do Brasil. Com a emergência da República e a separação legal da Igreja e do Estado, ocorreu a reforma clerical do catolicismo brasileiro.

> No espírito das normas emanadas do Concílio de Trento, trata-se de centrar a ação religiosa em torno dos sacramentos, para os quais a figura do padre é indispensável. Era preciso retirar das Irmandades, comandadas por leigos, seu peso político e religioso. A necessidade de um público dócil às novas normas torna as mulheres um alvo privilegiado da ação da Igreja. A partir de então, esta desenvolve projetos específicos, dirigidos à população feminina católica, com o intuito de incorporá-la ao seu projeto reformador. Criam-se as associações femininas de piedade; desenvolvem-se movimentos religiosos nos quais o concurso das mulheres é fundamental (NUNES, 2008, p. 491).

A autora simboliza o período de "clericalização" do catolicismo brasileiro como um período também de "feminização". Mas, ressalta que o investimento feminino no catolicismo não significava poder sagrado às mulheres, mas somente, "representa, de fato, a reafirmação de seu estatuto subordinado" (NUNES, 2008, p. 491). Entre o final do século XIX e a década de 60 do século XX, foi um período de expansão e estabilidade institucional para a vida religiosa feminina. Para a autora:

> O ideal religioso exprimia-se na negação de valores, comportamentos e normas correntes na sociedade; os costumes conventuais e as formas de comportamento das religiosas deveriam ser diferentes para marcar essa distinção com "o mundo". Os modos de vestir-se; os pesados hábitos religiosos, inspirados nas camponesas europeias em muitas congregações; os altos muros rodeando a área conventual, e mesmo os colégios; os horários rígidos; as exigências de silencio às refeições; a obediência estrita; as penitencias; enfim, tudo isso criava um mundo à parte cheio de mistérios que povoavam a imaginação de quantos se acercavam das religiosas (NUNES, 2008, p. 497).

Foi nesse contexto religioso e social que as ex-internas do asilo ingressaram nas congregações religiosas. Segundo a formação das Irmãs na Sociedade da Divina Providência, um dos conventos em que foram enviadas as jovens, a proposta era (continua a ser),

> (...) capacitá-las a internalizarem os valores da vida consagrada, crescerem na experiência de Deus Trindade, no relacionamento fraterno, na atitude profético-solidária, na vida à luz dos conselhos evangélicos e no conseqüente testemunho do amor de Deus e da esperança cristã. A formação busca impregnar todas as atividades com o Carisma e a Espiritualidade da Congregação das Irmãs da Divina Providência, através de uma ação providencial junto aos necessitados, ação esta que ofereça alternativas para a promoção de vida (Província do Coração de Jesus, 2018).

Não constam informações nos documentos da Irmandade do Divino Espírito Santo sobre o que se sucedeu com as jovens depois de seu ingresso nos conventos. Professora, esposa, mãe, freira e empregada doméstica, esses eram os "destinos" possíveis das meninas e jovens do Asilo. Os Relatórios e os Livros de Registros informaram sobre esses encaminhamentos que desembocaram como água para um único rio. Resta saber em posterior pesquisa, através de "vozes emergentes", como este "rio" alcançou o mar. Mas, essa já é outra História!

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo chegou ao seu final, porém sem se esgotar, no que tange a investigação sobre a *institucionalização e a trajetória educacional das meninas e moças que passaram pelo Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo em Florianópolis entre os anos 1900 e 1930*. Durante este percurso de trabalho, houve momentos em que não se obteve as respostas que almejava, pois nem sempre as fontes documentais traziam as informações necessárias. No entanto, o que foi "colhido" ao longo do caminho foram "sementes" que poderão gerar outros frutos além dessa dissertação de mestrado.

O Livro de Registro das internas do asilo, cujas anotações foram realizadas, na maioria das vezes pelo Mordomo das Órfãs, apresentou algumas especificidades que se diferenciam de outros prontuários de instituições similares existentes no Brasil. Dessa forma, para a construção do presente estudo, foi necessário cruzar essas informações com a do conjunto de documentos produzidos pela Irmandade do Divino Espírito Santo, bem como com as legislações nacionais e locais e outros documentos que permitiram compreender a dinâmica adotada pela equipe gestora da instituição — as Irmãs da Divina Providência e a provedoria da Irmandade do Divino Espírito Santo — em relação as ações efetuadas no período para o público infantojuvenil.

O Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo foi construído tendo em vista o ideário da filantropia e do Higienismo que reconfigurou os discursos e ações de proteção e disciplinamento da infância e da juventude nos estados brasileiros nas primeiras décadas do século XX. Nesse período, também foi instituído um novo "modelo" de educação escolar primária e profissional para meninos e meninas, especialmente no Estado de Santa Catarina.

A instituição ofertou um espaço de acolhimento e educação escolar projetado para as meninas e moças, sendo construída boa parte pela elite de Desterro/Florianópolis que atuava junto da Irmandade do Divino Espírito Santo. Ingressaram no asilo, no período em estudo, conforme a documentação, as meninas e moças de diferentes etnias, órfãs ou abandonadas, cujos pais ou outros responsáveis viviam em condição de pobreza. Ainda houve o caso dos infantes indígenas sequestrados de suas famílias e que foram enviados para o asilo.

No estudo procurou-se discutir as ações levadas à cabo pela instituição em relação a um "perfil" de mulher idealizado para as internas, assim como para as alunas do externato, ou seja, mulheres "honestas" sob a ótica da moral burguesa, disciplinadas para o trabalho e sob orientação católica.

A educação no Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo foi instituída segundo o proposto

na instrução pública catarinense no período. Preparar as pessoas somente para o labor não correspondia ao que a sociedade catarinense necessitava na época. Era preciso pelo menos saber ler e escrever para atender as demandas de um mundo que tinha em seu horizonte o trabalho assalariado e a industrialização. O currículo escolar elaborado para o asilo e para a Escola São Vicente de Paulo contava com as seguintes atividades: oficina de bordado e costura, confecções, pintura, escultura e produção de chapéus. Cabe ressaltar que a instituição durante dezoito anos manteve o externato para as meninas e moças pobres da cidade concomitante ao internato, o que reforça a ideia de que era necessário educar as mulheres pobres para essa nova sociedade brasileira que emergiu nas primeiras décadas da república.

As fontes documentais informam que, em sua maioria, as internas após o desligamento da instituição, foram trabalhar como empregadas domésticas nas casas de pessoas oriundas das camadas médias e da elite de Florianópolis e outras cidades do Estado de Santa Catarina. As internas também deixaram a instituição para contrair matrimônio sob os auspícios da Igreja Católica, ou então, para ingressar na carreira do magistério nos municípios de Florianópolis ou Lages. Parte das internas também, após o desligamento da instituição, ingressou em conventos católicos. Esses foram os "destinos" preferenciais dessa população feminina e pobre. Houve ainda as asiladas que foram "devolvidas" para os familiares e/ou responsáveis em função do considerado "mau comportamento". As ações desenvolvidas no asilo, por um lado, garantiram a sobrevivência das meninas e moças, mas por outro, pautaram-se no processo de reprodução da classe social, conforme os ditames da filantropia.

A historiadora Susana Sosenski (2016) afirma que "é preciso pensar em meninos e meninas como sujeitos, não só como objetos de investigação" (SOSENSKI, 2016, p. 50). A autora complementa dizendo que estes sujeitos são autores de seus próprios discursos e documentos, mesmo que sejam na maioria das vezes produzidos por adultos. E alerta que precisamos,

> (...) destacar la importancia de las vocês infantiles conllevó a defender la idea de que las niñas y niños no son objetos pasivos en las estructuras sociales y en los procesos económicos o políticos, sino sujetos activos en la construcción y determinación de sus propias vidas (SOSENSKI, 2016, p. 44).

Finalizo esse estudo com as palavras de Michel Foucault que afirma: "(...) qualquer poder, qualquer que ele seja, não é de pleno direito aceitável ou não é absolutamente e definitivamente inevitável" (2009, p. 35). As meninas e moças do Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo na época estiveram sujeitas as relações de poder estabelecidas pelos adultos que as cercavam, conforme a

documentação pesquisada. Todavia, possivelmente também questionaram de diferentes formas estas relações em que estiveram submetidas. Mas, essa é uma outra pesquisa!

Compreende-se que há um "caminho" aberto no que tange a pesquisa sobre o Asilo de Órfãs São Vicente de Paulo que permitirá a construção de outros saberes interseccionais para a História da Infância e da Juventude, como também para a História e Historiografia da Educação em relação a temática da educação das meninas e moças no Brasil que viveram institucionalizadas ou não. Possivelmente continuarei a trilhá-lo.

# FONTES

## Livros

Anotações do Livro Tombo Nº 2 de 1895 a 1901, Memorial IDES.

Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo da Capital de Santa Catarina. Florianópolis: Typ. Da Escola de Aprendizes e Artífices, 1913, Memorial IDES.

Compromisso da Irmandade do Divino Espírito Santo, Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1938.

Crônica – Lar "São Vicente" (Asilo "Espírito Santo") Florianópolis: Tradução do Original Alemão, Memorial IDES, p. 02.

Datas Compromisso Irmandade do Divino Espírito Santo, 1903, Memorial IDES.

Livro Ata de 1904, Memorial IDES.

Livro de Inscrição – 1911 a 1937, Memorial IDES.

Livro de Notas nº 133, a fl. 91 e 92, do 1º Ofício de 08/03/1900, Memorial IDES.

## Relatórios

Regimento Interno do Asylo de Órphãs S. Vicente de Paulo de 1924. Memorial IDES.

Relatório apresentado à Mesa Administrativa no ano 1920, Memorial IDES.

Relatório apresentado à Mesa Administrativa no ano 1922, Memorial IDES.

Relatório apresentado à Mesa Administrativa no ano 1923, Memorial IDES.

Relatório apresentado à Mesa Administrativa no ano 1924, Memorial IDES.

Relatório apresentado à Mesa Administrativa no ano 1925, Memorial IDES.

Relatório apresentado à Mesa Administrativa no ano 1926, Memorial IDES.

Relatório apresentado à Mesa Administrativa no ano 1930, Memorial IDES.

Reuniões IDES – Período 03/08/1908 a 17/110/1917 – Pasta ano 1908, Memorial IDES.

## Periódicos - Hemeroteca Digital Catarinense

A Verdade (Florianópolis), v. 57, 1904.

Argo (Florianópolis), v. 1 e 2, 1910.

O Clamor (Florianópolis), v. 1, 1917.

O Clamor Do Povo (Florianópolis), v. 1, 1916.

O Clarão (Florianópolis), v. 254, 1917.

O Espião (Florianópolis), v. 7, 1917.

Gazeta Official (Florianópolis), v. 2, 1905.

**Legislação**

*Brasil*

BRASIL. Decreto Nº 847 de 11 de outubro de 1890 – **Código Penal**.

BRASIL. Decreto Nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923. **Regulamenta a Assistência e Proteção aos menores abandonados e delinqüentes**.

BRASIL. Decreto Nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927. **Código de Menores**.

BRASIL. Lei Nº 16 de dezembro de 1830 – **Código Criminal**.

BRASIL. Lei Nº 3.071, 1 de janeiro de 1916 – **Código Civil dos Estados Unidos do Brasil**.

ORDENAÇÕES AFONSINAS. Disponível em <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/> Acesso em 16 de out. 2017.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm> Acesso em 16 de out. 2017.

ORDENAÇÕES MANUELINAS. Disponível em http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/ordemanu.htm. Acesso em 21 de nov. 2017.

*Santa Catarina*

SANTA CATARINA. Lei Nº 846 de 11 de outubro de 1910. **Reforma do Ensino Público**.

SANTA CATARINA. Lei Nº 967 de 22 de agosto de 1913. **Estabelece a revisão do Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina**.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 155 de 10 de junho de 1892. Regulamento Geral da Instrução Pública. **Prevê a Organização do Ensino Público em Santa Catarina**.

SANTA CATARINA. Decreto Nº 348 de dezembro de 1908. **Expede Regulamento Para a Instrução Pública do Estado de Santa Catarina**.

SANTA CATARINA. Lei Nº 112 de 04 de outubro de 1894. **Estabelece as vantagens e os vencimentos aos professores do ensino elementar**.

SANTA CATARINA. Resolução Nº 1454 de 1894. **Prevê a Regulamentação da Instrução Pública no Estado de Santa Catarina**.

SANTA CATARINA. Resolução Nº 382 de 1º de julho de 1854.

SANTA CATARINA. Lei Nº 35 de 14 de maio de 1836. **Ensino primário da Instrução Pública de Santa Catarina**.

SANTA CATARINA. Lei Nº 516, de 30 de agosto de 1901.

SANTA CATARINA. Lei Nº 636 de 12 de setembro de 1904.

**Outros**

MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de julho de 1903 pelo Vice-Governador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Junior. Florianópolis: Typ. da Livraria Moderna, 1903, 50 p.

MENSAGEM lida pelo Exmo. Sr. Cel. Gustavo Richard Governador do Estado na 2a. Sessão da 7a. Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908, p. 21.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. In: FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultura no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

Província Do Coração De Jesus. Congregação das Irmãs da Divina Providência. Disponível em <http://www.pcj.org.br/>. Acesso em 2018.

RESOLUÇÃO nº 510 de 7 de abril de 2016. **Código de Ética aplicado às Ciências Humanas e Sociais**.

# REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

ALGRANTI, Leila. Conventos e recolhimentos em Portugal e na América portuguesa: espaços de leitura e de escritas femininas (séculos XVII e XVIII). In: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra (Orgs.). **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Honradas e devotas: mulheres da colônia. Considção feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. 1750-1822. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra (Orgs.). **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

ALMEIDA, Maria Regina C. Índios, missionários e políticos: discursos e atuações político-culturais no Rio de Janeiro oitocentista. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria; GOUVÊA, Maria de F. (Orgs.). **Culturas políticas**: ensaios de história cultural, história política e ensino de história. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2005.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Histórias de abandono**: infância e justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. p. 352.

_____. Sobre padres e hijos en la ley brasileña: una mirada histórica (1916 - 2009). In: LIONETTI, Lucía; COSSE, Isabella; ZAPIOLA, María Carolina (Orgs.). **La historia de las infancias en América Latina**. 1. ed. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2018. v. 1. p. 225–239.

AREND, Silvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKI, Susana (Orgs.). **Infâncias e Juventudes no século XX**: Histórias Latino-Americanas. 1. ed. Ponta Grossa: Editora Toda Palavra, 2018. p. 367.

ARRUDA, Maria Aparecida. **Formar almas, plasmar corações, dirigir vontades**: o projeto educacional das Filhas de Caridade da Sociedade São Vicente de Paulo (1898-1905). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BAUMGARTEN, Christina E. **Imperial Hospital de Caridade de Florianópolis**: uma obra construída com amor e altruísmo - 220 anos. Blumenau: HB Editora, 2009.

BOITEUX, José Arthur. **Notas para a História Catarinense**. Florianópolis: Typografia da Livraria Moderna, 1914.

BORGHEZAN, João Luiz Fernandes. **Urbanização, Saneamento e Marginalização**: uma análise da construção da Avenida Hercílio Luz 1918-1922. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BOTTOMORE, T. B. **As elites e a sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

_____. **Nossa Senhora do Desterro**: notícias. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1971. v. 1.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãs São Benedito em Pelotas - RS (as primeiras décadas do século XX)**: trajetória educativa-institucional. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CARDOSO, Paulino J. F. **Negros em Desterro**: experiências em populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX. Itajaí: UDESC, Casa Aberta, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. Brasil 1870-1914: a força da tradição. In: _____ (Org.). **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 107–129.

COELHO JUNIOR, Nelson M. **Relicários de um tempo**: os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus 1922-1929. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

COSTA, Nilson do Rosário. **Lutas Urbanas e controle sanitário**: origens das políticas de saúde no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1986.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Rezas, ginástica e letras: normalistas do Colégio Coração de Jesus. Florianópolis, décadas de 1920 e 1930. In: DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de escolas**: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DUARTE, Antonio Valdir Monteiro. **Órfãs e desvalidas**: a formação de meninas no Orphanato Municipal de Belém do Pará (1893-1931). Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. p. 120.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERREIRA, Sérgio L. **Nós não somos de origem**: populares de ascendência açoriana e africana numa freguesia do sul do Brasil (1780-1960). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos**: Curso no Collège de France (1979 - 1980). São Paulo: Centro de Cultura Social, 2009.

_____. **Microfísica do Poder**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FREIDENRAIJ, Claudia. La Misión Tutelar de La Policía: asilos seccionales para niños pobres, abandonados y viciosos. **Anuário IEHS**, Buenos Aires, v. 31, n. 2, 2016.

GEREMEK, Bronislaw. **A piedade e a força**: história da miséria e da caridade na Europa. Lisboa, 1986.

GOHN, Maria da Gloria. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 1995.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUVÊA, Maria Cristina. Meninas na sala de aula: dilemas da escolarização feminina no século XIX. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações (Brasil e Portugal). Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GUEDES, Carina Ferreira. **Acolhimento institucional da assistência à infância**: reflexões a partir da experiência de um abrigo. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

IYDA, Massako. **Cem anos de saúde pública**: a cidadania negada. São Paulo: Editora da USP, 1994.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____._____. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra (Orgs.). **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Ilka B. (Org.). **Negros no Sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LEVY, Maria S. F. Perspectivas do crescimento das populações indígenas e os direitos constitucionais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 387–397, 2007.

LIMA, Antonio C. de S. Sobre tutela e participação: povos indígenas e formas de governo no Brasil, séculos XX/XXI. **MANA**, v. 21, n. 2, p. 425–457, 2015.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 51–76.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

MATTOS, Maria. Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra (Orgs.). **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

MEIRINHO, Jali. **A república em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC Lunardelli, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOACYR, Primitivo. A instrução pública no Estado de São Paulo: primeira década republicana (1890-1893). In: FIORI, Neide Almeida (Org.). **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

MONCORVO FILHO, Arthur. Sessão de 10 e 17 de maio de 1923 da Academia Nacional de Medicina. **Boletim da Academia Nacional de Medicina**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 65–70, 1923.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina**: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Infância, Educação e Direitos Sociais**: Asilo de Órfãs (1870-1960). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. **Infância, educação e direitos sociais**: Asilo de Órfãs. Campinas: UNICAMP/CMU, 2004.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, Henrique L. P. **Os filhos da falha**: assistência aos expostos e remodelações de condutas em Desterro (1828-1887). Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA, Ivonete. **Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e da desvalia**: Florianópolis - 1900/1940. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

PIAZZA, Walter Fernando (Org.). **Dicionário política catarinense**. Florianópolis: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985. p. 636.

PIERI, Marlise M. N. **A educação infantil em Tubarão/SC**: um estudo histórico da emergência das instituições coordenadas por Congregações Religiosas (1908-1969). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2014.

PIRES, Livia Claro. A Liga Brasileira pelos aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH**, São Paulo, 2011.

RAMINNELI, Ronald. Imagens da colonização, 1996. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

RIZZINI, Irma. A assistência à infância na passagem para o século XX: da repressão à reeducação. **Fórum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 77–94, 1990.

_____. As bases da nova legislação da infância. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Ed. Universitária Santa Ursula, Amais Livraria e Editora, 1995.

_____. **História da Assistência à Infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Santa Úrsula, 1993.

ROCHA, Heloisa H. P. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). São Paulo: Mercado das Letras/FAPESC, 2003.

RONCADOR, Sõnia. **A doméstica imaginária**: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999). Brasília: UnC/Universa, 2008.

ROUX, Rodolfo R. de. La romanización de La Iglesia católica em América Latina: una estratégia de larga duración. **Pro-Posições**, v. 25, n. 1, p. 31–54, 2014.

SALLA, Fernando; BORGES, Viviane. Prontuários de instituições de confinamento. In: RODRIGUES, Rogério Rosa (Org.). **Possibilidades de pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115–136.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro**: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Judith K. C. **Quebrando as correntes invisíveis**: uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHMIDT, Leonete L. A gênese das escolas públicas de instrução elementar em Santa Catarina. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 47, p. 43–56, 2012.

SCREMIN, João Valério. **Pobre coração de Maria**: assistência e educação de meninas desvalidas em fins do século XIX e início do século XX. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SEIDL, Ernesto. Apresentação do dossiê Catolicismo e Formação Cultural. **Pro-Posições**, v. 25, n. 1, p. 25–30, 2014.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Vitrines da república: os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 341–376.

SILVEIRA, Chirley B. S.; AREND, Silvia Maria F. A construção de um asilo para meninas desvalidas em Santa Catarina (1898-1910). **Revista de História Unicap**, Recife, 2018.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del; BASSANEZI, Carla (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOSENSKI, Susana. Dar casa a las voces infantiles, reflexiones desde la historia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 14, n. 1, p. 43–52, 2016.

SOUSA, Celita Maria Paes de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará**: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, Jadir C. **A efetividade dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Pillares, 2008.

SOUZA, Vanderlei S. de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146–166, 2008.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p. 224.

TEIXEIRA, Gloria Maria. **Ação da Diretoria da Instrução Pública na Província de Santa Catarina no período de 1858 a 1874**: inspeção escolar na afirmação da educação como força civilizatória. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VEIGA, Cynthia G. **História da Educação**. São Paulo: África, 2007.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. **O Mal que se Adivinha**: Polícia e menoridade no Rio de Janeiro (1910-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. p. 198.